



**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS DE PORTO NACIONAL**

WÁTILA MISLA FERNANDES BONFIM

**OS FILIGRANEIROS DE NATIVIDADE, TOCANTINS: PATRIMÔNIO  
IMATERIAL, IDENTIDADE E TURISMO**

PORTO NACIONAL - TO  
2019

*Wátila Misla Fernandes Bonfim*  
2019

WÁTILA MISLA FERNANDES BONFIM

**OS FILIGRANEIROS DE NATIVIDADE, TOCANTINS: PATRIMÔNIO  
IMATERIAL, IDENTIDADE E TURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Porto Nacional como requisito obrigatório para o título de Mestre em Geografia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Rosane Balsan

**Linha de pesquisa:** Estudos Geo-Territoriais

PORTO NACIONAL - TO

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

B713f Bonfim, Wátila Mislá Fernandes.

Os filigraneiros de Natividade, Tocantins: Patrimônio imaterial, identidade e turismo . / Wátila Mislá Fernandes Bonfim. – Porto Nacional, TO, 2019.

151 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, 2019.

Orientador: Rosane Balsan

1. Filigrana. 2. Natividade. 3. Patrimônio. 4. Lugar. I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**



WÁTILA MISLA FERNANDES BONFIM

**OS FILIGRANEIROS DE NATIVIDADE/TOCANTINS:  
PATRIMÔNIO IMATERIAL, IDENTIDADE E TURISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 27/02/2019

Banca Examinadora:



---

Profª. Dra. Rosane Balsan (Orientadora), UFT



---

Profª. Dra. Kátia Maia Flores, UFT



---

Profª. Dra. Noeci Carvalho Messias, UFT

Porto Nacional, 2019

Dedico todas as páginas desta obra a minha filha Vângela Monara Araújo e Fernandes, sonho sonhado, que brotou no decorrer desta pesquisa, dando-me ânimo, esperança e fé. A vida agora, a partir da sua chegada, será para sempre um canteiro florido, minha pequena.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo, que me concedeu o conhecimento necessário para poder sonhar.

Ao meu pai João Carvalho Bonfim e a minha mãe Iracema Fernandes de Oliveira. Quantas manhãs tivemos que assistir a chuva, acreditando sempre no pôr do sol! Embora o cheiro da terra molhada fosse algo para se crê. As cores da tarde de meu pai, os jardins de maio de minha mãe, o suor e a ternura, trabalho e oração, juntos me fizeram trilhar caminhos, ultrapassando medos e espinhos. Obrigado queridos. Qualquer gesto ou louros ofereço a vocês.

A minha querida esposa Elizangela. Pelas noites em claro e pela paciência. Pela força e pelo zelo supervisionando com dedicação aos meus escritos. Parindo na minha labuta a minha florzinha do cerrado. Esse trajeto foi sempre impulsionado por você.

Aos queridos irmãos Átila e Mislana, pelo longo percorrer através das florestas desse mundo. A minha grande satisfação em termos crescidos juntos no coração do Brasil, subindo em árvores e cortando os pés pelas ruas e quintais do interior.

Aos meus estimados sobrinhos: João Lucas, Antônio Calebe e Cainã Miller. Pelo brilho inocente e perspicaz que emergia de suas retinas. Por me fazer voltar a infância e enxergar o mundo da forma que nós adultos diante da correria da vida não enxergamos.

Aos prezados sogros, seu Edinho e dona Graciete. Aos estimados cunhados. E meu enteado Paulinho, pelas longas conversas filosóficas acerca dos homens e das coisas.

À minha querida orientadora Dra. Rosane Balsan, pelas viagens e entrevistas que fizemos juntos em Natividade, pelas dicas, incentivo, parceria e amizade, entendendo muitas vezes a distância física que nos separava. E sobretudo, por sua paixão pelo patrimônio cultural do Tocantins.

A todos os meus familiares da parte paterna e materna. Em nome do meu eterno tio “Zé Bonfim”, que já partira, e que disse para eu não desistir! E da querida tia Olga, presença em todos os momentos de minha vida, abraço carinhosamente a todos.

A todos os ourives, ex-ourives, aprendizes e moradores a minha eterna gratidão. Cada relato é uma página guardada para sempre. Cada joia que sai de suas oficinas tem cheiro, alma e cor, pois transcendem ao tempo presente, e marcam a identidade nativitana.

A ASCCUNA, em nome de Simone Câmelo Araújo e Maria Délia Araújo. Por todas as vezes que caminhei naquelas ruas, me sentindo sempre acolhido e valorizado. Confesso

que me sinto nativitano também. Eu tenho dentro de mim a alma desse lugar de tantas histórias.

Agradeço ao prefeito de Dianópolis, Gleibson Moreira, pela concessão da licença remunerada, me permitindo estudar e pesquisar com tranquilidade e conforto. E a Secretária Estadual de Educação do Tocantins pelo mesmo benefício.

A Academia Dianopolina de Letras, confraria da qual faço parte, pelo apoio incondicional e amigo, na pessoa de sua presidente Anisiana (Nizinha), Noélia, Abílio, José Cândido, Dídimo, Francisco Liberato e todos os outros.

Aos queridos companheiros da Escola Batista B. H. Foreman, de Dianópolis, aos quais cumprimento em nome da Diretora Shirley Alves e do professor Magno Moura.

Aos amigos que ganhei na Equipe Técnica do Barulho do Duro, pela coragem, audácia e vontade de salvaguardar a história tocaninense.

Aos colegas de Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis, pela torcida e pela crença. Ao amigo professor Edson, que fomentou as primeiras licenças para mestrado da história dianopolina.

Aos colegas de mestrado, pelas longas discussões na Universidade, nas viagens, no “Zé da Pedra”, no Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Tocantins (Sintet), em especial: Wender, Wagner, Abraão, Marcelo, Delismar, Alisson, Witer, Jonatan, Madalena.

A Diretoria Regional de Ensino de Dianópolis, pelas informações, pelo carinho, pelos convites para palestras. A querida Luzani, que me ajudou organizar o projeto de seleção, dando dicas quanto ao currículo Lattes e normas ABNT.

A querida historiadora e amiga Rosaly, que me forneceu a bibliografia necessária para o processo seletivo, revisou algumas vezes meus escritos fazendo indagações, críticas e sugestões, minha gratidão.

A estimada Núbia, bibliotecária da UFT, campus de Porto Nacional, que sempre que precisei, nunca soube dizer não, enviando-me material de consulta acerca dos procedimentos para a confecção de uma dissertação. A Lussab, especialista em mapas, ajudou na confecção dando sugestões quanto a ajustes necessários.

A todos os professores do Mestrado em Geografia da UFT, em especial, aos professores Elizeu, Marciléia e Roberto, pelos debates e discussões enriquecedoras de autores e obras geográficas. À secretária do Programa de Pós - Graduação em Geografia, Poliana, pela presteza e gentileza nas conversas e informações.

Aos estimados professores do curso de História, Geraldo (*in memoriam*), Ana Lúcia e Napoleão, por mantermos desde a graduação uma relação fraterna e acolhedora.

A cidade de Porto Nacional, terra de cantos antigos, poetas, becos onde pulsa e se multiplica a intelectualidade universitária. Um pouco portuense por beber desta água secular.



## RESUMO

A cidade de Natividade fica localizada no sudeste do Tocantins, sendo a primeira localidade tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Estado. Guarda nas suas ruas, praças e becos vestígios dos séculos XVIII e XIX. Um deles, e que codifica a cidade, considerada um patrimônio cultural imaterial por seus moradores é a secular fabricação de joias utilizando a técnica da filigrana, que consiste em curvar e trançar fios de ouro ou prata, formando grãos. No caminhar desta pesquisa, foi possível observar que a tradição de se confeccionar joias em ouro e prata na cidade, pelas mãos dos mestres-ourives locais acontece a várias gerações e permanece viva, sendo o modo de fazer repassado a aprendizes em três oficinas artesanais. Ao mergulharmos na investigação, descobriu-se que as joias mais antigas têm ligação com a cultura local, sobretudo o sentido religioso. Percebeu-se que as festas religiosas de Nossa Senhora da Natividade e do Divino Espírito Santo são as épocas do ano que os nativitanos mais se adornam. No que diz respeito ao turismo, ficou descortinada a tendência a visitação às ourivesarias por parte de visitantes que valorizam o turismo cultural. Tal fato mobiliza a economia da cidade e atrai dividendos. Embora gere recursos para o município e seja uma fonte de renda para várias famílias, as oficinas ainda necessitam de maior apoio e incentivo por parte dos poderes públicos. Desta forma, o objetivo principal deste trabalho foi investigar como a as joias tradicionais e/ou filigranadas de Natividade marcam a relação da sociedade com o lugar, dinamizando as relações sociais e econômicas das pessoas. A pesquisa está inserida na perspectiva da geografia cultural e teve como principais conceitos abordados: patrimônio, identidade, turismo e o lugar. No que se refere à metodologia, a pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa bola de neve, ou seja, os entrevistados eram indicados pelos anteriores. Teve como principais técnicas utilizadas a pesquisa bibliográfica e de campo. Foram entrevistados no total 44 pessoas, entre ourives, ex-ourives, aprendizes, moradores e sujeitos ligados ao turismo local. Para análise dos dados utilizou-se fontes bibliográficas e orais. Fez-se uso também da pesquisa documental. Percebeu-se que passado e presente continuam entrelaçados como tênues fios que dão origem as peças em filigrana, e que essa manifestação artística, além de simbolizar, também fortalece o espaço em que está inserido.

**Palavras - chave:** Filigrana; Patrimônio Cultural; Lugar; Turismo; Natividade.

## ABSTRACT

The city of Natividade is located in the southeast of Tocantins, being the first locality registered by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) in the State. It keeps in its streets, squares and alleys traces of the XVIII and XIX centuries. One of them, and that codifies the city, considered an immaterial cultural patrimony by its inhabitants is the secular manufacture of jewelry using the technique of filigree, which consists of curving and braiding threads of gold or silver, forming grains. In the course of this research, it was possible to observe that the tradition of making jewelry in gold and silver in the city, by the hands of the local goldsmiths happens to several generations and remains alive, being the way of passing on apprentices in three artisan workshops. As we delved into the investigation, it was discovered that the earliest jewelry is connected to the local culture, especially the religious sense. It was noticed that the religious festivals of Our Lady of the Nativity and the Divine Holy Spirit are the times of the year that the nativitanos more adorn. As far as tourism is concerned, the trend towards visits to goldsmiths by visitors who value cultural tourism was unveiled. This fact mobilizes the city's economy and attracts dividends. Although it generates resources for the municipality and is a source of income for several families, the workshops still need more support and encouragement from the public authorities. In this way, the main objective of this work was to investigate how Natividade's traditional and / or filigree jewels mark the relationship of society with the place, dynamizing the social and economic relations of the people. The research is inserted in the perspective of cultural geography and had as main concepts addressed: heritage, identity, tourism and the place. Regarding the methodology, the research was carried out through the qualitative snowball approach, that is, the interviewees were indicated by the previous ones. The main techniques used were bibliographic and field research. A total of 44 people were interviewed, including goldsmiths, ex-goldsmiths, apprentices, residents and subjects linked to local tourism. To analyze the data, we used bibliographic and oral sources. Documentary research was also used. It was perceived that past and present are still intertwined as tenuous threads that give rise to filigree pieces, and that this artistic manifestation, besides symbolizing, also strengthens the space in which it is inserted.

**Keywords:** Filigree; Cultural heritage; Place; Tourism; Nativity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa de localização da área da pesquisa.....	15
Figura 2. Etapas metodológicas da pesquisa.....	19
Figura 3. Elmo de ouro do rei Mes-Al-Kalam-Dung, peça em filigrana de 2450 a.C.....	25
Figura 4. Mapa da origem dos mestres-ourives de Natividade, que migraram sobretudo da região norte de Portugal.....	31
Figura 5. Arrecadas em filigrana, influência fenícia na ourivesaria.....	32
Figura 6. Mordomas de Viana do Castelo ostentam variadas peças de joalheria que ilustra o trajar minhoto associado à arte popular, como as filigranas.....	33
Figura 7. Mulher pousa com suas “joias de crioula”.....	43
Figura 8. Mapa representando o tráfico negreiro nos séculos XVIII e XIX.....	47
Figura 9. Ruínas de São Luiz, Natividade.....	57
Figura 10. Praça da Matriz, Arraial de Natividade.....	63
Figura 11. Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	63
Figura 12. Mestre Juvenal em sua oficina.....	70
Figura 13. Coração rendilhado de Gondomar/ Coração rendilhado de Póvoa de Lanhoso/ Coração Nativo de Natividade.....	83
Figura 14. A Flor de Maracujá em forma de brinco e colar.....	86
Figura 15. Coração Português/ Divino/ Peixa.....	87
Figura 16. Festa de Nossa Senhora da Natividade e Mulher nativitana usando joia em filigrana.....	91
Figura 17. Panfleto da Ourivesaria Mestre Juvenal.....	104
Figura 18. Sede atual da Ourivesaria Mestre Juvenal.....	105
Figura 19. Mestre João Bosco em sua bancada na oficina Mestre João Bosco Joalheiros, em Natividade, Tocantins.....	106
Figura 20. Casarão onde funciona a BellaArt Ourivesaria, em Natividade.....	107
Figura 21. Aprendizes da BellaArt Ourivesaria, em Natividade.....	108
Figura 22. Mapa de localização das ourivesarias de Natividade.....	109
Figura 23. Mapa do fluxo econômico internacional das joias produzidas em Natividade, Tocantins.....	115
Figura 24. Mapa do fluxo econômico da cidade de Natividade com alguns Estados da federação.....	116
Figura 25. Mapa do fluxo econômico entre Natividade e algumas cidades do Tocantins.....	117

Figura 26. Folder ilustrativo da Ourivesaria Mestre Juvenal, em Natividade, Tocantins.....	119
Figura 27. Panfleto da BellaArt Ourivesaria e Cartão de propaganda João Bosco Joalheiros.....	119
Figura 28. Casarão que seria destinado à escola de aprendizes.....	128

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Categorias, nomenclaturas e período de entrevistas em Natividade.....	18
Quadro 2. Linha do tempo da joalheria e da filigrana.....	55
Quadro 3. Joias mais antigas da ourivesaria nativitana.....	81
Quadro 4. Joias mais fabricadas atualmente nas ourivesarias de Natividade.....	85
Quadro 5. Joias mais tradicionais de Natividade.....	87
Quadro 6. Uso das joias tradicionais em festas ou outras épocas do ano em Natividade.....	92
Quadro 7. Joias mais citadas pelos moradores entrevistados em Natividade.....	97
Quadro 8. Joias mais citadas pelos moradores entrevistados em Natividade.....	98
Quadro 9. Caracterização socioeconômica dos ourives nativitanos.....	110
Quadro 10. Caracterização socioeconômica dos aprendizes nativitanos.....	111

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>ASCCUNA</b>	Associação Comunitária Cultural de Natividade
<b>AC</b>	Ativista Cultural
<b>AP</b>	Aprendizes
<b>AT</b>	Agente de Turismo
<b>COMTUR</b>	Conselho Municipal de Turismo de Natividade
<b>EO</b>	Ex-ourives
<b>GT</b>	Guia de Turismo
<b>INRC</b>	Inventário Nacional de Referências Culturais
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>M</b>	Moradores
<b>O</b>	Ourives
<b>OMT</b>	Organização Mundial do Turismo
<b>ONGS</b>	Organizações Não - Governamentais
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEPLAN</b>	Secretaria de Planejamento
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>ST</b>	Secretaria de Turismo
<b>TO</b>	Tocantins
<b>V.S.D.N.</b>	Viva a Senhora de Natividade



## SUMÁRIO

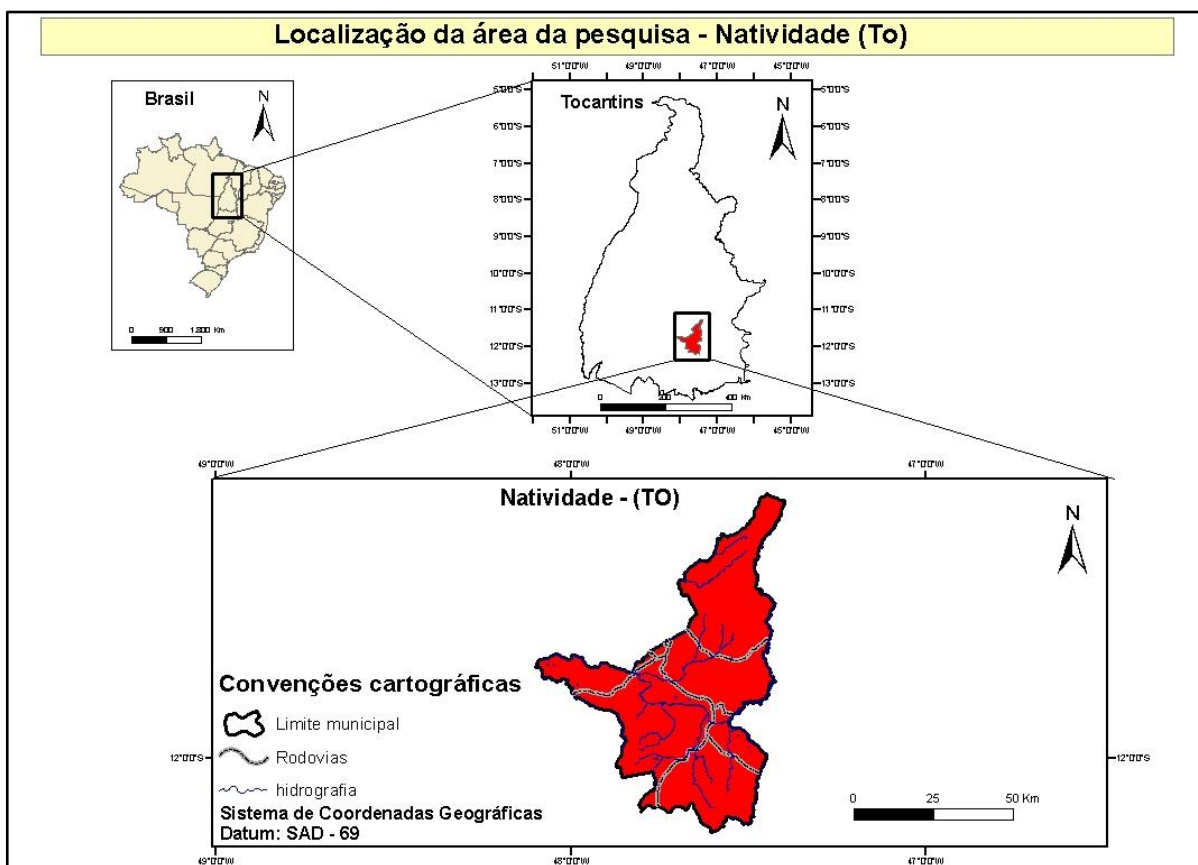
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1. A FILIGRANA - TRAJETÓRIA HISTÓRICA E GEOGRÁFICA: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS.....</b>	<b>21</b>
1.1. História da joalheria.....	21
1.2. Filigrana: uma arte milenar.....	24
1.3. A história da filigrana em Portugal.....	29
1.4. A ourivesaria e a filigrana no Brasil.....	40
1.5. A ourivesaria e a filigrana no Tocantins.....	50
<b>CAPÍTULO 2. JOIAS E PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS OURIVESARIAS DE NATIVIDADE.....</b>	<b>56</b>
2.1. Fatores históricos e geográficos envolvidos na produção do espaço nativitano, com ênfase na produção de joias artesanais.....	56
2.2. As joias como patrimônio imaterial e lugar.....	65
2.3. Caracterização das joias.....	76
2.4. As joias nas festas religiosas: Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Natividade.....	89
2.4.1. Festa do Divino Espírito Santo.....	94
2.4.2. Festa de Nossa Senhora da Natividade.....	97
<b>CAPÍTULO 3. AS RELAÇÕES ENTRE OS ARTESÃOS FILIGRANEIROS E O TURISMO.....</b>	<b>100</b>
3.1. Oficinas e artífices.....	100
3.1.1. Caracterização das oficinas.....	103
3.1.2. Caracterização socioeconômica dos mestres-ourives e aprendizes.....	109
3.2. Relações entre turismo, patrimônio cultural e artesanato.....	111
3.3. Turismo e as joias artesanais e/ou filigranadas.....	121
3.4. Novos rumos para as ourivesarias.....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>134</b>
<b>SUGESTÕES RELACIONADAS ÀS OURIVESARIAS NATIVITANAS, AOS PODERES PÚBLICOS E À ASCCUNA.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>140</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>150</b>
Apêndice A. Entrevistas com ourives, ex-ourives e aprendizes de Natividade - TO.....	150
<b>ANEXO.....</b>	<b>151</b>
Anexo A. Ilustração da Capa - A mão filigraneira de Natividade.....	151

## INTRODUÇÃO

Atualmente, Natividade é uma cidade localizada na região sudeste do estado do Tocantins, localizando-se a margem direita do rio Tocantins, próxima a outras localidades surgidas à época da exploração aurífera no século XVIII, como Almas, Chapada de Natividade e Conceição (Figura 1).

Tombada pelo IPHAN, como patrimônio histórico nacional desde 1987, ainda conserva em suas ruas, igrejas, becos e praças, traços originais do período colonial no Tocantins. No município se cultivam diversos modos de fazer e saber, um dos principais e que codifica e traz significado a cidade é a produção artesanal de joias em ouro e prata utilizando a técnica milenar da filigrana, que nessa região do Tocantins chegou de acordo com fontes mais fidedignas nas últimas décadas dos oitocentos, e guarda fortes influências da ourivesaria vinda de além-mar no período colonial. Esta técnica no Brasil perpassou as décadas e continua a brotar através do labor de ourives e aprendizes locais.

Figura 1. Mapa de localização da área da pesquisa.



Fonte: Base Cartográfica disponibilizada pela Secretaria de Planejamento do Tocantins (SEPLAN), 2017. Nota: Elaborado pelo autor, 2017.

Em Natividade, de acordo com o Iphan (2007), o tempo presente é expressivamente influenciado pelo passado do século XVIII, além da origem, as ruínas do início da cidade localizadas na serra, ventilam o sentido da coletividade das pessoas, ou seja, o reluzente metal aurífero faz parte do imaginário presente, criando expectativas nos cidadãos.

Esta pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa. Para Mendes e Silva (2013), tornou-se crescente a complexidade dos arranjos sociais, tornando-se difícil entender e explicar os fatores econômicos, políticos e socioculturais apenas com a utilização da pesquisa quantitativa. Desse modo, a abordagem qualitativa baseia-se em compreender e interpretar os fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, o pesquisador interage dinamicamente com o sujeito pesquisado, numa relação de interdependência.

Vários procedimentos são utilizados nessa abordagem, dentre os quais se destacam: a observação, a entrevista, a história oral e a pesquisa documental. Para a efetivação desse trabalho foram utilizadas, como técnicas, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo.

Assim sendo, para a operacionalização desta pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica: foram pesquisados artigos científicos, dissertações, livros, teses, sobre a técnica da filigrana em Portugal e no Brasil, os conceitos principais abordados e a respeito da história da nossa área de pesquisa. Consultamos também fontes bibliográficas que continham informações acerca da ourivesaria baiana, paulista, mineira do período colonial, bem como referentes ao patrimônio cultural e ao turismo.

Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com os ourives, ex-ourives e aprendizes das três ourivesarias presentes atualmente em Natividade, além de moradores e moradoras da cidade, sobretudo as que tinham joias ou alguma ligação com este modo de saber, e indivíduos com alguma ligação com a atividade turística.

Para identificar os entrevistados recorremos à Associação Comunitária Cultural de Natividade (ASCCUNA), quanto aos artífices; e às indicações de quem ia sendo entrevistado. Desse modo, entrevistou-se 11 ourives, 3 ex-ourives e 6 aprendizes, além de 24 moradores que tem ligação com as joias nativitanas, com a história da cidade, e com o turismo local. Após as entrevistas e preenchimento dos questionários fez-se a análise das informações coletadas.

Para tanto, a pesquisa documental, em inventários compreendidos entre 1800 e 1825, foi imprescindível, posto ter vindo a corroborar as origens históricas da prática da confecção

de joias em Natividade, que vem pelo menos desde princípios do século XIX. Importante salientar, que na documentação arrolada em inventários não foi encontrada quanto às joias, menção a filigrana, o que não nos permite comprovar aqui que nesse período esta técnica já fosse utilizada na cidade.

Esse contato com os documentos oitocentistas surgiu inicialmente na graduação, quando através de um projeto denominado: “Registro da ourivesaria em filigrana”, participamos do arrolamento e da catalogação de inventários e testamentos. Infelizmente, os arquivos nativitanos se encontravam em estado precário, sendo os escritos do século XVIII, XIX e XX acomodados de forma imprópria numa pequena sala do fórum municipal, o que com o passar dos anos levará a sua absoluta deteriorização. Desse modo, zelar pela documentação histórica através da criação de um arquivo público estadual ou municipal é imprescindível para a preservação da memória e para a elucidação de inúmeros fatos do passado.

Os documentos podem dizer muito a cerca dos princípios e normas que regem o comportamento de um grupo e as relações entre diferentes grupos. Esse procedimento pode ser combinado com outras técnicas, como entrevista e observação. Geralmente, recorre-se aos documentos quando se busca identificar uma ou mais tendências no comportamento de um fenômeno.

Para Mendes e Silva (2013, p. 197):

O trabalho de campo como técnica de análise pode ser realizado em qualquer paisagem, seja rural ou urbana, e utilizado para obter informações sobre a importância das relações espaciais. Uma das suas funções mais importantes é transformar as palavras e os conceitos em experiências, em acontecimentos reais para a concretização dos conteúdos. Assim, por meio da observação, da realização de entrevistas e da aplicação de questionários, os pesquisadores e os estudantes apreenderão a realidade.

Outra parte importante da pesquisa, enfatiza Pêssoa e Ramires (2013), é a coleta e o registro dos dados, que devem ser realizados com o máximo rigor e empenho do pesquisador. Essa parte pode ser trabalhada considerando as seguintes etapas, dependendo do tipo de pesquisa a ser realizada: pesquisa bibliográfica, pesquisa na internet, pesquisa documental, e pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica caracteriza-se por colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito dos temas pesquisados. A pesquisa na internet realizou-se a partir de consultas aos endereços disponíveis. A pesquisa documental foi feita a partir de documentos arrolados no Cartório Cível de Natividade. De acordo com Pêssoa e Ramires (2013), a pesquisa de campo é realizada com as mesmas exigências no âmbito da

ciência, não envolvendo a experimentação propriamente dita. Para a coleta de dados, é importante definir as técnicas de registros dos dados e, ainda, aquelas que serão usadas para a análise das informações obtidas.

Optou-se para esta pesquisa pelo modo de amostragem por bola de neve: onde os sujeitos “[...] são estudados em profundidade, incluídos por vivência; desenvolvimento de teoria; novo sujeito indicado pelo anterior e melhor estruturação teórica; sucessivas entrevistas e revisões da teoria até considerá-la organizada” (PÊSSOA; RAMIRES, 2013, p. 126).

A pesquisa foi operacionalizada tendo como referência os ex-ourives, ourives, aprendizes, moradores usuários de joias nativitanas, e sujeitos ligados de algum modo ao turismo cultural. Buscou-se, desse modo, descortinar detalhes da importância imaterial e identitária dos adornos através das vivências e histórias dos sujeitos que contribuem para a perpetuação deste patrimônio.

Foram entrevistadas 44 pessoas, entre julho de 2017 e setembro de 2018. Nestas ocasiões, fruto de sete viagens feitas até a cidade, objetivou-se conhecer e analisar os atores envolvidos na produção e utilização das joias nativitanas, bem como daqueles ligados ao turismo na cidade (Quadro 1).

Quadro 1. Categorias, nomenclaturas e período de entrevistas em Natividade.

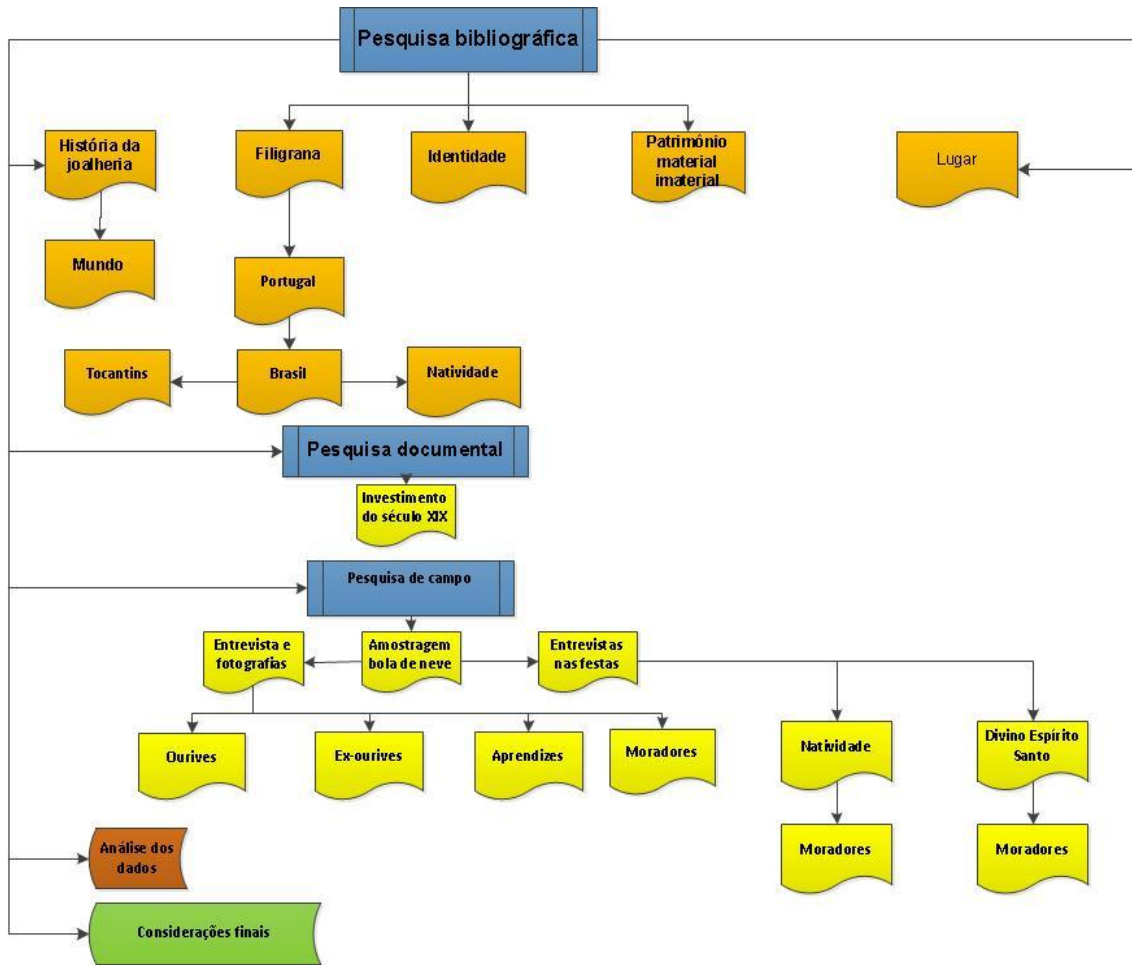
<b>Categoria</b>	<b>Nomeclatura adotada na pesquisa</b>	<b>Período de entrevistas</b>
Ourives	O	Julho de 2017 a maio de 2018
Ex-ourives	EO	Julho de 2017 a novembro de 2017
Aprendizes	AP	Julho de 2017 a agosto de 2018
Moradores (as)	M	Julho de 2017 a maio de 2018
Ativista Cultural	AC	Novembro de 2017
Guia de Turismo	GT	Setembro de 2018
Agente de Turismo	AT	Setembro de 2018
Secretário de Turismo	ST	Setembro de 2018

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2018.

Os mapas presentes na pesquisa resultaram de uma interpretação subjetiva de mapas existentes apoiada na técnica de geoprocessamento e na cartografia digital. Para a geração dos produtos cartográficos, fez-se uso do Sistema de Informação Geográfica (SIG), imagem de satélite e dados fornecidos pela SEPLAN.

A figura a seguir (Figura 2), mostra uma sintetização das etapas metodológicas referentes as ações realizadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Figura 2. Etapas metodológicas da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018. Nota: Elaborado pelo autor, 2018.

Desta forma, esta dissertação, encontra-se estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo refere-se à discussão teórica sobre a arte da filigrana, enfocando elementos geográficos e históricos desde a antiguidade, nessa trajetória diversos povos deixaram seu legado e contribuição, seja através de migrações, guerras ou relações comerciais, e ajudaram a difundir a arte da produção das joias até Portugal. De lá veio ao Brasil desde os primeiros tempos da colonização, chegando até o arraial de Natividade a partir das últimas décadas do século XIX.

O segundo capítulo aborda as origens do oficialato e o trabalho dos ourives em terras nativitanas, enfocando sobretudo no legado imaterial que as peças passadas de geração em geração por mestres filigraneiros representam para os moradores e para a cidade, marcando também as relações de identidade. O conceito geográfico escolhido foi o de lugar, pois as joias produzidas há pelo menos mais de um século em Natividade fazem parte do imaginário e



relacionam-se com a essência que aproxima cada peça ao âmago daquele espaço, quer no dia a dia, quer por ocasião de festas religiosas.

Já no terceiro capítulo enfatiza-se o cotidiano das oficinas nativitanas, abrangendo a caracterização socioeconômica dos mestres-ourives/filigraneiros e seus aprendizes. Adiante, buscou-se investigar as relações entre patrimônio, turismo e artesanato. Descortinou-se uma estreita relação entre as joias fabricadas há mais de um século pelas mãos hábeis de mestres locais e uma das atividades econômicas que mais tem crescido nas últimas décadas – o turismo, no caso de Natividade, o turismo atrelado à cultura. Por fim, estabeleceu-se novos caminhos a serem percorridos pelas oficinas, através de indagações, levantamentos e sugestões tanto para as ourivesarias, bem como para os poderes públicos.

# CAPÍTULO 1. A FILIGRANA - TRAJETÓRIA HISTÓRICA E GEOGRÁFICA: DA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS

## 1.1. História da joalheria

A arte de transformar elementos da natureza em adereços, enfeites e joias surgiu ainda na chamada pré-história e se desenvolveu nos mais distintos espaços e continentes. Com o tempo os homens através de trocas culturais, guerras e migrações levaram suas descobertas artísticas às mais longínquas sociedades.

A palavra joia ensina Marques (2014), vem do latim: significando jogo ou distração<sup>1</sup>. Na tradição ocidental, na maior parte das suas culturas, a joia não seria ou deveria ser mais que isso. Em povos sem linguagem escrita, a joia ocupa assim o lugar de facilitador de comunicação.

Gola (2006, p. 20) destaca que as joias podem revelar diferentes decorações: “A sua função embelezadora não é de menosprezar, mas a existência de decoração até nos artefatos mais antigos leva-nos a concluir que o homem decora e decora-se principalmente por razões simbólicas e comunicativas”.

Em Natividade, cidade localizada no sudeste do atual estado do Tocantins, a presença das joias tem origens seculares, e seja como foi dito acima, ora representando jogo, brinquedo, gracejo, alegria ou brincadeira, na vida e na memória dos nativitanos está permeada de representatividade e significados e simbolismos, que ultrapassam a simples essência de beleza ou de poder. São adereços confeccionados há várias gerações por artesãos filigraneiros e que marcam a identidade local.

Há mais de um século, ourives nativitanos utilizando técnicas lusitanas incrementadas com forte influência africana vem deixando seu legado para as gerações vindouras, repassando aos aprendizes a técnica da filigrana, que tem suas origens ligadas aos povos antigos, como egípcios, gregos e marcadamente os fenícios.

A maior parte do conhecimento sobre a arte da joalheria vem de peças arqueológicas “[...] descobertas em sepulturas ou enterradas em tempos de guerra, com certeza alguns

---

<sup>1</sup> Outro autor que traz o significado sobre a palavra joia é Gola (2006, p. 20) dicionário que descreve: “O Webster menciona como origem do vocábulo *Jewel* – joia, em inglês – as palavras (do médio inglês e do francês antigo) *juel*, *joel*, *joiel* (jogo, brinquedo). Já nos dicionários Littré e Robert, encontram-se duas possíveis proveniências para a palavra francesa *joyau* (joia): do baixo latim *jocalis*, que vem de *iocus* (gracejo, brincadeira); e/ou do latim *joie*(alegria), que provém de *goie* e *gaudia*.”

fragmentos históricos, apesar disso, é possível acompanhar a evolução de estilos e técnicas das joias” (GUARNIERI; RIBEIRO, 2012, p. 29).

O adorno desde sempre fez parte de uma necessidade dos seres humanos. De acordo com Marques (2014, p. 11), na pré-história, “[...]os adornos eram feitos com ossos, dentes de animais, pedras, madeira, conchas, lapidados manualmente ou mesmo em estado bruto, e tinha como intenção definir qual o seu posto, poder e crenças”.

As primeiras manifestações do homem pré-histórico em relação ao adorno de uso pessoal remontam ao Paleolítico, ou seja, ao período da Pedra Lascada, em que valendo-se de armas feitas de pedra, o homem abatia caças. No decorrer desse período, na época denominada Paleolítico médio, segundo Gola (2006, p. 24), “[...] quando já habitava as cavernas, desenhos feitos em suas paredes indicam que o homem também se decorava: pintava seu corpo e utilizava adornos”.

Pendentes ou pingentes são os mais antigos adereços de que se tem conhecimento. São feitos de dentes, de conchas, de ossos e de pedras. Alguns têm formas de presas ou garras, outros assumem formas naturais, outros, ainda, são decorados com incisões com temas geométricos. Remontam, na Europa, ao período do Paleolítico superior (por volta de 3500 a.C. a 10000 a.C.) (GOLA, 2006).

Na passagem do quarto para o terceiro milênio antes de Cristo, aconselha Gola (2006) – principalmente no Mediterrâneo oriental (hoje parte da Europa), na orla do Nilo (hoje parte da África), e nas regiões dos rios Tigre e Eufrates, ou Mesopotâmia (hoje parte da Ásia) – evoluíram as chamadas “primeiras civilizações” (pelo menos no que diz respeito ao uso da escrita e à influência que tiveram na cultura do Ocidente), de povos como troianos e cretenses (gregos), como tinitas (egípcios) e como os sumérios (mesopotâmicos).

Gola (2006) afirma que com a difusão dos metais e o conhecimento da escrita, várias novas atividades e interesses repercutiram nas diversas manifestações artísticas, que conheceram notável desenvolvimento. Na idade dos metais, ainda considerada proto-história, foi incorporada à cultura uma nova maneira de se relacionar com a natureza, que se manifestou através da busca de materiais, de novas tecnologias e de novas visões de mundo.

A exploração aurífera se iniciou a mais de 6000 anos, e a partir desse momento se começou a criar joias com esse metal, visto desde o princípio como sendo um metal nobre, e foi com este metal que ao longo dos séculos se têm fabricado adornos, que vão acompanhar a própria evolução humana, as joias tornaram-se contadoras de histórias (MARQUES, 2014, p. 30).

Pode se dizer que, em torno de 2000 a.C., os ourives já tinham desenvolvido as habilidades necessárias para modelar o ouro. Manipulando-o com mais propriedade, até mesmo unindo pequenos componentes, começavam a usar a soldagem por fusão. Primeiramente, sob a técnica de granulação, que rapidamente se expandiu. Essa técnica consiste em formar um desenho com minúsculas esferas de metal, dando à peça um aspecto primitivo e rústico (MARQUES, 2014).

Reforça Marques (2014), que no antigo Egito a arte e a joalheria eram repletas de simbolismos e significados. O vale do rio Nilo era dotado de terras férteis, e com um solo rico onde se poderia encontrar ouro, cobre, gemas etc. Esta civilização, considerada das mais ricas do mundo durou mais de 3000 anos. Muito do que se sabe atualmente sobre a cultura egípcia vêm das pinturas em paredes, pormenores no vestuário, nas armas, nas atividades agrícolas, trabalho escravo, na escrita e através de tesouros que foram encontrados (MARQUES, 2014).

De acordo com Gola (2006), na Mesopotâmia, foram encontradas na cidade de UR, algumas sepulturas suntuosamente trabalhadas, que nos dão conta da excelência que alcançara na elaboração dos metais. Na ourivesaria “[...] faziam peças inteiramente em ouro e em prata. Ainda que os sumérios não compartilhassem com os egípcios a preocupação com a vida após a morte, a religião tinha lugar em sua sociedade” (GOLA, 2006, p. 41).

Já os celtas, salienta Marques (2014), eram uma tribo semi-nômades, multi-culturais e politeísta à semelhança dos egípcios, gregos e romanos. Em 200 a.C. Os celtas habitavam regiões da Europa que atualmente se denominam França, Ilhas Britânicas, Bélgica, Alemanha, Holanda, Áustria e Suíça. Nos túmulos dos mortos que possuíam maior posição social, estes fabricados de madeira, segundo Marques (2014, p. 13) “[...] foram encontrados imensos objetos funerários, moedas, utensílios e joias, fivelas para cintos, braceletes, broches, colares, para o fabrico das joias os Celtas utilizavam o bronze, a prata, o ouro”.

Na Grécia antiga, acentua Gola (2006), que desde o Neolítico, as ilhas do Egeu – primeiro Creta e depois as Cíclades – já vinham sendo povoadas por africanos e asiáticos, mas no que interessa à joalheria, as manifestações começam no período Minoico médio (2000 a 1800 a.C.), a joalheria grega desenvolveu-se até às vésperas do início da era cristã, e nesse percurso podemos identificar três fases marcantes: a arcaica, a clássica e a helenística.

Marques (2014) ressalta que os gregos iniciaram sua história da joalheria ainda na pré-história, com exemplares de ourivesaria com mais de 5000 anos descobertos em Creta e em Ilhas do mar Egeu. Estudos constataram que estas peças pertencem ao período da civilização Minóica e também à civilização Micênica, que a sucedeu.

Na Idade Média, Marques (2014) afirma que, a arte passou a sofrer grande influência da religião, pois aquele era um período em que Deus era o centro do universo (teocentrismo) e a igreja funcionava como entidade que o representava poderes sem limites. Em consequência disso, a joalheria também foi influenciada, surgindo então, as joias eclesiásticas, os escapulários, crucifixos e relicários, usados tanto por homens quanto por mulheres.

Para Gola (2006), a chamada Idade Média teve seu declínio marcado por enormes mudanças no mundo conhecido de então, entre elas, a queda de Constantinopla e a conquista do sudeste da Europa pelos turcos; as viagens marítimas, que culminaram na fundação dos impérios ultramarinos; a rivalidade entre a Espanha e Inglaterra; e a crise espiritual marcada pela Reforma e pela Contrarreforma.

A joalheria deixou de ser patrocinada pelo clero e passou a ser patrocinada pela burguesia. Por consequente, conforme Marques (2014, p. 16) “[...] o ofício de ourives começou a ganhar status de manifestação artística assim como a pintura e a escultura. Com as navegações e a descoberta das Américas, a Europa foi abastecida de ouro, prata e gemas”.

Para Gola (2006, p. 72):

Podemos afirmar que, além da difícil arte cortesã de gravar, o Renascimento do mundo clássico trouxe, para o universo imaginário dos ourives, temas com ninfas, divindades, sátiros e heróis. Nesse período, nobres e burgueses investiam em novidades, como adornos de cabelos, chapéus, flâmulas, escudos, todos confeccionados com muito ouro e pedras preciosas, e puseram-se a colecionar esses objetos como sinal de riqueza.

## **1.2. Filigrana: uma arte milenar**

A filigrana é uma arte de trabalhar metais, é essencialmente uma técnica de ourivesaria, do tipo popular. Marques (2014, p. 43) explica que esta arte não é específica da tradição portuguesa, “[...] pois existe noutros países e culturas, porém é uma das formas mais típicas das artes portuguesas. A filigrana ao longo do tempo tem sido acompanhada por duas correntes, no que diz respeito à sua produção e ao seu uso”. Inicialmente, a técnica da filigrana foi considerada um artefato secundário da joia, aplicada em adereços de luxo, de uso profano e sagrado, com detalhes dos desenhos, fazendo desta arte imaginária, um tipo de ourivesaria dirigida às classes com mais posses (MARQUES, 2014).

Para Guarnieri e Ribeiro (2012), por se tratar de ensino e aprendizado passados através do convívio entre povos desde cerca de 2.500 anos a.C., a filigrana agregou influências de todos, os que transmitiam e os que a acolhiam, de geração em geração, tal circunstância

corrobora as características que marcam a história da filigrana e permite encontrar os rastros de seu desenvolvimento durante os séculos de existência do gênero humano.

Técnica da ourivesaria das mais antigas, “[...] a filigrana consiste em curvar e trançar fios de ouro ou prata, formando grãos ou gomos; após, esses fios são laminados e colocados em uma estrutura previamente moldada pelo artífice” (GUARNIERI; RIBEIRO, 2012, p. 23). Um profissional experiente tem a criatividade de conseguir traçar fios finíssimos, da espessura de um fio de cabelo e a textura produzida pelo trançado de o fio passa a ser uma das características fundamentais para a técnica, e de onde se origina o nome latino, de *filume granum*, literalmente, um fio com grãos (GUARNIERI; RIBEIRO, 2012).

A filigrana, afirma Marques (2014), foi aplicada em importantes adereços litúrgicos, em combinações que iam desde pedras, esmaltes até a decoração gravada, sendo a técnica que mais se tornou popular em Portugal. Ainda conforme o autor, esta técnica, foi adjetivada como cunho artístico, a filigrana sobrevive das joias, não sendo valorizada se houver a ausência das mesmas, isto até ao século XIX.

Marques (2014) destaca que a peça em filigrana mais antiga que se tem notícia foi encontrada na cidade Suméria de Ur, na Mesopotâmia, atualmente ao sul do Iraque. Trata-se de um elmo de ouro do rei Mes-Al-Kalam-Dung, datada de 2450 a.C. (Figura 3). Já em território português os objetos mais antigos confeccionados em filigrana datam de 2500/2000 a.C., como as contas encontradas nas grutas de Palmela, e na aproximação da idade do bronze na gruta de Ermegeira, onde foram encontrados dois brincos (MARQUES, 2014).

Figura 3. Elmo de ouro do rei Mes-Al-Kalam-Dung, peça em filigrana de 2450 a.C.



Fonte: MARQUES (2014, p. 43).



Enfatiza Guarnieri e Ribeiro (2012), que nas peças mais antigas, a filigrana era aplicada sobre a chapa, como forma de decoração. Segundo os autores, a técnica se desenvolveu com a utilização de novas ferramentas empregadas no processo, o que permitiu que os etruscos produzissem peças onde os desenhos eram colocados numa estrutura, chamada pelos italianos *scafatura*, que consiste de uma base de metal bem fina, que sustenta os fios entrelaçados; o que tornou as peças em filigrana mais leves e delicadas (GUARNIERI; RIBEIRO, 2012).

Na cidade de Natividade, Tocantins, os primeiros ourives utilizavam a técnica da filigrana na confecção de joias como o Coração Nativo, colar de Contas, pulseira Escrava, porém sem o uso da cinzelagem e da cravação. A cravação só passou a ser utilizada mais recentemente a partir dos anos 1990, com influência da joalheria moderna.

Outras técnicas verificadas ao longo da história foram: a incrustação, granulação e o uso da filigrana, a coloração por esmalte, o que criou uma grande diversidade, proporcionando o colorido da joalheria egípcia, que dava protagonismo ao uso do ouro (GOLA, 2006).

Os etruscos, demonstra Gola (2006), se tornaram grandes mestres artesãos do mundo antigo. Tinham habilidade e sofisticação, suas criações eram cinzeladas ou decoradas com filigranase granulação (método que consistia na utilização de grânulos pequenos de metal), sendo respeitados por isso, atingindo com o passar do tempo um grau de perfeição nunca mais alcançado.

A costa leste do Mediterrâneo de acordo Guarnieri e Ribeiro (2012, p. 31) “[...] é outra região que se transformou em centro de inovação, onde comerciantes com suas mercadorias se encontravam”. Essa região, atualmente correspondente ao Líbano e Síria, os fenícios tinham destaque também por sua saga colonizadora, e da habilidade pelos mares, que os ajudou a estabelecer colônias na região oeste do Mediterrâneo, especialmente o sul da Espanha (GUARNIERI; RIBEIRO, 2012).

Ainda conforme Guarnieri e Ribeiro (2012), por volta do ano 800 a.C., os fenícios foram dominados pelos assírios, povo proveniente do leste da Mesopotâmia. O comércio com os gregos se intensificou e, então, os assírios se tornaram grandes parceiros comerciais, o que fez aumentar a circulação de bens das mais variadas procedências, a fim de atender os desejos de uma elite que se enriquecia. Os autores afirmam que essa ampliação do mercado atraiu ourives vindos do oriente que traziam consigo técnicas como granulação e a filigrana e se inspiravam nas culturas da Mesopotâmia, Egito, Assíria e Grécia.

Sobre a joalheria etrusca, Guarnieri e Ribeiro (2012, p. 32) descrevem que:

No século VI a.C., [...] – tanto nos desenhos quanto na confecção – acentuou-se também a influência grega. A técnica da granulação foi suplantada pela da filigrana, por causa da facilidade da execução. Os etruscos trabalhavam habilmente seus recursos naturais gerando fortunas. Isso possibilitou que importassem objetos de luxo vindos da Grécia e da Fenícia. Seu auge foi entre 700 a 600 a.C. As técnicas que chegaram aos etruscos é a mesma dos fenícios e vinha dos gregos, porém o povo etrusco alcançou grau de perfeição superior no trabalho de seus ourives, se baseando na utilização de lâminas e fios. Foram os primeiros a não fazer uso da base de apoio onde os fios eram soldados, o que provocava maior grau de dificuldade no processo de produção.

Em Roma, apenas depois do ano 27 a.C., cita Guarnieri e Ribeiro (2012), se observou o crescimento da joalheria; até esse instante o ouro era utilizado majoritariamente para financiar batalhas. A filigrana, assim como a granulação permaneceram muito utilizadas, diminuindo o uso do esmalte. Uma das maiores contribuições para a joalheria romana veio dos celtas, que têm suas origens na região sudeste da atual Alemanha, Suíça e Áustria.

No que tange à faixa litoral da Península Ibérica, na segunda metade do II milênio a.C., é caracterizada pela intensificação de intercâmbios mais extensos com o Atlântico e o Mediterrâneo, o que favoreceu trocas econômicas influenciadas pela metalurgia. Assim, tanto a metalurgia quanto a tecnologia sofreram um perceptível crescimento, no que diz respeito ao fabrico de objetos (PEREIRA, 2008).

Segundo Pereira (2008, p. 18):

No ocidente da Península Ibérica, a partir do século VIII a.C., são introduzidas novas técnicas e formas decorativas, fruto de influências culturais diversas. Da Europa Central adveio o estampilhado e o repuxado, e do Mediterrâneo surgiu a filigrana. A partir das novas técnicas surgiram objetos com um cunho fabril original resultantes da tradição metalúrgica, da tecnologia e das correntes estéticas exteriores. A influência da Europa Central reforçou a tradição indígena de joias, maciças ornamentadas com figuras geométricas e formas simples.

A tradição oriental fenícia influenciou consideravelmente e trouxe novidades para a ourivesaria, que se caracterizava pela leveza das peças, a introdução de novos apontamentos técnicos e uma nova tipologia de joias com elementos articulados - como as arrecadas (PEREIRA, 2008).

É possível verificar que o comércio e as trocas comerciais foram essenciais na difusão da técnica da filigrana pela península ibérica: Espanha e Portugal. Ou seja, o comércio marítimo que trazia alimentos, utensílios e armamentos, foi responsável pelos diálogos culturais que se manifestaram através do aperfeiçoamento das artes, das ciências, etc.

O tipo mais antigo de filigrana, enfatiza Gola (2006, p. 60), “[...] consistia em soldar fios muito finos – em formas, espiraladas ou não – apoiados em seu contorno por chapas de metal. Essa técnica, muito popular nos períodos carolíngio (768 a 900) e românico (1000 a 1299), foi muito utilizada na confecção de joias”. A essa técnica, com frequência eram incorporados camafeus, pedras preciosas, esmalte, marfim, etc. (GOLA, 2006)

No Ocidente, Guarnieri e Ribeiro (2012), ensinam que desde o início da era medieval, houve a preferência pela temática religiosa, que muitas vezes esteve ligada e se inspirou na arte bizantina. Assim, a maior parte dos artífices produzia para a Igreja peças como crucifixos, enfeites para o altar. Os fios de ouro e gemas eram aplicados frequentemente em tecidos das vestes de sacerdotes e da nobreza. Foi também na Idade Média, declaram Guarnieri e Ribeiro (2012, p.35), “[...] que surgiram as primeiras guildas (corporações de ourives), sendo os maiores centros de produção de ourivesaria as cidades de: Paris (França), Veneza (Itália) e Colônia (Alemanha)”.

A queda de Constantinopla em 1453 e o fim do império bizantino, marcou o início dos quatrocentos anos de poder dos turcos otomanos, anos estes caracterizados pela dificuldade de se obter ouro para as joias na Europa, a solução encontrada pelos artífices foi o emprego da prata e do bronze na produção das peças.

Guarnieri e Ribeiro (2012, p. 36) descrevem que:

Durante o Renascimento, houve uma busca pela antiga arte grega, surge também o conceito de artista que vigora até os dias atuais, com obras recebendo a assinatura de seu criador. Por sua vez, as joias passaram a ser marcadas com uma punção (marca que se aplicava na joia para se identificar quem a fabricou ou o quilate do metal usado), que registrava o autor e o local onde foram produzidas.

A burguesia, nova classe ascendente, passou a ser a grande compradora das joias, que, com o início das navegações, a descoberta das Américas e as viagens expansionistas pela Índia e China, enfocam Guarnieri e Ribeiro (2012, p. 36), “[...] teve seu comércio aquecido, pois a Europa passa a receber grandes carregamentos de ouro e prata, além das gemas provenientes de suas colônias, com isso a população passou a consumir quantidade de joias jamais vista na história”. Ou seja, durante a Renascença, a nova classe emergente, se beneficiando da maior disponibilidade de ouro e prata, vindos da América, de lugares como Peru e Brasil, tiveram uma oportunidade maior de ostentar adereços e joias.

Com a chegada de Vasco da Gama a Calcutá no ano de 1498, apontam Guarnieri e Ribeiro (2012), iniciou-se uma produção indo-portuguesa de objetos com características cristãs portuguesas, onde misturaram-se expressões artísticas hindus e cristãs, com utilização

marcante da filigrana. Passou-se a executar peças cujo formato e função eram copiados de objetos feitos na Europa.

A filigrana portuguesa também era produzida na Índia e China, com a economia de um custo de produção. As peças então eram levadas de volta à Europa para serem vendidas. Com a fundação da Companhia Britânica das Índias Orientais, foi verificado aumento significativo de importações da Inglaterra de produtos indianos com destino ao Ocidente, incluindo muita filigrana em prata (GUARNIERI; RIBEIRO, 2012).

### **1.3. A história da filigrana em Portugal**

Em Portugal, argumenta Pereira (2008, p. 15), “[...] desde a época em que estava inserido no vasto Império Romano, possuía explorações auríferas em seu território, sobretudo na região noroeste: ouro, prata, cobre, ferro eram abundantes”. A riqueza em ouro que brotava das minas do Noroeste era significativa, vestígios resultantes das escavações de antigas minas do ouro encontrados em Vila Pouca de Aguiar e na região do Douro corroboram essa prerrogativa: Valongo, Paredes, Gondomar, Castelo de Paiva, Penedono, Trás-os-Montes, Mirandela, Chaves; além do Alto Minho, como a Serra de Arga, entre outras localidades, todas com localização na parte Norte (PEREIRA, 2008).

Aconselha Pereira (2008), que o ouro proto-histórico pode ser chamado por ouro nativo ou aluvial, posto que, era extraído naturalmente e sem a utilização de qualquer operação metalúrgica. Este metal nobre era originário das areias dos rios e das jazidas superficiais dos depósitos que se encontravam junto à superfície do solo.

Em terras nativitanas, logo depois das descobertas das primeiras lavras em 1734, o ouro era extraído utilizando-se a mão de obra escravizada africana nos veios dos córregos da região de forma aluvional. Atualmente, o ouro que abastece as ourivesarias dando incremento às atividades dos artesãos filigraneiros é extraída em “caixas”, que chegam ao subsolo, com até 130 metros de profundidade. Destacando-se hoje os garimpos do Príncipe, pequeno povoado de Natividade. O ouro e a prata são levados à superfície, onde as pedras são moídas, lavadas e processadas até terem a aparência dos cobiçados metais.

Pereira (2008) complementa que a ourivesaria proto-histórica comprova a existência de explorações auríferas anteriores à época romana sendo que o ouro resultava de jazidas fluviais. Os romanos possuíam conhecimentos técnicos e geográficos permitindo-lhes

otimizar a exploração dos recursos mineiros na Península Ibérica, extraindo o ouro dos rios e de aluviões.

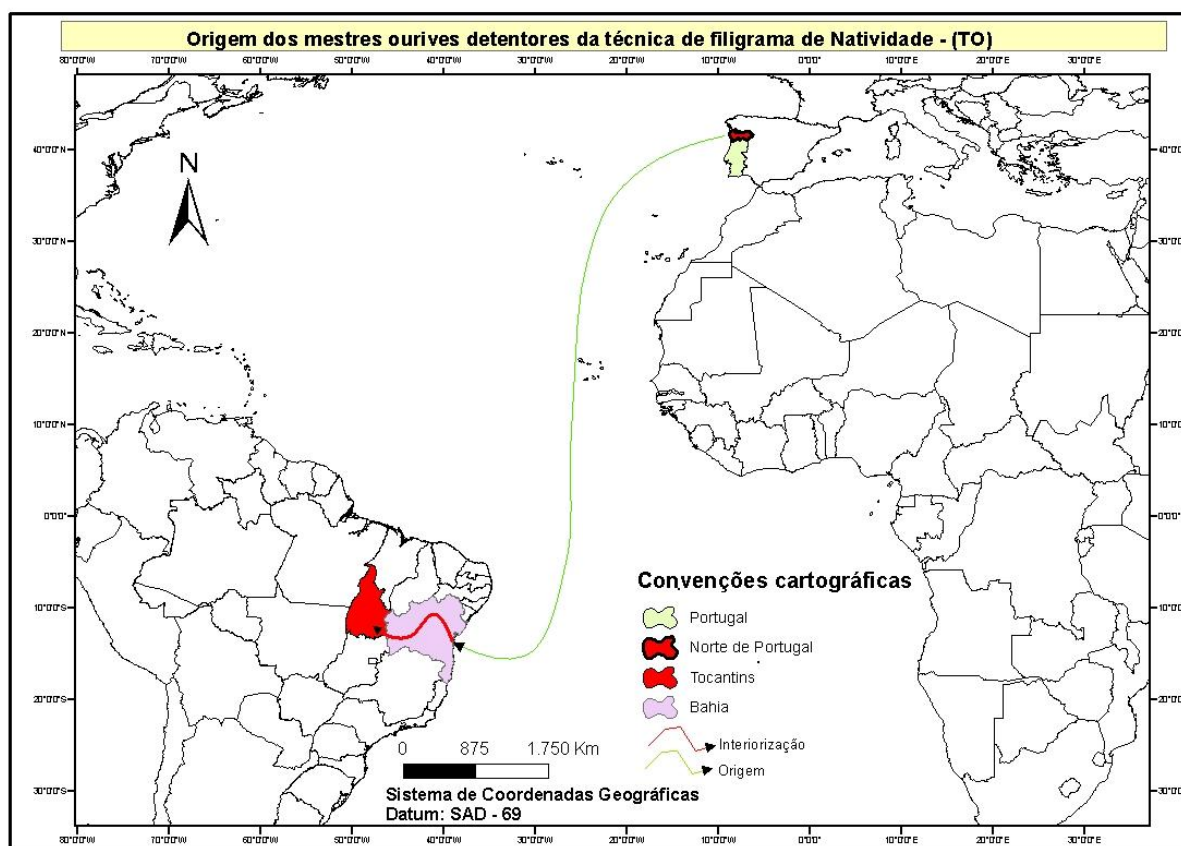
Diante de tamanha opulência, que confirma a riqueza dos solos peninsulares em metais nobres, não é de se estranhar que num país bem dotado de matéria-prima, aparecessem de imediato, os artífices. Este fato promoveu o aparecimento da indústria de ourivesaria e induziu conseqüentemente as populações do noroeste peninsular a desenvolverem a joalheria. A localização periférica do território português no continente europeu e a vasta frente marítima voltada quer para o oceano Atlântico, quer para o Mediterrâneo, proporcionaram influências e redes de interação riquíssimas que, por via continental, seriam extremamente complexas de encetar (PEREIRA, 2008, p. 16).

Desse modo, reforça Pereira (2008) que o surgimento da ourivesaria está ligado a um conjunto de razões, como a quantidade de ouro, ao respectivo emprego e a um contexto socioeconômico que acabou favorecendo o aproveitamento e desenvolvimento metalúrgico. Através de pesquisas arqueológicas, em localidades do Norte de Portugal, houve a descoberta de vestígios de metais nobres e de utensílios que eram empregados pelos artífices ancestrais para a fabricação e decoração de artefatos.

No III milênio a.C. assistiu-se à entrada da metalurgia na península ibérica, fruto de influências dos mercadores do Mediterrâneo Oriental. Pereira (2008, p. 16) salienta “[...] que comercializavam desde o milênio anterior no litoral do oceano Atlântico. Assim, a introdução de novas técnicas promoveu o aumento da produção de artefatos em ouro, impondo uma hierarquização social, e o fomento de trocas comerciais”.

De Portugal vieram desde o começo da colonização e no decorrer do século XIX, ourives para o Brasil. No século XVIII, após as descobertas de ouro nas regiões centrais, ocorreu o aumento destas migrações, sobretudo de artesãos filigraneiros que habitavam o norte, destacando-se Gondomar e Póvoa de Lanhoso (Figura 4).

Figura 4. Mapa da origem dos mestres-ourives de Natividade, que migraram sobretudo da região norte de Portugal.



Fonte: Base Cartográfica disponibilizada pela SEPLAN - TO, 2017. Nota: Elaborado pelo autor, 2017.

Aqui desembarcando, repassavam a técnica em oficinas para os seus aprendizes. Desse modo, a técnica da filigrana, que chegou a Natividade a mais de cem anos, permanece até os dias hodiernos.

No Ocidente da Península Ibérica, a partir do século VIII a.C., conforme Pereira (2008, p. 17), “[...] são introduzidas novas técnicas e formas decorativas, fruto de influências culturais diversas; da Europa Central adveio o estampilhado e o repuxado, do Mediterrâneo surgiu a filigrana”. Surgiram a partir de novas técnicas objetos de cunho original, frutos da tradição metalúrgica, da tecnologia e de vertentes estéticas exteriores (PEREIRA, 2008).

Marques (2014) vai mais longe e afirma que a filigrana, por ter sido usada na ourivesaria de antigas civilizações do mediterrâneo (como nas joias gregas, etruscas e romanas), depois por gauleses e visigóticos desperta muito interesse histórico e curiosidade. Ainda segundo a autora, na invasão árabe à Península Ibérica no século VIII, descobriram-se oficinas já a trabalhar com esta técnica, contrariando o pensamento generalizado de que a

filigrana tem origem árabe, sendo precisamente oposto, tendo os árabes dado um notório desenvolvimento à técnica.

Para Pereira (2008), a influência oriental do povo fenício possibilitou algumas inovações no domínio da ourivesaria, que se caracterizou pela sutileza das peças, a introdução de apontamentos técnicos inovadores, e de novos tipos de joias com elementos articulados, o caso particular das arrecadas (brincos). Os fenícios deixaram peças para a posteridade, como estas arrecadas ou brincos (Figura 5).

Figura 5. Arrecadas em filigrana, influência fenícia na ourivesaria.



Fonte: PEREIRA (2008, p. 18).

Essas peças representam todo o potencial artístico fenício que foi influenciado e influenciou diversos povos através do comércio e da cultura.

Neste sentido, Pereira (2008, p. 18) afirma que:

Em suma, o noroeste peninsular foi sujeito a influências comerciais de origem continental e mediterrânea, projetadas na ourivesaria proto-histórica, potencializada pela riqueza aurífera da região, conduzindo à crescente produção de joias soberbas de ourivesaria peninsular. A ourivesaria, uma das artes mais distintas e cultivadas em Portugal, ocupou, desde sempre, um lugar de destaque nas artes decorativas, quer pelo estilo dos objetos, pela expressão de beleza que o uso ornamental confere, quer pela qualidade e maestria de fabrico de obras-primas de ouro e joalheria que atraem e fixam a atenção pelo esplendor, a beleza e delicadeza do trabalho.

A ourivesaria popular, em especial a filigrana, obedeceu aos modelos tradicionais e regionais quanto à forma, ou seja, como acentua Pereira (2008, p. 20) “[...] a arte popular diz

respeito ao povo, às manifestações artísticas que o caracterizam e que o fazem identificar-se com usos, costumes e festejos, representando a cultura popular<sup>2</sup>”. Ainda para o autor “nesse enquadramento inscreve-se a filigrana, ofício de cariz popular, manufaturado por artistas populares tratando-se de uma arte que caracteriza o conselho de Gondomar e Portugal. Uma ancestral e pitoresca indústria popular, fruto da alma artística das gentes da região do Douro litoral”.

De acordo com Fazenda (1983), não há como falar de Gondomar sem falar das filigranas e dos filigraneiros; ainda que essa arte também é manufaturada em outros centros da ourivesaria portuguesa e com boa elaboração, no entanto, Gondomar chama a atenção por suas peças originais nos concelhos de Valbom, Gondomar, Fanzeres, Rio Tinto, Valongo etc.

Assim como em Natividade, ao norte de Portugal o hábito de ourar o peito está historicamente associado às tradições populares como festas e romarias. Neste momento de festa na região do Douro e Minho destacam-se os trajes populares enfeitados pelas filigranas, que conferem apego à memória, percebe-se a importância das vestimentas populares como alusão à preservação da cultura, das vivências sociais, de usos e costumes (Figura 6).

Figura 6. Mordomas de Viana do Castelo ostentam variadas peças de joalheria que ilustra o trajar minhoto associado à arte popular, como as filigranas.



Fonte: PEREIRA (2008, p. 21).

<sup>2</sup>Entenda-se aqui que o termo popular, vem trazendo o sentido ligado às festas populares. Também as joias em filigrana oriundas do norte de Portugal eram chamadas de populares, enquanto as joias maciças eram adorno das classes mais abastadas. Porém, com o tempo a filigrana se tornou um símbolo de todo o Portugal, utilizado hoje por todas as classes sociais (PEREIRA, 2008).



As mulheres minhotas demonstram grande aproximação com as tradições e heranças ancestrais, aponta Pereira (2008, p. 21) que “[...] em geral se encantam pelas joias filigranadas, em particular, carregando ao peito o ouro que bamboleia e cintila suscitando múltiplos olhares”. Ao longo do tempo criou-se a admiração da ourivesaria popular servida pelos motivos singelos que só a imaginação do povo seria capaz de reproduzir, dessa forma, a filigrana emergiu como uma arte essencialmente popular trabalhada com a habilidade que os filigraneiros dão aos objetos em detalhes artísticos, tenros e únicos, marcando a influência lusitana na técnica (PEREIRA, 2008).

As contas de ouro, ocas, com ornatos sobrepostos de filigrana. Usam-se no Minho, principalmente em Viana do Castelo, Braga e Barcelos. Trata-se de uma composição simples em que a filigrana quase não tem realce, porque não há contrastes de cor e de relevo, mas enche-se bem a vista pelo volume, o que satisfaz o senso estético regional, que se baseia na quantidade (FAZENDA, 1983, p.193).

Mota (2014), comenta que o adjetivo popular está relacionado a algo pertencente ao povo, especialmente a gente comum, feito por pessoas simples e sem instrução. A designação passou a ser utilizada no século XX, e abarcou um conjunto de peças de ourivesaria do ouro usadas em todo o país, com um consumo acentuado e particular na região Norte.

Percebe-se, que os principais objetos tradicionalmente enquadrados por esta denominação, “popular”, destaca Mota (2014, p .31) “[...] correspondem: argolas, arrecadas e brincos de várias feições, cordões, grilhões, gramalheiras, colares de contas, cruces, relicários, corações, conceições, cruces de Malta, borboletas e laças”.

Para Pereira (2008, p. 21):

A tecnologia na arte significa um conjunto de termos técnicos que dizem respeito a mesma, desse modo, o conhecimento que existe sobre a produção de filigrana em Portugal irá ser eterno, as próprias peças vão ser responsáveis por isso, as que já estão em museus por todo o mundo, a criação do Centro de Formação Profissional , indústria da ourivesaria e relojoaria localizado em Gondomar, onde vários mestres filigraneiros agora ensinam a sua arte.

Gondomar é uma cidade que pertence ao distrito do Porto, no Douro, região que carrega a secular tradição de adereços e peças em filigrana. De acordo com Cruz (1993), já no início do século XV, por volta de 1402, ordenações estabelecidas pela Câmara do Porto buscavam garantir a boa qualidade das peças saídas das mãos dos ourives do concelho, protegendo desse modo, os interesses do fabricante ou do artífice e do consumidor.

Nos termos do contrato de casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com o Rei Carlos II da Inglaterra em 1661, onde o Rei de Portugal entregaria um dote, cuja

metade seria em pedras, açúcar e outras mercadorias. Nessa época, são usadas peças de ourivesaria como pendentes em cruz, medalhões devocionais e relicários com figuras sagradas ou siglas religiosas, artigos que ainda hoje são fabricados pelos ourives tradicionais portugueses (RIBEIRO, 2014, p. 21).

A joalheria portuguesa, em finais do século XVII até meados do século XVIII, foi impulsionada pelas descobertas e exploração de inúmeras jazidas de ouro nas regiões centrais do Brasil. Dessa maneira, o ouro e as gemas brasileiras propiciaram a Portugal por algumas décadas ser outra vez uma potência mundial, época marcada pela exuberância e requinte, que corresponderam à criação de adereços em que se somaram metais e pedras (RIBEIRO, 2014).

Para Maria José Goulão (1990), em seu trabalho: “Ourives portugueses na região do rio de La Plata nos séculos XVII, XVIII e XIX”, a especificidade da contribuição portuguesa foi fundamental na formação de inúmeras gerações de artífices rio-platenses, e teve as suas consequências, adquirindo aspectos quanto aos estilos bem singulares. Goulão (1990) destaca que, em documentação arrolada, dos 97 ourives europeus identificados que trabalharam na região de Buenos Aires até o século XIX, 43 foram espanhóis e 44 foram portugueses, que trouxeram seus conhecimentos e técnicas, como a filigrana, característica da ourivesaria portuguesa tradicional.

Ainda em meados do século XVIII, em 1771, os ourives portugueses na região do Rio da Prata eram 11, em 1788 alcançaram o número de 15, sendo 13 do Continente e 2 do Brasil. O elemento Português era mesmo largamente superior ao espanhol, pois na mesma altura registravam-se apenas 5 ourives nascidos na Espanha, num total de 46, 24 dos quais americanos. Assim se sabe que o número de ourives portugueses que atuaram na região do rio de La Plata deve ter sido bastante superior ao registrado (GOULÃO, 1990).

No início do século XIX, a ourivesaria tradicional portuguesa esteve em momento difícil, com os ourives tendo que copiar modelos trazidos de outras nações, sobretudo da Inglaterra, fase esta que persistiu até 1840, ocasião em que a casa Leitão, em Lisboa pôs em prática a iniciativa de estimular o resgate de modelos originais, o que estimulou outros ourives da mesma época (MOTA, 2014).

Esclarece Mota (2014), que no ano de 1834, um Decreto do governo estabeleceu a extinção das corporações, o que causou sérias consequências ao ofício de ourivesaria; em 1884, “[...] o relatório da Exposição Industrial confirma a quase extinção dos lavrantes de prata e fabricantes de alfaias, assim como dos filigraneiros de ouro e fabricantes de cordões, situação que levou à emigração e à mudança de atividade, separando-se, então, o comércio e o fabrico”(MOTA, 2014, p. 131).

Conforme Marques (2014, p. 46):

No Porto, em 1895, realizou-se a exposição industrial onde foram expostas filigranas de Gondomar que surpreendeu os visitantes, deixando-os impressionados com o labor manual impregnado nas peças. Após isso, houve um grande impulso na ourivesaria no final do século XIX, sendo que as filigranas que enfeitavam lavradeiras, gente do povo e praticamente toda a população do litoral norte, ganhou fama e as oficinas tiveram encomendas para todo o país e estrangeiro.

Mota (2014) complementa afirmando que na cidade do Porto, no século XIX, um elevado número de oficinas operava, quase sempre, ligadas a uma loja de ourives e situadas em determinados pontos. Contudo, com o passar do tempo os filigraneiros da cidade do Porto foi passando paulatinamente para Gondomar, região bem próxima, perfazendo já nas duas últimas décadas do século XIX, cerca de 95 oficinas onde trabalhavam 347 artífices.

No ano de 1907, Póvoa de Lanhoso, realça Mota (2014, p. 132) “[...] era uma freguesia afamada pelas muitas e importantes obras de filigrana que ali se fabricava, sendo considerada uma das mais importantes de Portugal no gênero da ourivesaria”. Já em meados da década de 40 se destacavam os ourives de Braga (Póvoa do Lanhoso), Guimarães e Porto (Gondomar), esta última, no que diz respeito à ourivesaria tradicional popular ganhava cada vez mais brilho e reconhecimento (MOTA, 2014).

Conforme Marques (2014, p. 45), “no ano 1881, existiam em Gondomar, 95 oficinas onde trabalhavam 374 operários; em 1929, o número de oficinas havia se reduzido para 23, e em 1995 existiam apenas 7 oficinas em que 30 filigraneiros ao todo exerciam o seu ofício, notando-se assim uma constante diminuição do número de oficinas”.

Importante perceber, que no decorrer do século XX as oficinas que produziam joias tradicionais em filigrana tiveram um acentuado declínio, que quase levou a extinção da prática filigraneira no ano de 1995, quando o número de artesãos chegou a uma quantidade ínfima.

Segundo Marques (2014, p. 46):

A produção artesanal não foi colocada de lado, porém para uma resposta efetiva às necessidades de novos tipos de encomendas e pedidos, levou à necessidade de se fazer adaptações<sup>3</sup>, e assim a extinção da tecnologia, artesanato e mestres não ocorre mais o risco de extinção. A filigrana do século XXI, continua dividida entre o antigo e o moderno, não sendo previsível o futuro das normas, mas o ressurgimento da técnica já é certo.

---

<sup>3</sup> Em Natividade, atualmente muitas das joias produzidas já trazem novos modelos e designs, embora mantenham a técnica original da filigrana.

Marques (2014) reforça que paira uma dúvida no ar, se será possível para os artesãos filigraneiros conseguirem acompanhar as novas tendências, sem contudo alterar a sua essência e originalidade, ligada pessoalmente a cada peça produzida, e como atrair novos consumidores das joias em filigrana, convencendo os mesmos de que ao ter este objeto estão a adquirir algo de decoração que é único, que comunica e é representativo de uma sociedade, sendo um símbolo da cultura portuguesa. Assim, de acordo com o autora:

Primeiro será necessário avaliar as relações do homem com a sociedade envolvente, e qual a sua posição, para que seja possível apresentar aos indivíduos um conjunto de coisas essenciais da cultura tradicional que é preciso valorizar. As peças em filigrana representam peças únicas, associadas a um simbolismo da sociedade lusitana, com uma riqueza de variedades espantosas (MARQUES, 2014, p. 47).

Nos dias atuais, a filigrana portuguesa, para Marques (2014, p. 52), “[...] é proveniente de relicários, cruzeiros e arrecadas, datadas de finais do século XVII e século XVIII, havendo uma grande evolução no início do século XIX, com desenhos populares, o que também aconteceu noutros países [...]”.

Essa tradição demonstra o sentimentalismo português, que se expõe através de peças sutis e ricamente trabalhadas, comparando o ouro a fios de seda. De acordo com Marques (2014, p. 52) “[...] a herança tradicional da arte da filigrana corresponde a uma necessidade funcional que pode ser adaptada por outras sociedades, porém, o sentimento e a alma portuguesas estão refletidas nessa técnica[...]”.

Recentemente, evidencia Marques (2014) criou-se uma coleção de moda, denominada: “Made in Portugal”, utilizando a filigrana em adereços como chapéus<sup>4</sup>, sapatos, vestidos etc. Por meio dessa iniciativa artistas portugueses buscaram realçar a técnica ancestral e tradicional portuguesa em trajes modernos e audaciosos, o que por sua vez não ofusca a filigrana, dando-lhe brilho por meio da resignificação artística:

O nome desta coleção é “Made in Portugal” dado que o objetivo desta coleção é ir além das fronteiras, achei necessário um nome que caracteriza-se bem o projeto, e como projeto desenvolvido em Portugal, com o objetivo de ser em fábricas portuguesas, com filigraneiros de Portugal e com a tradição portuguesa, este nome parece adequado para uma fácil percepção das origens, pois todo mundo sabe do significado de “made in (fabricado em...)”, e como este trabalho é sobre Portugal, filigraneiros portugueses, e fabrico em Portugal, realçar o local de fabrico parece ser um boa estratégia (MARQUES, 2014, p. 107).

---

<sup>4</sup> Ver modelo Oração, desenhado respeitando as formas tradicionais, a fim de que não se perdesse a identidade da filigrana portuguesa, na Tese de Doutorado de Iolanda Vanessa Lopes Ribeiro Alves Marques, intitulada: Estudo para aplicação de filigrana portuguesa em acessórios de moda. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/13187/1/Tese.pdf>>.

Como foi dito anteriormente, a filigrana, se tornou um dos grandes símbolos portugueses, e é uma técnica absorvida pela ourivesaria tradicional. Contudo, de acordo com Ribeiro (2014), pouco se tem feito nos últimos anos com a intenção de que este símbolo da cultura lusitana se prolongue e eternize-se. Mesmo em Póvoa de Lanhoso, que com Gondomar, atualmente mantém a hegemonia em relação às oficinas e mestres filigraneiros, há pouca visibilidade, a até mesmo pouca propaganda da filigrana.

Ribeiro (2014) destaca que se verifica por parte dos filigraneiros certa rejeição quanto à inserção de novos modelos e novos designs<sup>5</sup>. Os novos desenhos, segundo Ribeiro (2014, p. 17) “[...] não são aceites e o papel do designer não é compreendido, muito menos valorizado, sendo poucas as empresas que apostam num designer”.

Antigamente, mal uma criança do sexo feminino nascia, as suas orelhas eram furadas. Quando estivessem aptas a usar brincos, a madrinha oferecia, como era de costume, um par de botões e à medida que a criança crescia, os pais iam trocando por outros maiores, até chegarem aos almeçados brincos à rainha ou às arrecadas de Viana. Uma das peças mais populares e mais utilizadas pelas mulheres portuguesas são os brincos à rainha (RIBEIRO, 2014, p. 64).

Há pouco tempo, os brincos à rainha, passaram a ser produzidos em escala industrial, perdendo de certa forma a identidade e simbologia da filigrana portuguesa, noutras épocas, Ribeiro (2014) afirma que “[...] estes brincos eram desenhados até o mínimo pormenor numa chapa de ouro e posteriormente, recortados com fina serra e cinzelados até adquirirem as formas desejadas”.

Entre as muitas peças fabricadas atualmente, Ribeiro (2014), destacam-se os colares de contas bastante utilizados pelo público. Historicamente, o colar de contas minhotas era adquirido pelas mulheres de Viana do Castelo, muitas vezes comprado com a poupança das mesmas. Ribeiro afirma que (2014, p. 62), “[...] Além das contas olho-de-perdiz, existem também as chamadas contas brasileiras<sup>6</sup>”.

Ribeiro (2014) relata que entre as famílias mais abastadas, destaca-se a preferência pela “gramalheira”, peça das mais ornamentadas no universo da filigrana. É a peça mais prestigiada pelas classes sociais mais altas, sobretudo pela maior quantidade de ouro. Ainda conforme o autor, a gramalheira, tem esse nome por se assemelhar a uma corrente grossa, de ferro, usada para suspender a caldeira sobre o lume.

---

<sup>5</sup> Em Natividade, nos dias hodiernos modelos novos convivem com modelos tradicionais.

<sup>6</sup> Estas contas são constituídas por duas calotes estriadas em que a união é feita por um fio de filigrana, que lhe dá maior consistência e efeito estético. Importante lembrar que, os colares de contas também fazem parte da tradição das chamadas “Joias de Crioula” da Bahia setecentista e oitocentista (RIBEIRO, 2014, p. 62).

Póvoa de Lanhoso, encontra-se inserida no distrito de Braga, província do Minho, e possui vinte e nove freguesias, sendo Travassos e Sobradelo da Goma, historicamente, as mais ligadas à filigrana. Atualmente, com um terço dos seus naturais espalhados pelos quatro cantos do mundo, os residentes dedicam-se, na sua maioria, à arte do fabrico da famosa filigrana poveense (RIBEIRO, 2014, p. 64).

Nos dias hodiernos, reforça Ribeiro (2014) que a atividade turística tem buscado explorar a presença de oficinas bem como a atividade dos mestres filigraneiros, com destaque muito especial para a Aldeia Turística de Carreira. Muitas oficinas ligadas à filigrana estão de portas abertas a curiosos e turistas, demonstrando a sua arte tradicional aos que se interessam. Em Póvoa de Lanhoso, segundo Ribeiro (2014, p. 9) “[...] as oficinas que fabricam a filigrana tem características de serem de tradição familiar, cujas origens remontam a três, quatro, cinco gerações dedicadas ao trabalho em ouro e prata”.

De acordo com Joana Ribeiro (2014), para efetivação de seu mestrado em Design, estagiou numa pequena oficina. A autora descreve que:

A oficina de Ouro é uma empresa de tradição familiar, cujas origens remontam a muitas gerações que exercem a prática da filigrana. Os atuais proprietários enfrentaram o desafio de dar continuidade a esta tradição artesanal, criando novos modelos e formas que permitam a sua adequação às novas tendências e gostos, tarefa a que se têm dedicado com paixão e que os tem levado a conseguir algum sucesso e reconhecimento por parte do seu público e clientes (RIBEIRO, 2014, p. 9).

A tradição da joalheria em Portugal, enfoca Ribeiro (2014) está marcada pelo barroco, pela singeleza e pela singularidade de suas peças e tipos, como: laças, arrecadas e filigranas. Porém, ao mesmo tempo em que respeitam-se as características tradicionais do fabrico, se deixa de lado o risco pelo novo, pelas peças modernas de designes atuais; e além do mais há espaço e mercado tanto para o tradicional como para o moderno. Contudo, percebe-se por parte de muitos filigraneiros de Gondomar e de Póvoa de Lanhoso certa aversão por peças inovadoras.

Outro estudo sobre a ourivesaria tradicional portuguesa feito por Ana Cristina Correia de Souza (1997) intitulado: “Ourivesaria estampada e lavrada”, enfocando a organização das oficinas em Gondomar, buscou resgatar peças que hoje nem são mais conhecidas, crenças, superstições ao longo dos séculos. No que tange ao universo das peças da ourivesaria tradicional e em filigrana, boa parte não é mais confeccionada (SOUZA, 1997).

No limiar do século XXI, segundo Mota (2014), em 2001, o concelho de Gondomar, contava com 611 indústrias desta área oficialmente registradas. Em março de 2013, esse

número baixou para 482. Na mesma época, Póvoa de Lanhoso apresentava 28 ourives registrados.

Em relação aos tipos de joias confeccionadas pelos artífices, Mota (2014), aponta que a existência de praticamente apenas dois pólos de fabricação: Póvoa de Lanhoso e Gondomar, um no Minho e outro no Douro, favoreceram a preservação das características tradicionais das peças, pois ambas as localidades estão na mesma antiga província, outrora designada Entre-Douro-e-Minho. Desse modo, destaca Mota (2014, p. 130) que “[...] os dois centros sofreram as mesmas influências sociais e estéticas, elementos capazes de influir na construção de uma estética única que se estendeu a todo Norte, possibilitando um conjunto muito semelhante de peças, salvo algumas exceções. ”

#### **1.4. A ourivesaria e a filigrana no Brasil**

Durante o Renascimento, com a chegada dos europeus às Américas, as explorações e a colonização enriqueceram cultural e materialmente o mundo. Para a Europa, o continente americano significou não só a expansão das fronteiras geográficas, mas também o aumento da apropriação dos recursos minerais.

Do ponto de vista das Américas, conforme Gola (2006, p. 77) “[...] esse contato significou uma catástrofe civilizatória, pela imposição da cultura das metrópoles com que o colonialismo aqui se consolidou e pelas doenças, ditas “civilizadas”, que os colonizadores trouxeram”.

Guarnieri e Ribeiro (2012, p. 42) apontam que:

Nas Cartas Avulsas dos Jesuítas (1550-1568), há relato de que próximo ao ano 1568, um ourives chegado de Portugal aceitou o encargo de produzir para os padres da companhia de Jesus, uma custódia coberta de joias e cadeias de ouro, oferecidas pelos devotos e considerada o início de atividade sistemática da ourivesaria no Brasil, introduzida por artesãos portugueses e continuada por aprendizes negros e índios.

Enquanto a colônia recebia os artífices portugueses, desenvolvia-se nas principais cidades marítimas como Salvador, Olinda, e Rio de Janeiro, tráfico regular com Buenos Aires por onde escoava parte do ouro e da prata vindos do Peru. De acordo com Guarnieri e Ribeiro (2012, p. 42) “[...] os comerciantes do rio da Prata eram conhecidos por peruleiros, tinham altos lucros, e tinha a cidade de Salvador como seu ponto principal”.

O caso de São Paulo é emblemático, pois de acordo com Gola (2006), tratava-se de uma vila com pouca expressividade durante os séculos XVI, XVII, XVIII até o final do XIX, o que não impediu o desenvolvimento da produção de joias. Gola (2006, p. 87) explica que os habitantes paulistas, “[...] filhos de portugueses e espanhóis, tinham particular apreço pelas alfaias de prata, como demonstram inventários seiscentistas e setecentistas preservados no arquivo do estado de São Paulo”.

Gola (2006, p. 87) relata que “o acervo de prataria e joias de ouro é surpreendente – em todos os inventários havia, ao menos, uma colher e uma tamboladeira de prata (espécie de vaso de origem espanhola, para medir vinho, azeite, farinha, remédios e outros), uma corrente, ou um par de brincos, de ouro”.

No que tange à extração aurífera, Brancante (1999) aponta que foi feita pela primeira vez em 1559, pela iniciativa de Afonso Sardinha, auxiliado pelo seu filho de mesmo nome e por Clemente Álvares. Tal descoberta atraiu o ataque de piratas ingleses, como Fneton e Cavendish. Muita gente emigrou para São Paulo, Brancante (1999, p. 13) esclarece que “[...] entre eles é citado em 1598 o ourives cristão: Miguel Vaz Lobo. Afonso Sardinha, o filho, quando, em 1604, faz seus testamentos, declarou possuir 80.000 cruzados de ouro em pó, guardados em potes”.

Ainda Brancante (1999), ao estudar inventários<sup>7</sup> e testamentos em São Paulo, do século XVI até a Proclamação da República, descobriu verdadeiras preciosidades presentes atualmente no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo. Folheando velhos alfarrábios, percebeu uma grande quantidade de acervo de prataria e joias de ouro. Em poucos inventários não há citações, por mais modestos há ao menos uma colher e uma tamboladeira de prata, ou uma corrente ou par de arrecadas de ouro, com forte influência portuguesa e espanhola (BRANCANTE, 1999, p. 84).

Gola (2006, p. 85) descreve que:

A joalheria colonial se destinava a enfeitar as famílias dos abastados senhores de engenho ou dos burgueses enriquecidos. Entre as joias de famílias, têm destaque aquelas que se destinavam especialmente a serem ostentadas pela escravaria, que as desfilava nas festas. Além dessa utilidade, também havia produção de joias para adornar as imagens dos santos nas procissões religiosas.

Pertinente ressaltar que, além das famílias mais abastadas se enfeitarem para ocasiões festivas e missas, um dos hábitos coloniais foi os adornos também destinados aos escravos e

---

<sup>7</sup> Inventários também foram empregados na presente pesquisa em Natividade, datados dos primeiros anos do século XIX, demonstram as características materiais da sociedade colonial.



sobretudo às escravas. Aqui se nota uma forma de demonstração de poder daqueles que detinham recursos ao adereçar os seus cativos.

Dentre as diversas joias “crioulas”, preferidas pelas negras e forras usadas na Bahia colonial, salienta Machado (1973), encontra-se os “punhos” ou “pulseiras-de-copo”, pela sua forma larga de tronco de cone, eram pulseiras largas e filigranadas, de uso corrente entre as negras baianas. Essas joias, de acordo com Machado (1973, p. 31) “[...] eram usadas nos pulsos e no antebraço. Receberam também a denominação de “pulseiras-escravas”, por lembrarem grilhões de ferro que prendiam as pernas e às vezes os braços dos negros africanos trazidos como escravos”.

Mota (2014) enfatiza que as joias crioulas, eram também conhecidas como joias de rainha para mulheres do povo, joias atraentes, capazes de sinalizar poder e distinção. A autora relata que inicialmente, estes adornos áureos começaram por ser exibidos por mucamas e amas-de-leite, numa manifestação do luxo e poder da casa de seus senhores, passaram, depois, a serem exibidos por escravas alforriadas, que tinham neles uma forma de entesouramento e de pecúlio, para garantir a sua sobrevivência ou mesmo para comprar a sua liberdade e a dos seus.

Cunha (2011, p. 63) afirma que:

Urbanização, sincretismo, arte barroca, luxo, riqueza do ouro. São esses os ingredientes que se fundiram para forjar o contexto de proliferação das joias de crioula. Diferentemente das joias feitas em Portugal e na Europa como um todo, que permaneceram, devido alto custo, restritas às classes senhorial e naturalmente às igrejas, a ourivesaria popular da colônia foi invadida por uma mescla de influências culturais, o que gerou grande variedade de joias e amuletos, signos de poder.

Cunha (2011) destaca que as características das joias de crioula não vêm somente da cultura africana, a influência européia também é significativa. Desse modo, tanto em Portugal, como no Brasil, as peças de uso pessoal, os adornos, são características de uma cultura híbrida, resultado de várias gerações joalheiras. É possível dizer que surgiram de um padrão básico e tradicional da joalheria ibérica, acolhendo vários outros estilos enquanto se popularizavam.

As contas, por exemplo, peças essenciais na ourivesaria baiana eram tanto utilizadas em pulseiras como em colares, as mais frequentes, conforme Cunha (2011, p. 83) “eram

manufaturadas com ouro baixo, ou seja, ouro ao qual era misturada uma porcentagem de cobre e/ou prata que podia ultrapassar 50% da composição da liga metálica<sup>8</sup>”.

Os objetos da joalheria escrava baiana representam ideologias, relações de poder, questões de gênero e raça. Por isso, muitos preferem a designação “joalheria escrava baiana” à “joias de crioula”, por a primeira contemplar o local de origem do objeto de pesquisa, identificação considerada como um fator importante para compreensão deste fenômeno.

No Brasil colonial não era fato incomum encontrar mulheres negras, escravas e principalmente alforriadas adornadas com joias de ouro fabricadas com elementos lusitanos e africanos, muitas das quais com o uso da filigrana (Figura 7).

Figura 7. Mulher pousa com suas “joias de crioula”.



Fonte: CUNHA (2011, p. 6).

Durante o período colonial, sobretudo entre os séculos XVI ao XVIII, a Bahia teve destaque socioeconômico e cultural marcante na Colônia, consequência da produção canavieira dos engenhos do Recôncavo e da instalação da sede do poder colonial em Salvador.

Mota (2014) ressalta que o antigo sistema colonial português da época mercantilista gerou com sua dinâmica uma série de nexos que podem ser revelados por meio de elementos insuspeitados, como a joalheria e adornos. Ou seja, a Bahia colonial legou à história nacional

---

<sup>8</sup> “Para se ter uma ideia, hoje em dia no Brasil, as joias são confeccionadas com ouro 18k (750), ou seja, para cada grama de material, 750 partes são de ouro e 250 são de outros metais” (CUNHA, 2011, p.83).

a produção de adereços em ouro e prata com características singulares, muitas das quais produzidas em filigrana, como braceletes, brincos e colares.

Mota (2014, p. 473) explica que “o uso exclusivo desta joalheria por mulheres negras ou mestiças, sob a condição de escravas, alforriadas ou libertas, leva a conjecturar sobre a possibilidade de estas joias significarem uma manutenção ou uma reconstrução de identidade cultural para as usuárias, já que as mulheres brancas não usavam estes tipos de joias”.

Isto é, com o passar do tempo e o aumento das alforrias e manumissões, as mulheres negras baianas forras e mestiças tiveram condições por meio através de suas atividades cotidianas seja no comércio de comestíveis, seja através de intercursos sexuais com seus senhores, de adquirir e ostentar joias, geralmente com características distintas das senhoras brancas.

De acordo com Cunha (2011), no Brasil tornou-se frequente a utilização de ornamentos em prata e principalmente em ouro, tanto entre a população mais abastada, como entre negros e pardos. O autor descreve que:

O apogeu da joalheria mística popular deu-se no século XIX com a crioula baiana. A complexa indumentária da crioula baseava-se na busca de afirmação social diferenciada por seu trajar elaborado. A cabeça exibia um torso (turbante) bem alinhado, a camisa era minuciosamente bordada à mão e usada para dentro da ampla saia rodada, sustentada por anáguas; o conjunto era finalizado pelo “pano da costa”, assim chamado devido à sua procedência da costa africana (CUNHA, 2011, p. 68).

As “joias de crioula” da Bahia encerram um hibridismo cultural, pois são híbridas na sua aparência, nas técnicas de feitura, na mistura de heranças culturais diversas, não podendo, por isso, ser classificadas como joias europeias ou africanas. Trata-se, expõe Mota (2014) de adornos com características de difícil atribuição quanto à estilos, peças que vão desde o barroco, rococó, neoclássico e com um arranjo e forte influência africana. Muitas dessas peças são utilizadas atualmente, como os balangandãs, e o colar de crioula de contas de ouro filigranadas.

Nota-se, no que tange às joias confeccionadas na Bahia, uma forte mistura cultural, construída ao longo dos séculos, de heranças lusitana e africana (sudanesa). E que aqui no Brasil tornaram-se singulares. Denota-se que a cultura, que nunca é estática, é algo que se transforma e ressignifica-se ao longo da história.

De acordo com Iphan (2007), várias medidas são tomadas no sentido de coibir qualquer atividade que se destinasse a fazer permanecer o ouro em terras brasílicas. Em 1621,

por exemplo, há a proibição, por meio de alvará, de qualquer mulato, negro ou índio exercer a ourivesaria.

O sentido da proibição era claro: os escravos de origem sudanesa conheciam a metalurgia e na cidade de Salvador, no século XVII, a circulação de objetos de uso pessoal era de certa importância. Objetos como cuias, esporas, arreios e pencas de balangandãs ornavam os habitantes da Colônia. Várias ordens régias estabeleceram o controle do ouro, entre elas, o estabelecimento das Casas de Fundição para conter o problema do desvio da “rota natural”, que era a Metrópole. As Casas de Fundição são estabelecidas na Colônia, para que fosse organizada a produção e tivesse sucesso o envio do ouro para a Metrópole (IPHAN, 2007).

A necessidade da Metrópole era de ouro matéria-prima, sendo, então, a ourivesaria proibida na colônia por cartas régias de 1684, 1698 e 1703. A ordenação de 1730, contudo, tornou a permiti-la. Outra carta-régia, mas de 1766, fez com que os negros e os pardos ourives fossem distribuídos pelas milícias, tendo, mais uma vez, a ourivesaria na Colônia sofrido perdas. Desta forma, por exemplo, estabeleceu-se no Rio de Janeiro uma rua só para os ourives, para que o recolhimento dos impostos fosse garantido. Apenas em 1815 o Alvará de 1766 é revogado. A prática da ourivesaria persistiu mesmo sob a sua proibição real (IPHAN, 2007, p. 26).

É pertinente lembrar, argumenta Iphan (2007) que a partir de 1750, as manufaturas foram proibidas no Brasil, exceto as que produzissem panos grossos para vestir a escravaria. Isso perdurou até a chegada da família real portuguesa em 1808. No entanto, todos os artesãos ou donos de pequenas fabriquetas, como ourives por exemplo teriam deixado de fabricar seus objetos? E os colonos, deixaram de fazer encomendas ou de se adornarem? É evidente que a maioria das leis e cartas régias não eram seguidas pelos súditos.

Sobre o colar de Contas filigranadas, em Natividade foi uma das joias mais citadas pelos ourives entrevistados no que diz respeito à tradicionalidade e à antiguidade, o que evidencia a influência de ourives baianos ou um intercâmbio que ia do comercial ao cultural naquela região ainda no século XVIII e XIX, época de esplendor da ourivesaria produzida na Bahia, região com a qual os nativitanos mantinham estreita relação.

De acordo com dois ex-ourives nativitanos, destacam-se entre as joias mais tradicionais: Divino, colar de Contas, brinco Peixa, Coração (Nativo e Português) e pulseira Escrava:

EO1: “As joias mais tradicionais, era o Divino, o colar de Contas, o brinco Peixa”.

EO3: “Das joias mais tradicionais que fazia era o Coração, pulseira Escrava, o mais antigo é o colar de Contas. Minha mãe tinha muito chamego pelas joias dela, colocava o colar de Contas, sentia a rainha da Inglaterra”.

Percebe-se na fala dos ex-ourives, além da ancestralidade das joias, passadas ao longo do tempo pela tradição do saber fazer, o sentido de aproximação dos nativitanos com seus adornos, tidos como algo familiar e representativo.

Os homens e mulheres escravizados que chegaram à Bahia a partir do século XVI, sobretudo os provenientes das regiões da costa da Guiné, possuíam vastos conhecimentos sobre o trabalho com metais. Apesar disso, eram proibidos de trabalhar como ourives ou artífices, sendo direcionados para a agricultura (APOLINÁRIO, 2007).

Com o passar dos anos, destaca Mota (2014), que os negros foram assumindo profissões de artífices, e os negros crioulos, já por volta de 1810, eram obreiros de todas as artes, o que incluía a ourivesaria. Dessa forma, sintetiza Mota (2014, p. 481), “[...] as conhecidas joias de crioula da Bahia poderiam ser obra dos ourives negros, que uniram a sua técnica, o seu conhecimento a modelos decorativos europeus”.

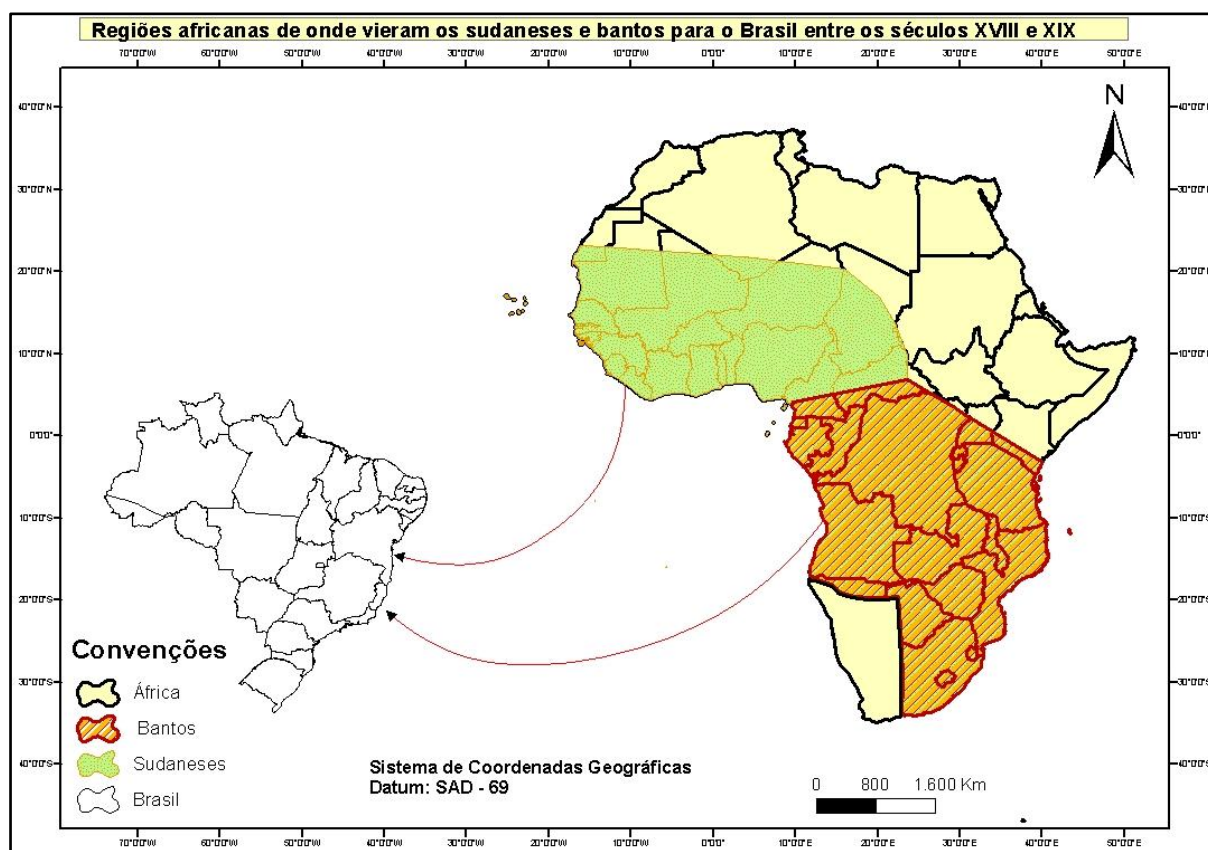
Mota (2014), reforça esta colocação dizendo que as joias crioulas, que diferem daquelas usadas pelas senhoras brancas quanto à dimensão, ao peso, à qualidade do material, ao formato e à decoração, terão sido confeccionadas por negros maleses. A presença de algumas marcas de ensaiadores e ourives atestam a legitimidade e provável confecção por ourives baianos, que, “[...] produziam joias para a população branca e joias ao gosto da população negra, sendo os dois tipos de clientela atendidos no mesmo estabelecimento, existindo, ainda, um comércio de joias e adereços realizado na rua” (MOTA, 2014, p. 481).

As “contas confeitadas” eram os colares feitos de contas de ouro, fabricados por radicados na Bahia, e muito semelhantes aos colares feitos do mesmo gênero em Portugal, de uso na região do Douro (tradicional na confecção da filigrana). Eram compostos de contas de igual tamanho, embora existissem composições de tamanhos diversos (MACHADO, 1973, p. 43).

Saliente-se aqui, a influência portuguesa e africana na joalheria baiana, fazendo da arte da ourivesaria um sincretismo cultural, pois as joias da Bahia, por mais que se parecessem com as tradicionais joias portuguesas, guardavam características únicas. Os negros malês e sudaneses, que tanto ajudaram na colonização baiana, conheciam a fundição de metais, e foram eles ao lado dos lusitanos os grandes responsáveis pela introdução e manutenção da ourivesaria e por conseguinte da técnica da filigrana no Brasil.

Os africanos afluíam para o Brasil das regiões central e ocidental da África, representados por bantos e sudaneses. Eram, em seguida, desembarcados em portos, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife (APOLINÁRIO, 2007). A partir daí tinham diversos rumos. Para as minas de Natividade, sabe-se que foram maioria os sudaneses (Figura 8).

Figura 8. Mapa representando o tráfico negreiro nos séculos XVIII e XIX.



Fonte: Base Cartográfica disponibilizada pela SEPLAN - TO, 2018. Nota: Elaborado pelo autor, 2018.

A partir do final do século XVII, têm-se notícias mais detalhadas dos ourives vindos da metrópole, sobretudo após as descobertas de ouro na região das Minas Gerais (1693), seguidas por Mato Grosso (1719), Goiás (1725) e Tocantins (1734). A grande oferta de ouro trouxe também muitos artífices tanto para as capitanias do litoral, como também para as capitanias do interior (PARENTE, 1999).

Apesar dessa imigração, aqui, de acordo com Gola (2006), diferentemente do que acontecia em Lisboa, a maior parte dos artesãos era composta por escravos, mulatos e índios, que tinham grande facilidade em aprender o ofício se tornando artífices em pouco tempo. Em Portugal, os ofícios como o de ourives só eram permitidos a homens brancos. O autor ainda destaca a “semelhança em relação à organização do ofício de ourives, entre Portugal e sua colônia na América”:

Com relação à organização do ofício de ourives, há semelhanças entre Portugal e sua colônia na América. Tanto lá como cá, os artesãos tinham de registrar suas marcas na Câmara (contrastes) e não podiam vender nenhuma peça que não fosse marcada. Porém, aqui, apesar dessa obrigatoriedade, os ourives nem sempre o faziam, pois era fácil burlar a lei, dadas as grandes distâncias, que dificultavam a comunicação. Esse caráter clandestino da atividade de ourivesaria no Brasil dificulta, hoje, a identificação dos artesãos e dos ateliês (GOLA, 2006, p. 88).

No princípio, a atividade extrativa aurífera em Minas Gerais acarretou sérias dificuldades à Coroa lusa. Pois devido a enorme quantidade de ouro e pedras, como o diamante, houve migração de ourives para o Brasil, que conforme Guarnieri e Ribeiro (2012, p. 43) “[...] se dirigiam para a Colônia, atraídos pela matéria prima em abundância e também pelo crescimento constante do mercado comprador de joias e alfaias”.

Silva Filho (2008) esclarece que o sonho de fortuna fácil atraiu para a região das Gerais uma quantidade diversificada de mineradores de toda a condição social, alguns com grandes condições materiais e prontos a investir, sendo detentores de vasta escravaria e outros que não tendo cativos, trabalhavam por conta própria sozinhos, numa prática chamada de *faiscarem*.

Ana Luiza Castro Pereira (2011), em seu trabalho intitulado: “Lençóis de linho, pratos da Índia e brincos em filigrana: vida cotidiana numa vila mineira setecentista”, explica que durante o século XVIII diversos objetos foram introduzidos nas vilas e arraiais mineradores, como a filigrana, presente em vários inventários de Sabará setecentista.

Os inventários *post-mortem*<sup>9</sup>, nesse contexto, foram um importante instrumento na percepção do significado que a circulação humana e material assumiu ao longo da história. Os inventários têm sido bastante utilizados para se analisar a vida material dos colonos no Brasil, uma vez que deixa descortinar uma minuciosa descrição de bens pertencentes a um indivíduo.

A presença de joias entre os objetos de ouro e prata descritos nos inventários *post-mortem* em Sabará, então uma das mais opulentas vilas mineiras, aponta para a importância que esses objetos assumiram no viver cotidiano setecentista. A minuciosa descrição dos ornamentos em ouro e prata, o trabalho manual empregado (técnica manual no ouro característica das regiões do Minho e do Douro) – como os brincos em filigrana, o material utilizado, tudo aponta para a relevância que esses objetos assumiram não somente como instrumentos de distinção social, não somente em vida, mas também, num cenário *post-mortem*, ou seja, no momento de partilha dos bens entre os herdeiros (PEREIRA, 2011, p. 6).

---

<sup>9</sup> De acordo com Faria (1999), os inventários eram documentos jurídico-cíveis onde eram descritos os bens do inventariado, como: escravos, joias, fazendas, gados etc.

Um caso exemplar da relação das mulheres com as joias no século XVIII, destaca Pereira (2011), foi o da ex-escrava Chica da Silva, que habitava o distrito do Tijuco; a mesma trazia ostentada junto ao pescoço, nos arranjos do cabelo, nos balangandãs que pendurava à volta da cintura revelava não somente a importância que o ouro tinha no cotidiano daquelas pessoas, mas também sua tentativa de recriar hábitos e costumes brancos.

Podemos interpretar o caso de Chica da Silva e o da escrava alforriada em Natividade, Ana Barreto (que veremos mais adiante num inventário) bem como o de outras tantas nos arraiais e vilas mineradoras do Brasil como um comportamento de resistência. Ao se adornar, vestir seus adereços, joias e balangandãs as negras e alforriadas enveredavam pelo universo de poder, mas também de autoafirmação social e cultural.

Como nos traz Pereira (2011, p. 7) “[...] não foram, apenas os objetos de adorno que fizeram parte do cotidiano feminino do século XVIII. As joias de caráter religioso, tais como: crucifixos, pingentes com o formato de menino Jesus, memórias e os rosários – tiveram grande importância”, isso era corriqueiro tanto na mentalidade das brancas e livres, quanto na das forras.

De acordo com Pereira (2011, p. 8), a diversidade de bens e objetos que faziam parte dos espólios transcritos nos inventários demonstra a riqueza cultural presentes nos arraiais e vilas mineradoras:

[...] tecidos, joias, mobiliário, trajes e adornos do Império português constantes na vila de Sabará. Embora sua procedência não conste na maioria dos bens inventariados, notou-se que muitos provinham da praça lisboeta: tecidos manufaturados, como toalhas de mesa, joias em ouro (aplicadas com a técnica da filigrana) e louças de cozinha (provenientes da região do Porto). Logo em seguida, estavam os tecidos da região de Flandres. Os móveis em moscovita, originários da Rússia, surgiam em terceiro, seguidos dos produtos de origem indiana, tais como louças e porcelanas.

Por volta de 1719, segundo Guarnieri e Ribeiro (2012), descobriu-se ouro em Mato Grosso, porém o acesso à região era muito difícil, no entanto, quando se achou este metal em Goiás, em 1725, a viagem era mais fácil de empreender, o que fez aumentar não apenas o abastecimento de comida, mas também a chegada de novos trabalhadores ao interior do país. Dessa forma, tem início outra onda rápida de imigração ao recém-descoberto centro aurífero.

Complementam Guarnieri e Ribeiro (2012), observando as peças em filigrana já produzidas no Brasil, que é quase impossível distinguir onde foram executados os modelos, restando dúvidas quanto às suas origens: Lisboa, Braga, Porto, Salvador, Pernambuco ou Rio de Janeiro, especialmente aquelas confeccionadas no século XVII e início do século XVIII.



Na Bahia, no período entre 1724 a 1757, apenas um ourives de prata era de nacionalidade portuguesa, ou outros 47 já eram nascidos no Brasil.

Em 1766, o Brasil recebeu a Carta Régia de 30 de julho de 1766, que mandava extinguir, por completo, os ofícios de ouro e prata. Mestres e aprendizes deveriam ser incorporados ao exército das províncias, todas as lojas tinham que fechar suas portas, era obrigatório a apreensão dos instrumentos que ficariam guardados na casa da moeda mais próxima e o escravos teriam que ser devolvidos aos seus senhores. Apesar da proibição, as peças continuaram a ser produzidas clandestinamente (GUARNIERI; RIBEIRO, 2012, p. 47).

Aqui mais uma evidencia que no Brasil desde os tempos da Colônia nem todas as leis eram cumpridas à risca, embora o ofício de ourives fosse proibido, com o objetivo de evitar o contrabando e o desvio de ouro, o ofício da ourivesaria continuou a ser praticado ainda que sob as fímbrias do sistema.

O artesão mais qualificado, declara Silva Filho (2008), era identificado de acordo com seu êxito diário como um especialista, um mestre que se alicerçava no trabalho manual fabricando determinado objeto, um título honorífico circunscrito ao valor técnico de suas obras e ao prestígio cotidiano e informal da sabedoria construída com o tempo.

### **1.5. A ourivesaria e a filigrana no Tocantins**

Segundo Antonil (1997, p. 167) “[...] a sede insaciável do ouro estimulou a tantos deixarem suas terras e se meterem por caminhos tão tortuosos como são os das minas, que dificuliosamente se poderá dar conta do número das pessoas que, atualmente, lá estão”.

No Brasil as primeiras descobertas de ouro em grande quantidade se deram por volta do final do século XVII na região de Minas Gerais, se seguindo Mato Grosso (1719) e Goiás (1725). Anos mais tarde se descobriu ouro nas minas do antigo norte de Goiás, atual Tocantins, por volta de 1734 (PARENTE, 1999).

Para Palacín (2001), havia o momento psicológico que favorecia a preparação de uma bandeira exploradora em Goiás. Ou seja, havia no imaginário dos colonos a ideia disseminada e transmitida de geração em geração da existência nas serras e sertões longínquos do poente, de magníficas riquezas de ouro e prata.

Essa crença surgira ainda no período renascentista, e dizia que os veios de metais preciosos estariam localizados no subsolo em densidade do leste para oeste. Desse modo, todos vislumbravam que a riqueza descoberta pelos espanhóis do outro lado dos Andes se prolongaria no território brasileiro (PALACÍN, 2001).

Eis que nos últimos anos da década de trinta do século XVIII, novos e ricos descobertos urgem na região mais ao norte, próximo à Bahia. Reforça Palacín (2001, p. 8) as descobertas de “[...] Natividade (1734), São Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738), Arraias (1739), Cavalcante (1740), Pilar (1741). Daí por diante novas minas vão rareando. Já na década de quarenta dos setecentos ocorreram três descobertos importantes: Carmo (1746), Santa Luzia (1746), Cocal”.

Parente (1999) comenta que à medida que as descobertas ocorriam, intensificava-se a ocupação pela população não-autóctone. Formavam-se núcleos populacionais instáveis, por dependerem da produtividade do ouro: a exaustão dos veios auríferos determinava a mudança dessa população para outra área onde houvesse novas descobertas.

Antonil (1997, p. 167) descreve que:

Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.

Segundo Teles (1998), o historiador Silva e Souza, primeiro a escrever sobre os antigos arraiais de Goiás e Tocantins, no ano de 1812, havia no julgado de Conceição: 2 ourives, e 5 aprendizes, 2 carpinteiros, 2 alfaiates, e 4 aprendizes, 3 sapateiros, e 1 ferreiro. Importante notar que o maior número de aprendizes estava entre os ourives, denotando que a prática continuaria apesar do instante de incertezas por que passava a Capitania goiana (TELES, 1998).

Enfatiza Teles (1998), que em Arraias, localidade que esteve entre as maiores e mais destacadas do norte de Goiás por todo o século XVIII, também havia a presença do oficial ato mecânico: existiam 3 mestres de ourives com 12 aprendizes; 9 seleiros; 21 sapateiros; 17 alfaiates com 8 aprendizes; 13 ferreiros; 10 carpinteiros; 4 pedreiros.

Nota-se que, embora com um maior número de aprendizes em ourivesaria em relação aos outros julgados do norte, infelizmente não se sabe qual o motivo deste ofício não ter se perpetuado para as próximas gerações chegando até nós. Entretanto, é evidente que entre as mulheres de Arraias, assim como em Conceição e Natividade, a utilização de joias em ouro era uma prática comum.

Passando o naturalista escocês George Gardner por Arraias em 1840, percebeu que toda a população estava temerosa, pois boatos davam conta que um grupo de bandoleiros remanescentes da Balaiada, havia saído do Maranhão e estariam bem próximos:

Quando chegou da primeira vez a notícia de que os rebeldes haviam entrado em Porto Imperial, vários habitantes da vila, que tinham alardeado previamente seus feitos de bravura, caso o inimigo avançasse ao sul até Arraias, foram os primeiros a empacotar seus valores, prontos a debandar ao primeiro alarma; e nenhuma das mulheres se via mais com anéis nos dedos, ou brincos nas orelhas, ou colares de ouro no pescoço, que usam costumeiramente (GARDNER, 1975, p. 172).

É verificável que, na eminência do perigo do avanço de revoltosos, uma das primeiras ações da população foi guardar aquilo que tinham de mais valiosos, o ouro e suas joias, que eram diversificadas como ficou apontado: brincos, anéis e colares.

No Tocantins, atualmente, a ourivesaria persiste de forma tradicional e utilizando-se a técnica da filigrana na cidade de Natividade, que até os dias hodiernos conserva entre seu patrimônio a prática secular da ourivesaria, sendo os ourives desta cidade conhecidos por muitas pessoas no Tocantins, no Brasil e até no exterior. Uma das características da ourivesaria em Natividade, esta técnica se encontra preservada em poucas cidades brasileiras.

As primeiras levas de portugueses começaram a afluir para o arraial e minas de Nossa Senhora da Natividade nas primeiras décadas de sua criação. Após alguns anos de estabelecimento e autonomia do arraial, estes homens começam a se fixar juntamente com suas famílias.

Logo da notícia das primeiras lavras, tanto em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, a intenção que norteava o raciocínio dos colonos era uma só, buscar os arraiais mineradores. De Portugal, a cada ano, milhares de reinóis cruzavam o atlântico com destino a América portuguesa (SILVA FILHO, 2008).

Além de senhores mineradores, escravos, burocratas, havia nas minas os chamados oficiais mecânicos ou artesãos, que desempenhavam o trabalho manual, entre eles o ourives tinha papel destacado.

De acordo com fontes documentais consultadas, ou seja, inventários do início dos oitocentos, a tradição da ourivesaria de Natividade se iniciou nos primeiros anos do século XIX, quando o arraial se despontava como um dos mais prósperos da capitania de Goiás e talvez o mais requintado na parte norte. Esses ourives, quiçá, vieram do Norte de Portugal e/ou de outras regiões auríferas da Colônia, como Minas Gerais ou Bahia.

A partir da ocupação inicial e no transcorrer do período setecentista, os arraiais nortistas (que pertenciam ao antigo Norte de Goiás), receberam escravos de dois

grandes grupos linguísticos africanos: sudaneses e bantos. Os sudaneses eram, normalmente, adquiridos na Bahia, vinham em comboios do Recôncavo Baiano, via sertão do São Francisco. Já os bantos, normalmente afluíam para esta região vindos do porto do Rio de Janeiro (APOLINÁRIO, 2007, p. 82).

A autora explica que os sudaneses que foram maioria em arraiais como Arraias e Natividade eram negros procedentes do Golfo de Benin, na África Ocidental: Nagô, Iorubá, Jejê, Mina entre outros. Os negros denominados Mina, salienta Apolinário (2007), eram frequentemente utilizados na mineração, por já trazerem da África métodos de extração aurífera. Na África, os Mina conheciam a mineração de ouro aluvional que coletavam na curva do rio Níger. A metalurgia africana, em vários aspectos encontrava-se em um estágio tecnológico mais desenvolvido do que a dos europeus.

Para Apolinário (2007), existia uma tradição entre os luso-brasileiros que investiam nas áreas mineradoras do Brasil de que os escravos Mina tinham poderes de descobrir ouro. Como já se asseverou, há séculos que os homens e mulheres da Costa da Mina conheciam técnicas de mineração e também de fundição de metais preciosos.

É muito provável que a ourivesaria nativitana teve grande influência além de lusitana, também dos povos africanos que para aqui vieram na condição de escravos, muitos dos quais eram artífices na África, e trouxeram técnicas de extração aurífera apurada, ao mesmo tempo em que já conheciam algumas técnicas de confecção de utensílios e adornos. Algumas cidades tocantinenses, possivelmente os dois conhecimentos: o português e o africano tenham se fundido sincreticamente dando uma singularidade às joias, assim como aconteceu na Bahia, com as chamadas “joias crioulas”.

Outra probabilidade que se tem em relação à Natividade quanto às joias, foi que seu intenso comércio com as praças da Bahia, região conhecida pelo uso da filigrana com técnicas do norte de Portugal e sudanesas (africanas), também tenha sido marcado pelas trocas culturais, no que tange à ourives e técnicas.

A maior parte dos produtos importados pelos julgados do norte da capitania de Goiás (atual Tocantins), eram procedentes dos portos baianos. O processo era encoberto pela entrada legal de manufaturas e pelas dificuldades de fiscalização. A partir daí, pode-se inferir que essa região se viu traçada por uma linha invisível, trazendo mercadorias e levando em troca o ouro, que lhe serviu de sustentáculo durante os períodos acentuados de crise (PARENTE, 1999, p. 60).

Conforme Teles (1998), Silva e Souza esteve em Natividade em 1812, época de plena transição econômica do arraial e descreveu o oficialato mecânico existente, entre eles, constatou a presença da ourivesaria: das artes liberais só existe 1 mestre de música com 2 aprendizes; dos ofícios mecânicos existem mestres, 14 sapateiros, 22 oficiais, 10 aprendizes; 7

alfaiates, 17 oficiais, e 8 aprendizes; 3 latoeiros; ourives e oficiais, e 4 aprendizes; 6 ferreiros, 8 oficiais, e 4 aprendizes; 6 carpinteiros, 13 oficiais, e 2 aprendizes; 5 seleiros, 4 oficiais, e 3 aprendizes.

Nos Inventários arrolados no 1º Cartório Cível de Natividade, há a presença de joias em ouro em quase todos os documentos, demonstrando que o hábito de ostentar e possuir esses adereços vem desde os primórdios da cidade. Faria (1999, p. 26) descreve que:

Quando uma pessoa morria, havia a necessidade de se fazer um inventário post-mortem dos bens que deixava. “Post-mortem”, expressão latina, significa depois da morte. O inventário deveria ser iniciado ou aberto um mês depois do falecimento. Os bens eram listados, avaliados e partilhados, isto é, divididos entre os herdeiros. Tudo era inventariado, desde terras, escravos, engenhos, joias, roupas, móveis, louças etc. As relações desses bens sempre muito detalhadas nos dão uma ideia bastante clara sobre a vida material dos homens e mulheres da época colonial.

Faria (1999) ressalta que os bens eram distribuídos entre os herdeiros; sendo muitas vezes leiloados, em caso da presença de menores entre os herdeiros, ou com os pais já falecidos. Grande parte dos bens voltava a ser comercializado ou mesmo reaproveitado, embora velhos e usados, pois na sociedade colonial pouco se desperdiçava.

Em Inventário de 1808, de Antônio Cordeiro Filgueira<sup>10</sup>, há a presença de joias que denotam poder, beleza e requinte:

Por um laço cravado de pedras de diamante, com peso de 6 oitavas de ouro. Por um par de brincos com seu laço com pedras verdes, com peso de 6 oitavas de ouro. Por um par de brincos com peso de 4 oitavas de ouro.

No inventário de Lourença Paiva<sup>11</sup>, de 1809, foi verificada a presença de bois de carro, cabeças de gado, sapatos de veludo e joias em ouro:

Por um par de brincos, um botão com o peso de uma oitava, três quartos e quatro vinténs vistos e avaliados pelos avaliadores que lhe deram o valor de dois mil e quatrocentos e cinquenta réis.

Silva Filho (2008, p. 24) destaca que “[...] nas oficinas comandadas pelos mestres artesãos organizava-se a produção e se ensinava os ofícios mecânicos aos mais jovens, os chamados aprendizes. Ali se originaram os meios e as formas corporativas da prática do oficialato mecânico”.

Natividade, ao longo do tempo, herdou, da época áurea da mineração, a tradição da ourivesaria. Importante salientar, que não se encontrou na documentação pesquisada anotado

---

<sup>10</sup> Inventário de Antônio Cordeiro Filgueira, 1808. 1º Cartório Cível de Natividade.

<sup>11</sup> Inventário de Lourença de Paiva, 1809. 1º Cartório Cível de Natividade.

o termo “filigrana”, o que impede de afirmarmos que a confecção deste tipo de joia já ocorresse no princípio do século XIX.

De acordo com Wal (2015, p. 9):

As peças da filigrana portuguesa, confeccionada em Natividade, são usadas como adereços no dia a dia e, com mais ênfase, nas festas especiais, tanto pelas pessoas mais humildes como as de mais recursos. A grande maioria das joias é feita por encomenda, demanda que cresce consideravelmente nas festas religiosas. Muitas mulheres colecionam seu “pano de joias”, uma espécie de álbum com peças de ouro que espelha a história de vida delas. Ganha-se joia no nascimento, batizado, aniversário de 15 anos, casamento.

Exercer um ofício que traz no seu âmago a antiguidade local, e que está ligada a memória e a identidade, traz orgulho e saudosismo a maior parte dos ourives e ex-ourives entrevistados, como é possível observar em suas palavras durante as entrevistas realizadas:

O3: O ourives tem que gostar, ter paixão...as peças são feitas com amor! Já ensinei para mais de 20 alunos.

O5: A gente fica super satisfeito, uma joia feita aqui numa cidade histórica, que passa a ser reconhecida...um dos nossos objetivos é não deixar acabar esse símbolo da cidade e do Estado.

O8: A filigrana simboliza Natividade...o Coração Nativo representa a origem da cidade.

EO2: Fui discípulo do mestre Juvenal...fui ourives, trabalhei no Basa. Juvenal era um mestre e tanto, fazia tudo na mão...manual...é uma profissão muito bonita.

EO3: Era uma coisa dentro de mim...eu me sentia muito feliz...me realizava. Naquela época era complicado, pra derreter o ouro era no fole. Usava o pau de Caitité que tem muito na praia do rio. Queimava ele, misturava com argila....

Como forma sucinta desse capítulo, organizou-se a linha do tempo sobre os principais acontecimentos ligados à joalheria e a filigrana (Quadro 2).

Quadro 2. Linha do tempo da joalheria e da filigrana.

Período	Acontecimento histórico geográfico	Localização
3.500 a 10.000 a.C.	O homem começa a se adornar com dentes, conchas, ossos e pedras	África, Ásia, Europa
4.000 a.C.	Início da exploração de minas de ouro e prata	África, Ásia, Europa
3.000 a.C..	Difusão do uso de metais. Fabricação de joias em ouro e prata (pendentes, pingentes)	África, Ásia, Europa
2.450 a.C.	Elmo de ouro em filigrana	Mesopotâmia (atual Iraque)
2.000 a.C.	Contas filigranadas	Portugal
Século XVIII d.C.	Descoberta e exploração de ouro nas minas de MG, MT, GO e TO. Surgimento das “Joias de Crioula”	Estados brasileiros: Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Bahia
1802 d.C.	Joias em inventários	Tocantins

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2018.

## **CAPÍTULO 2. JOIAS E PATRIMÔNIO IMATERIAL NAS OURIVESARIAS DE NATIVIDADE**

### **2.1. Fatores históricos e geográficos envolvidos na produção do espaço nativitano, com ênfase na produção de joias artesanais**

Esclarece Palacín (1987), que o descobrimento das minas de Natividade correspondeu ao segundo momento da procura de ouro em Goiás: o descobrimento das minas do “Norte”, ou do “Tocantins”.

O arraial de Natividade teve origem em 1734, fundado pelo, bandeirante Antônio Ferraz de Araújo, que participou das descobertas dos primeiros veios auríferos de Goiás, inclusive do Arraial de Sant’Anna, depois Vila Boa. Antônio Ferraz de Araújo era cunhado de Bartolomeu Bueno da Silva, o lendário “Anhanguera”, chefe da primeira expedição oficial a descobrir ouro e fundar arraiais na Capitania goiana (VAZ, 1985).

Inicialmente, Natividade foi Batizada de Arraial de São Luís, uma homenagem ao então Governador de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, que em 1740 veio pessoalmente às ricas minas recém descobertas, visto ser elas alvo de disputas pelas Capitânicas do Maranhão e do Pará. Ali estando, D. Luís comandou o alinhamento das primeiras ruas, tortuosas e estreitas (PALACÍN, 1987). Porém, para Vaz (1985), Natividade tem três hipóteses para sua fundação: o arraial teve suas origens no arraial de São Luiz, localizado no alto da serra; as ruínas de São Luiz teriam acomodado apenas os garimpeiros e escravos, enquanto o núcleo original teria surgido nas encostas da elevação; ou Natividade teria convivido ao mesmo tempo com o arraial de São Luiz (hoje há ainda as ruínas, como: alicerces de antigas construções, lago artificial, pontes, archedutos localizados no alto da serra).

No entanto, a versão mais aceita é a de que nos primeiros tempos o sítio urbano se localizava no alto da serra, hoje denominado “ruínas de São Luiz”. Há, ainda, vestígios em pedra das primeiras habitações (Figura 9), bem como desvios d’água feitos pelos escravos com o propósito de facilitar o trabalho prospector.

Figura 9. Ruínas de São Luiz, Natividade.



Fonte: Hiane Maranhão, 2018.

Desse modo a serra é vista não só como uma referência geográfica da cidade, faz parte do espaço da mentalidade. O aspecto natural que dela transborda é percebida também como paisagem construída.

Antes da visita de D. Luís em 1741, outro Governador paulista também estivera em terras nativitanas, D. Antônio Luiz Távora. A presença constante deles comprova a riqueza que brotava das lavras do dito arraial, provocando, conseqüentemente, a cobiça de Capitãias distintas como Maranhão e Pará, além das viagens repletas de aventuras, em lombo de burro, atravessando rios caudalosos de dois Governadores subsequentes (ALENCASTRE, 1979).

É possível comparar a permanência da prática da ourivesaria em Natividade com o Norte de Portugal, região com maior abrangência de minérios como ouro e prata. Assim, como em regiões do Douro e Minho, Natividade, também despontou, na parte norte de Goiás na extração de ouro e arrecadação de impostos. Para Vaz (1985, p. 12), “[...] a quantidade de ouro existente, possibilitando uma exploração sistemática do minério, influenciou na fixação do homem, no estabelecimento mais eficiente do comércio, na formação social e na constituição do núcleo urbano”.

Arrolando documentos cartoriais do século XIX em Natividade, percebeu-se a presença de joias em boa parte dos inventários consultados, corroborando a existência antiga deste tipo de oficialato, embora sem a certeza do uso da técnica da filigrana.



Á guisa de exemplo, no inventário de Francisco Fernandes Cerqueira<sup>12</sup>, de 1802, descortinou-se a existência de inúmeros e variados bens: escravos, tachos de cobre, balança de pesar ouro (fica perceptível a aproximação com a faina extrativa), bacias de banho, painéis de ferro, machados, camas de vento, celas, malas de couro, estante de tábuas, colheres, talheres, baú de madeira, roupas, tigelas, dentro outros bens. Quanto às joias, há a seguinte descrição:

01 cordão e 01 crucifixo de ouro, no valor 29 oitavas de ouro;  
01 fivela de ouro, no valor de 8 oitavas e  $\frac{3}{4}$  e 5 vinténs;  
01 castiçal de ouro, no valo.r de 30 oitavas e  $\frac{1}{4}$  e 3 vinténs de ouro;  
02 pares de botões em ouro.

No inventário de 1805, de Ana Barreto<sup>13</sup>, preta forra, averiguou-se a presença de escravos, moradas de casas, roupas, balanças de pesar ouro (o que denota a proximidade desta mulher com a mineração), tachos de cobre, roda de fiar, dentre outros objetos. Entre as joias, possuía:

01 laço de ouro lavrado, no valor de 2 oitavas de ouro;  
01 laço de ouro, no valor de 01 oitava e  $\frac{3}{4}$  vinténs;  
01 par de brincos de ouro;  
01 par de botões, no valor de 01oitava e 7 vinténs;  
05 voltas de fios de miçangas verdes de ouro, no valor de 1 oitava e  $\frac{1}{4}$  e ouro.

Importante salientar, que Ana Barreto era um ex-escrava alforriada, ou seja, viveu numa mesma vida o cativo e a liberdade, e sob um regime escravagista que explorava e oprimia, soube resistir social e culturalmente possuindo bens materiais, inclusive joias, a exemplo das “joias de crioula baiana”. Tal fato mostra a articulação em preservar e manter traços africanos, pois as mulheres negras em seu continente também tinham o costume de se enfeitarem.

A importância de suas minas, que eram representadas por veios de aluvião inicialmente bojudos fez com que o arraial fosse logo elevado à categoria de julgado, incluindo em sua jurisdição, Chapada, distante 9 km, Almas e Duro, hoje, Dianópolis (PALACÍN, 1987).

Para o Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos, que estivera no arraial em 1824, época de transição às economias complementares, Natividade teve no seu ápice cerca de quarenta mil escravos falcando datas auríferas (MATOS, 2004). Contudo, nos diz Palacín (1987), que essa afirmação colhida de fontes orais parece um tanto exagerada, visto não haver

---

<sup>12</sup> Inventário de Francisco Fernandes Cerqueira, 1802. 1º Cartório Cível de Natividade.

<sup>13</sup> Inventário de Ana Barreto, 1805. 1º Cartório Cível de Natividade.

provas documentais acerca desses dados. Seja como for, em outro momento goiano, Natividade chegou a perder apenas em arrecadação para a então capital Vila Boa e para o arraial de Meia Ponte, indicando aí a vitalidade de seu comércio (PALACÍN, 1987).

Sua sociedade era formada por funcionários da Coroa Portuguesa, burocratas, mineradores, comerciantes, artífices, fazendeiros e escravos. Homens livres, alforriados ou escravizados que sob enormes dificuldades, já que o arraial ficava a mais de 600 km da capital Vila Boa, souberam erguer nas vastidões do cerrado brasileiro uma povoação lustrosa e dinâmica, em especial na segunda metade do século XVIII. Nascido na sombra do ouro, sob o signo de sonhos e desilusões paulistas, o arraial e minas de Nossa Senhora da Natividade, uma homenagem a titular da freguesia, em 1833 torna-se a vila de Natividade (PALACÍN, 1987). Nesse ínterim, alguns viajantes brasileiros e estrangeiros estiveram por alguns dias na povoação.

Segundo Teles (1998, p. 127), Luís Antônio da Silva e Souza, relatou sobre Natividade durante sua visita realizada em 1812: “compreende-se este julgado duas freguesias, a da senhora da Natividade, e a de São Miguel e Almas... É susceptível o terreno deste julgado de toda a cultura, principalmente da parte norte, e da mesma sorte dos campos. Tem, portanto, a necessária propriedade para a criação de gados de toda a espécie”.

De acordo, com essa descrição do início de 1812, naquele momento as minas outrora magníficas conviviam cada vez mais com o incremento de outras atividades. Silva e Souza previu a predisposição do arraial à plantação agrícola e a criação de gado bovino (TELES, 1998).

Afirma Teles (1998), que o mais considerável dos seus rios era o Manoel Alves Grande, que nasce na Chapada da Mangabeira da parte Leste, e tem sua foz no Maranhão. O do Peixe tem a sua origem em uma das serras menos considerável, e se incorpora com o sobredito em 6 léguas de distância do arraial. O Bagagem, e o das Pedras, têm sua origem no lugar denominado Oliveira, entram todos no Manoel Alves em 10 léguas de distância do arraial; fazendo-se este navegável para o Pará em tempos de águas, ainda que dificultosa e navegável por pedras, e cachoeiras, que se encontram, podendo se vencer com a indústria estes obstáculos, quebrando-se pedras, e abrindo-se canais (TELES, 1998).

Silva e Souza, primeiro pesquisador da história goiana, percorreu grutas, cavernas, realçando a grande quantidade de salitre no arraial. Quanto à presença de fazendas e lavouras, explicita a existência considerável destes empreendimentos, fato que denota iniciativa da

sociedade nativitana por atividades que antes existiam apenas como subsidiárias do ouro (TELES, 1998).

De acordo com Teles (1998, p.179):

Existem 208 lavouras, que cultivam milho, mandioca, arroz, feijão mamona, cana, algodão, amendoim, e mais legumes; e o método, de que usam é o antigo machado, foices e enxadas. Há 62 fazendas de criar gado, entre estas algumas, que denominam chiqueiros pelo pouco que tem. Do vacum exportam-se anualmente 300 a 450 cabeças.

Buscava-se, principalmente, o mercado do Pará, onde de tempos em tempos, era exportado gado bovino, e seus derivados: solas, couros de boi; algodão, farinha, milho, toucinho e açúcar. Os gêneros de importação vinham a ser: fazenda seca, molhados, ferramentas, farinha de trigo, café, marmelada, vindos, sobretudo da Bahia e do interior goiano (TELES, 1998).

E quase dessa época o inventário de José Antônio de Araújo Ramos<sup>14</sup>. No documento datado do ano de 1815, há a presença de escravos, armas de fogo, pratos e bacias de estanho, candeeiro de latão, chapéus finos, boucetas de prata, ceroulas, bengala, pares de meia de seda, garrafas e jarros de vidro, colheres de prata, peles de animais silvestres, dentre outros bens. Quanto às joias descritas:

01 par de botões de pedras brancas gravadas a ouro, no valor de 2 oitavas e 3 oitavas de ouro;  
01 anel de ouro e prata, no valor de 1 oitava e meia;  
01 anel de pedras brancas, no valor de 2 oitavas e ¼ de vintém;  
01 relógio de ouro com pedras rosas, no valor de 2 oitavas de ouro.

Um pouco depois, por volta de 1819, Johann Emanuel Pohl, médico e botânico austríaco que veio ao Brasil no ano de 1817, na expedição científica que trouxera a filha do então imperador da Áustria, Francisco II, Dona Leopoldina, futura imperatriz do Brasil (POHL, 1976).

Em sua passagem a Natividade, Pohl (1976, p. 271) descreveu algumas características da cidade:

O número de casas sobe a 300, todas térreas, construídas de tijolos crus e cobertas de telha, enfileiradas uma ao lado da outra. Formam ruas largas, bastante regulares, orladas de calçadas de xisto quartzífero. Os quintais são na maioria murados de pedra ou tijolo. Este arraial fica a 19 léguas do Carmo, a 24 léguas de Vila da Palma, a 16 léguas de Conceição e a 14 léguas de Almas.

---

<sup>14</sup> Inventário de José Antônio de Araújo Ramos, 1815. 1º Cartório Cível de Natividade.

Conforme Pohl (1976) a população nativitana dispunha de certa beleza em seu traçado urbano, já as casas muradas demonstram a preocupação com a segurança, sobretudo, do ataque de índios e de roubos.

Pohl (1976, p. 272) também descreve sobre o modo de sobrevivência da população nativitana:

Essa população vive do cultivo de cana-de-açúcar, da aguardente que dela se extrai, das plantações de algodão, milho, mandioca, legumes e um pouco de fumo. Excelentes e, sobretudo, saborosas são as laranjas dessa região; os limões não são excedidos por nenhum outro. Cria-se gado. Encontram-se também artífices. Pertencem ainda ao julgado de Natividade: Chapada de Natividade, São Miguel das Almas e a Missão, Aldeias de Missão ou Formiga e do Duro.

Natividade mantinha relação comercial com o Pará, Piauí, Maranhão, Minas Gerais e mais intensamente com a Bahia, para onde convergia grande parte do ouro contrabandeado realizado através da Serra Geral (VAZ, 1985).

Fica suposto, que deste contínuo e intenso comércio muito ouro aqui extraído fora também “descaminhado” para outras Capitânicas, sobretudo para a Bahia; e que se houve trocas comerciais e até operações ilícitas, como o contrabando, houve também intercâmbio de manifestações culturais e artísticas.

Também de 1819, é o inventário de Maria José da Costa<sup>15</sup>. Nele estão enumerados alguns bens, como: escravos, morada de casa, balança de pesar ouro, cavalos, garrafas de vidro do Pará, jogo de pistolas etc. Em nenhum outro inventário arrolado para esta pesquisa, descobriu-se tanta variedade de objetos, sobretudo ligados às “fazendas” (tecidos). Vislumbra-se que esta mulher fosse uma comerciante de artigos oriundos de variados lugares: covadas de chita azul riscada inglesa, peças de pano de linho de flores de Hamburgo, lenços brancos franceses de beradas vermelhas, lenços brancos ingleses, meadas de linho de Bertanha, chapéus de Braga, xícaras de asas com pires da Índia. Dentre as joias desse inventário estão:

01 relicário de ouro com 4 voltas, no valor de 52 oitavas de ouro;  
01 relicário de ouro com vidro de ambas as bandas, no valor de 56 oitavas;  
01 rosário de ouro com crucifixo, no valor de 12 oitavas,  $\frac{3}{4}$  mais 2 vinténs;  
01 par de brincos com pedras roxas (já quebradas), no valor de 1 oitava;  
01 colar fino de ouro, no valor de 6 oitavas e 4 vinténs;  
01 par de botões de ouro, no valor de 1 oitava e mais  $\frac{3}{4}$  de vinténs;  
01 anel de pedra branca, no valor de 1 oitava.

---

<sup>15</sup> Inventário de Maria José da Costa, 1819. 1º Cartório Cível de Natividade.

Raimundo José da Cunha Matos, estando em Natividade no ano de 1824, notou uma localidade agradável e acolhedora, parecendo ostentar um pouco das glórias do passado reluzente do auge minerador. Embora as longas distâncias e a falta de braços, além dos impostos e dos escassos investimentos do governo da Província de Goiás, o arraial mostrava-se resistente ante as adversidades de uma economia em transição.

Está situado na latitude astral de 11° e 10", e longitude de... graus e ... minutos, em terreno montanhoso, meia légua a oeste da alta montanha dos olhos d'água, banhado pelo córrego da praia ou o Santo Antônio: É extenso, aprazível, com boas casas, belas ruas, largas praças, casa de conselho, uma companhia de infantaria, duas de cavalaria, uma de Henriques milicianos e uma de ordenanças (MATOS, 2004, p. 183).

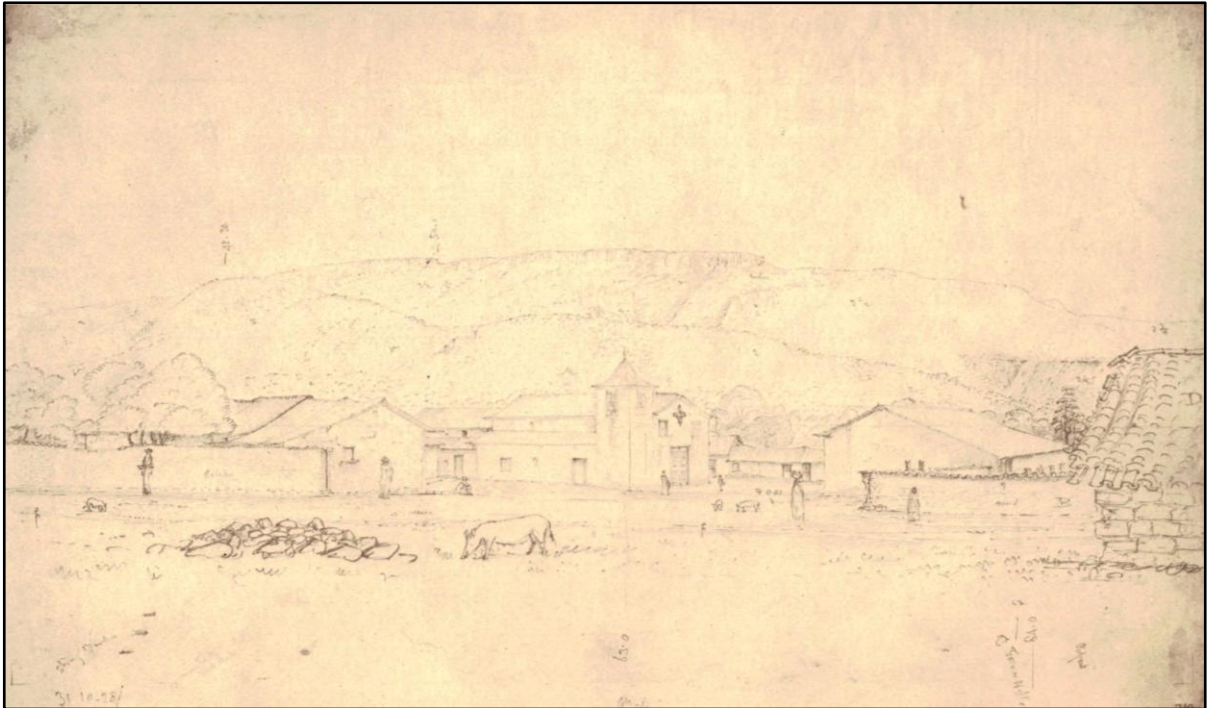
Declara Matos (2004) que existiam em 1824, quatro igrejas: a matriz de Nossa Senhora da Natividade, um templo grande, que se estava consertando e que possuía três altares; São Benedito, capela pequena e antiga, que estava servindo de matriz, muito asseada; Nossa Senhora do Terço, pequena e pobre com um altar; e a de Nossa Senhora do Rosário, com grande capela-mor, e cujo corpo da igreja ficou na altura de oito palmos. Ultrapassaria todas as demais da Província caso concluída, "[...] eu vejo aqui uma espécie de civilização cortesã: gente mui limpa e bem tratada, mas toda ela inimiga declarada do governo e do povo da comarca do sul de Goiás, com a qual tem relações mui raras" (MATOS, 2004, p. 184).

Percebeu-se, a grande animosidade da população local em relação aos habitantes que se encontravam na parte sul, posto que naquela conjuntura, há pouco tivera sido dissolvido o chamado "Clube de Natividade", guardião dos anseios independentistas do povo do norte (ALENCASTRE, 1979).

Comenta Vaz (1985), que Natividade aos poucos assumiu o papel de destaque dentre os arraiais do norte de Goiás, chegando a ser sede da comarca do norte entre 1809 e 1815, quando a Capitania fora administrativamente dividida e, mais tarde sede provisória do recém instituído Governo Provisório, entre 1822 e 1823, quando a parte norte se deflagrou num conflito contra a parte sul de Goiás.

Quatro anos mais tarde, em 1828, foi a vez do inglês William John Burchell visitar as terras nativitanas. Este pintor e naturalista percorreu inúmeros arraiais do Brasil, retratando paisagens, frutos, pessoas. São dele as primeiras representações artísticas em desenho do atual estado do Tocantins, como o desenho que representa a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Natividade (Figura 10) e do Largo do Rosário, que mostra a Igreja inacabada de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (Figura 11).

Figura 10. Praça da Matriz, Arraial de Natividade.



Fonte: FERREZ (1981, p. 143).

Figura 11. Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.



Fonte: FERREZ (1981, p. 144).

O último grande viajante a passar por Natividade foi o botânico, zoólogo e médico escocês George Gardner, Gardner (1975) que percorreu o interior do Brasil entre 1836 e 1841.

Gardner chegou à vila de Natividade (Natividade foi erigida à condição de vila em 1833) no dia 25 de outubro de 1839, permanecendo por conta das chuvas intensas na região até 10 de fevereiro de 1840. Destaque-se, ainda, que ele foi o viajante a respirar por mais tempo os ares nativitanos. Gardner esteve hospedado numa fazenda chamada “Sociedade”, localizada no então arraial de Chapada (GARDNER, 1975). Além de muitas excursões, mais curtas, feitas na vila de Natividade, foi diversas vezes ao arraial de Chapada:

Tem mais ou menos a metade do tamanho de Natividade e está situada em terras baixas e planas, que se chamam chapadas e donde lhe vem o nome. A região circunvizinha, como a de Natividade, foi revolvida à cata de ouro; mas os que outrora empregaram seus escravos nestes labores acham agora mais proveitoso empregá-los em plantações. Há ainda uns poucos pretos velhos forros que ganham escasso meio de vida com lavagem de ouro (GARDNER, 1975, p. 160).

Atualmente Chapada da Natividade é uma cidade emancipada, localizando-se a aproximadamente 12 km de Natividade, de acordo com a maioria dos ourives entrevistados a matéria prima para a confecção das joias em filigrana vem de garimpos dessa povoação, além de outros da região, e atualmente do Príncipe, pequeno povoado nativitano. Conforme entrevista realizada com os ouriveres, foi perguntado de onde vem a matéria prima para o fabrico das joias, e como respostas obtivemos:

O1: A matéria prima vem da região mesmo, antigamente dizem os mais velhos que achava aqui ouro na rua, mas hoje vem da Chapada, e o maior fluxo do Príncipe, distrito aqui de Natividade, fica a 35 km.

O4: O ouro das joias vem do Príncipe, da Chapada da Natividade, Conceição e de Almas.

O6: A matéria prima vem é mais do Príncipe, tinha da Chapada, mas agora é pouco.

Príncipe, hoje um povoado pertencente a Natividade, é atualmente de onde se extrai a maior parte da matéria prima para a confecção das joias nativitanas:

M11: aqui no Príncipe a exploração vem desde o século XVIII, antes era ouro de aluvião encontrado na beira dos córrego. O garimpo hoje em dia é na mesma região dos garimpos da época dos bandeirantes. Nessa área tá sendo explorado ouro há 35 anos. Nessa época eram garimpeiros manuais, e depois passou a usar equipamentos mais sofisticados. No “garimpo da Matinha” são 20 homens que trabalham em dois turnos de 12 horas cada, o garimpo funciona 24 horas. Aqui no Príncipe são mais 4 garimpos: “Dona Divina”, “Foice”, “Fofoca” e “Da areia”. No total deve ter uns 150 homens em todos os garimpo juntos.

## 2.2. As joias como patrimônio imaterial e lugar

As joias que são produzidas, de acordo com inventários consultados, há mais de um século nas oficinas de Natividade marcam sua estreita relação com o lugar e compõe o patrimônio local.

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (CARLOS, 1996, p. 20).

Ensina Carlos (1996), que o ser humano percebe o mundo através de seu corpo, de seus sentidos. É assim que ele vai construindo e se apropriando do espaço e do mundo. O lugar, desse modo, é uma fração do espaço apropriável para a vida, seguindo nessa órbita os passos de seus moradores. Já a produção espacial se realizaria no plano do cotidiano, aparecendo nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico, revelando-se pelo uso como uso da divisão social e técnica de trabalho (CARLOS, 1996).

Para Marandola Júnior (2014, p.3), ao se acordar que o lugar acompanha sempre o ser humano, nem sempre concordamos com esta ou aquela definição: “[...] há uma infinidade de definições de lugar e de sentido que varia conforme as teorias e os autores. Umhas objetivas e outras subjetivas. O sentido de lugar implica o sentido da vida e, por sua vez, o sentido do tempo”.

Aconselha Tuan (2013), que é impossível discutir o espaço experimental sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço. “[...] o espaço da criança se amplia e torna-se mais bem articulado à medida que ela reconhece e atinge mais objetos e lugares permanentes. O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 2013, p. 167).

As comunicações diminuem as distâncias tornando o fluxo de informações contínuo e ininterrupto; com isso, cada vez mais o local se constitui na sua relação com o mundial. Nesse contexto o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares. A primeira consequência é a necessidade de se relativizar a ideia de situação. É evidente que o lugar se define, inicialmente como identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a situação se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo (CARLOS, 1996. p. 28).



Complementa Carlos (1996), que o processo de reprodução das relações sociais que ocorre atualmente, não diminui a importância do lugar, que surge como fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno. Ou seja, o mundial não invalida o local. O lugar é fruto das relações que se estabelecem entre o ser humano e a natureza, bordado por relações sociais que ocorrem no plano do vivido, garantindo a construção de uma rede de significados e sentidos que são construídos pela história e cultura civilizadora culminando na identidade, visto que é aí que as pessoas acabam se reconhecendo, pois é o lugar da vida (CARLOS, 1996).

O sujeito e o lugar não se separam, estão entrelaçados um ao outro, ligando-se à produção da vida. A vida tende a emergir no lugar, onde ocorre a ligação da vida social. No lugar cada sujeito se reconhece ou também se perde, vai usufruindo e modificando o espaço, o lugar tem usos e sentidos (CARLOS, 1996).

A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. Os povos analfabetos podem estar profundamente afeiçoados ao seu lugar de origem. Eles podem não ter o senso ocidental moderno, mas quando procuram explicar a sua lealdade para com o lugar, ou apontam os laços com a natureza ou recorrem à história (TUAN, 2012, p. 144).

Em Natividade, há mais de um século<sup>16</sup>, a presença das oficinas artesanais onde mestres-ourives e/ou filigraneiros repassam seus conhecimentos a aprendizes marcam coletivamente sua geografia e história, permeada de sentidos e significados que ajudam a construir a identidade cultural de seu povo. A identidade cultural neste sentido, conforme Pelegrini (2013, p. 37): “[...] é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim o processo de sua própria criação”.

Nesse sentido, a cultura tradicional e popular, de acordo com Pelegrini (2013), são criações emanadas de uma comunidade cultural, e surgidas na tradição, oriundas de um grupo ou de indivíduos e que são reconhecidas por essa comunidade como símbolo de sua identidade cultural, normas e valores transmitidos seja por meio da oralidade, por repetição ou de outros modos.

---

<sup>16</sup> De acordo com os inventários arrolados, datados do início do século XIX, há a presença de joias, o que denota a possível presença de mestres-ourives locais. No entanto, não se encontrou o uso do termo “filigrana”. Contudo, a maior parte dos ourives entrevistados, afirmam que a técnica da confecção de joias em filigrana já existe na cidade há mais de 200 anos.

Indagadas sobre qual o significado de usar as joias nativitanas, os moradores responderam:

M1: Me sinto privilegiada, pois Natividade é um berço cultural, e essa tradição vem desde o tempo colonial.

M4: Eu acho bonito, são joias que todo mundo quer possuir, pois identifica a cidade.

M7: Em primeiro lugar, dá uma continuidade familiar, preserva os símbolos religiosos, peço proteção toda vez que uso.

M8: Muito feliz...segurança da natureza. Usando as joias da terra da gente, é um amuleto, sinto mais forte quando uso.

M9: Representa a minha origem, a minha tradição, enfim a cultura de minha terra.

M12: As joias tem significados, não é só uma ornamentação. Tem o sentido religioso, por exemplo eu uso o peixinho que ganhei no dia em que eu nasci...existe o significado.

M15: Me sinto protegido, mais próximo da divindade, um apóstolo na missão.

M19: Eu sinto lisonjeada por usar, me sinto mais nativitana.

O conceito de patrimônio cultural imbrica-se com as identidades sociais, no que resulta primeiramente das políticas do estado nacional e posteriormente, do seu questionamento no quadro da diversidade (PELEGRINI, 2013).

Desse modo, constituem patrimônio cultural brasileiro, “[...] tantos os bens de natureza material quanto imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória de diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (CASTRO, 2008, p. 14).

Nesses quesitos de acordo com Pelegrini (2013, p. 46) se incluem como patrimônio cultural imaterial aqueles “[...] transmitido de geração em geração, sendo alvo de recriações, mudanças entre as comunidades e os grupos que convivem num certo espaço e das relações com a natureza e com a própria história dessas populações [...]”. Desse modo, podem também ser definidos como patrimônio imaterial: “Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, o grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural” (PELEGRINI, 2013, p. 46).

No Brasil, de acordo com Castro (2008) o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o registro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, compreendendo como patrimônio imaterial brasileiro: saberes, ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas que fazem parte da identidade dos grupos que as praticam, o que indicou o entrelaçamento entre as expressões culturais e as dimensões sociais, econômicas, políticas, numa articulação que referenciava a construção de identidades locais. Ainda conforme a autora:

A resolução nº 1, de 3 de agosto de 2006 (IPHAN), que complementa o Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, opera claramente com uma definição processual do Patrimônio Cultural Imaterial, entendendo por bem cultural de natureza imaterial “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social. E ainda toma-se tradição no seu sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado (CASTRO, 2008, p. 12).

No que diz respeito ao registro, a ourivesaria em filigrana de Natividade passou por um processo de pedido no ano de 2007, ocasião em que houve a catalogação, busca de informações documentais e orais que permitissem a salvaguarda junto ao patrimônio cultural imaterial brasileiro, no livro de Saberes e Modos de Fazer. Sabe-se, contudo, que o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das joias em filigrana de Natividade não foi aprovado pelo IPHAN<sup>17</sup>. E por mais que as joias filigranadas de Natividade e o ofício de seus filigraneiros sejam símbolo local e representem a aproximação da população com o lugar, não há até os dias hodiernos qualquer tipo de registro desse modo de saber que resistiu ao tempo, seja na esfera municipal, estadual ou nacional. Em entrevista realizada, o ativista cultural relata:

AC: A gente solicitou esse reconhecimento em termos nacionais, porque a filigrana daqui é uma referência nacional, um lugar que se preservou ao longo dos séculos a técnica. Poucos lugares no Brasil faz a joia em filigrana, em Belém, no Círio de Nazaré tem a filigrana na Nossa Senhora, mas só um fiozinho retorcido, um detalhe...; em Minas Gerais tem lá peça, um detalhezinho na coroa...Em Natividade tem peças inteiras em filigrana.

Reforça Castro (2008), que o registro é uma forma de se reconhecer e valorizar os bens culturais, representando um instrumento legal, que se assemelha ao tombamento, ou seja, enquanto há o tombamento de edifícios e sítios históricos (o sítio histórico de Natividade é tombado desde 1987, pelo IPHAN), por sua vez registra-se saberes, celebrações, rituais, formas de expressão e espaços onde as práticas são desenvolvidas.

Os bens culturais de natureza imaterial estariam incluídos, ou contextualizados nas seguintes categorias. Sendo os seguintes os livros de registro no Brasil:

- 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.
- 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.
- 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.
- 4)

---

<sup>17</sup> O projeto de registro das joias em filigrana de Natividade não foi aprovado por problemas técnicos, segundo o IPHAN.

Lugares Mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas (CASTRO, 2008, p. 18).

A ourivesaria nativitana é um saber tradicional, e baseia-se nas técnicas que estiveram a ponto de se perder, não fossem o interesse e o trabalho da própria coletividade, mestres filigraneiros e aprendizes em resgatar técnicas e desenhos (IPHAN, 2007).

As joias se caracterizam em sua maioria, de fios finos de ouro e prata que marcaram e marcam a comunidade nativitana. As joias expressam não só o valor econômico como também representam tradição, e recriam o espaço de outros saberes, além de participar também do significado do que podemos chamar de forma de expressão.

Sobre a presença das joias em filigrana enquanto símbolo de Natividade, as moradoras entrevistadas responderam:

M4: Quando se fala em Natividade, conhece o bolo Amor- Perfeito e as joias em filigrana.

M5: Acho que sim, porque ela é procurada, brincos, colares.

M6: Onde ela é vista, alguém chega ou vê, diz é de Natividade.

M7: Tenho desde criança, os pais deixavam né...Aqui em Natividade a gente recebia alguma coisinha...uma pulseirinha, um brinco.

M9: Tradicionalmente portuguesa, a filigrana veio para o Brasil pelos portugueses e chegou até nós pelos bandeirantes, isso há quase 300 anos.

M11: Sim, representam a tradição nativitana, a Peixa<sup>18</sup>, o Coração, anel Escravo, os brincos em filigrana.

M14: Há uma relação direta entre as joias e a cidade.

M17: Quando a gente vai no museu há fotos de joias antigas lá.

M20: É uma tradição nossa, pois é uma cidade histórica, vem de geração em geração.

A ourivesaria da histórica cidade de Natividade, na singularidade da filigrana, pode ser vista como um adorno que se enquadra nesta descrição feita acima; ela não é apenas uma forma da joalheria produzida no Brasil; é uma manifestação cultural que traz no seu âmago memória e tradição, que se aprofundam no tempo, indo aos caminhos do ouro e à sociedade setecentista (IPHAN, 2007).

O Iphan (2007, p. 7) afirma que:

Pensar em cultura imaterial, especialmente vinculada à ourivesaria que se produz em Natividade, é ir além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras. É incluir as gentes que revisitam as suas memórias e revelam os costumes, os sabores e os saberes da cultura local. E assim, a palavra transversalidade ganha novos tons e significados diante da riqueza dos conhecimentos e das tradições das pessoas simples que compõem o cotidiano do nativitano, em especial por meio da ourivesaria com foco na filigrana.

---

<sup>18</sup> A “Peixa” apresenta-se em forma de pingente ou brinco. Serve para denominar tanto o peixe Pacu, quanto a Piaba, peixes da região.

Em Natividade as joias produzidas há mais de um século é uma tradição que passou de geração em geração, desde os primeiros mestres. De acordo com a obra lançada recentemente de autoria do mestre Joaquim Valdeídes (Wal) em parceria com Simone Câmelô Araújo (2015), contemplada pelo Ministério da Cultura, alguns mestres-ourives de Natividade tem se destacado desde meados do século XIX até os nossos dias, como o mestre Antônio Vicente Nunes, mestre Juvenal Rodrigues de Cerqueira, mestre Altino de Sena, mestre Jesumar Borges, mestre Joaquim Valdeídes (Wal).

No que diz respeito aos antigos mestres, tem-se notícia, por meio da história oral, que mestre Cazuza (José Fernandes Belo, já era ourives em Portugal), Antônio Nunes da Silva, Bernardino de Sena Fernandes, Leopoldo Hermano, Altino de Sena Fernandes e Juvenal Rodrigues Cerqueira, entre outros, foram grandes mestres que repassaram a arte de ourives a outros jovens. A ourivesaria é uma das profissões mais antigas do mundo. E em Natividade é uma herança viva dos colonizadores portugueses, sofrendo influência também dos africanos escravizados na Mina que habitaram essa região (IPHAN, 2007).

No século XX, o grande mestre nativitano foi Juvenal Rodrigues de Cerqueira, nascido em Natividade no início dos noventa repassou o que aprendera a dezenas de jovens, muitos dos quais também deram continuidade a ourivesaria tradicional, utilizando também a técnica da filigrana (Figura 12).

Figura 12. Mestre Juvenal em sua oficina.



Fonte: ASCCUNA, 2017.

Destaca Wal (2015), com relatos da tradição oral, que um dos primeiros ourives de Natividade foi Antônio Vicente Nunes, nascido em 1863, já no período imperial no antigo arraial minerador de Conceição e casado com uma nativitana, mantinha uma oficina de ourives na antiga rua da Contagem (atual rua Rafael Xavier). Mestre Antônio Vicente Nunes ensinou o ofício de ourives e a técnica da filigrana ao jovem Juvenal Rodrigues de Cerqueira.

De acordo com relatos orais, mestre Juvenal Rodrigues de Cerqueira o responsável por disseminar a arte da ourivesaria e a técnica da filigrana em Natividade:

Como era de costume, o pai de Juvenal contratou o mestre Antônio para ensinar o ofício de ourives ao menino, então com 12 anos, ao custo de 400 mil réis, o equivalente na época a quatorze bois. O aluno aplicado, após um ano de aprendizagem, Juvenal recebeu o título de “ourives”. (WAL, 2015, p. 11).

Mestre Juvenal nasceu em 1901 em Natividade, não tendo filhos adotou vários e ensinou o ofício de ourives a muitos deles, caso do mestre Uaci, que confeccionou joias utilizando a técnica da filigrana por anos em Natividade:

AC: O Mestre Juvenal ensinava a ourivesaria só para homens, e a esposa dele bordado e teatro, a minha admiração por eles era essa...Ele não aceitava mulheres, sendo que em Portugal as mulheres participam do preenchimento, mas na época era rudimentar. Outra coisa era existência de poucos negros, com a ourivesaria mestre Juvenal mudou...era mais pessoas de famílias tradicionais...a oportunidade para mulheres foi a ourivesaria mestre Juvenal quem deu...a prioridade era ter habilidade, o saber fazer...

De acordo com esta depoente, observa-se uma diferença entre a confecção de joias em Portugal e no Brasil; enquanto lá as mulheres há muito tempo participam da etapa de preenchimento das peças, em Natividade até a alguns anos elas sequer podiam aprender o ofício.

Outra particularidade era que até os anos 80, a prática ourivesareira e filigraneira era vedada a negros e às pessoas de condição social com menos recursos, fato que segundo a depoente acima, se alterou a partir da criação da escola-oficina mestre Juvenal, que priorizava principalmente a habilidade do artesão.

Dentre outros, mestre Juvenal ensinou o ofício a Jesumar Borges (WAL, 2015). Mestre Jesumar Borges nasceu na cidade de Peixe e é filho de pais nativitanos. Foi ele, que tempos depois, na década de 1980, ensinou já em Goiânia aos jovens nativitanos Joaquim Valdeídes (Wal) e Abisânia (Bisa) o ofício de ourives, ensinando a confecção de joias modernas além da técnica da filigrana.

Mestre Jesumar, depois de retornar a Natividade, ensinou o ofício e a técnica a outros jovens que hoje desempenham a ourivesaria: Orleid Sérgio, Clidione, Fabrício, Valdomilson Patrício (Pequeno). Veio de Goiânia juntamente com o mestre Jesumar, o mestre João Bosco, também responsável por disseminar a ourivesaria em filigrana para vários aprendizes (WAL, 2015, p. 14). Também de Goiânia retornaram à Natividade no início dos anos 90, os ourives mestre Joaquim Valdeídes (Wal) e mestre Abisânia (Bisa), que a partir daí repassaram o ofício a dezenas de jovens nativitanos.

O1: Natividade surgiu com o ouro, antigos mineradores...nos anos 80 houve um resgate, parcerias com a Embaixada Britânica, com a Ulbra de Palmas, o governo do Estado...aqui já passaram mais de 50 aprendizes. Hoje na mestre Juvenal somos 9...pra entrar aqui no mínimo tem que ter 16 anos...o aprendiz mais novo daqui tem 17, e o mais velho que sou eu com 57 anos...Tem também uma mulher ourives, outras já participaram mas não seguiram...

A antiguidade, isolada, não é patente capaz de assegurar a sobrevivência de qualquer patrimônio histórico, ou de uma tradição antiga (IPHAN, 2006). Dessa forma, a tradição secular de se produzir joias que teria surgido nos calcanhares dos garimpeiros, esteve perto de se romper para sempre de modo que não houvesse mais reparo anos 80/90. A razão era simples, faltavam aprendizes, embora houvesse remanescentes da técnica na cidade:

Retornaram a Natividade no começo da década de 1990, convidados por Simone Camelo Araújo da ASCCUNA aceitaram participar do projeto oficina mestre Juvenal, para ensinar aos jovens aprendizes, as técnicas fundamentais da ourivesaria. Essa primeira tentativa não prosperou devido a falta de recursos...mas dessa bateada inicial ficaram 2 aprendizes. (IPHAN, 2006, p. 14).

Assim, fundou-se, em 1992. O objetivo principal, reunir àqueles que tinham entre seus ideais proteger as tradições centenárias da cidade, entre elas a ourivesaria. Assim, os mestres Abisânia Ferreira Gomes (Bisa) e Joaquim Valdeídes Carvalho (Wal), repassaram técnica da ourivesaria artesanal em filigrana, que emergiu, ainda mais, após o Programa Monumenta<sup>19</sup>. Os atuais mestres repassam seus dons artístico-artesanais a outros jovens da cidade, provando que esta tradição não está fadada ao desaparecimento:

M9: “Através da ASCCUNA a tradição das joias aumentou em Natividade...antes era pouco divulgada, apenas pessoas de poder aquisitivo alto tinha”.

---

<sup>19</sup> O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Iphan (IPHAN, 2006).

Atualmente existem em Natividade três ourivesarias: Ourivesaria Mestre Juvenal, João Bosco Joalheiros e BellaArt Ourivesaria. A primeira conta com 11 ourives, sendo 8 mestres e 3 aprendizes; a segunda no momento apenas com um mestre; e a terceira com 2 mestres e 3 aprendizes<sup>20</sup>.

O1: Aprendi com o mestre Jesumar em 1983, a filigrana. Em Goiânia aprendi a fazer outras joias, mas aprendi a técnica com o mestre Jesumar, que aprendeu com o mestre Juvenal...Os ourives passaram de pai para filho, o mestre Juvenal não teve filho, e passou para outros...buscam aqui muita beleza da joia até mais que a técnica...buscam a tradição também...

O2: Aprendi aqui em Natividade com o mestre Jesumar, depois vim pra cá. Eu fazia colares de fios elétricos, um dia o mestre Jesumar me viu fazendo esses colares e me chamou pra aprender, depois vim pra mestre Juvenal (ourivesaria), com o mestre Wal. Os turistas que vem em Natividade e passam a conhecer, acham bonitas, a história e o trabalho manual né, a tradição...muitos turistas vem aqui.

O3: Eu aprendi a fazer joia com o meu padrasto que morava em Goiânia, mas era filho dessa região... A técnica (filigrana) começou com os negros, os senhores de escravos colocavam eles para trabalhar...É também uma tradição familiar, tem um filho do Juvenal que mora em Palmas, é de criação, o Uaci que fazia joias...Os ourives tem que gostar, ter paixão.

O4: Aprendi a ser ourives com dois mestres: mestre Jesumar e mestre João Bosco...comecei com 19 anos, em Natividade mesmo. Vai passando de geração em geração (a técnica), os aprendizes vão dando continuidade ao trabalho dos mestres...

O5: Logo no começo eu trabalhei em serviços braçais, aí teve um curso da ASCCUNA, em parceria com o governo, eu fiz sem muito interesse...aí me fizeram a proposta, acabei gostando da profissão, foi entre 1999 e 2000...É tem de passado em geração (a técnica da filigrana), não deixa acabar...É uma técnica de Portugal né, que tá aqui há muito tempo.

O6: Em 1996, eu fui convidado pelo mestre Bisa, sou da mesma época do José Leal, a gente era aprendiz...que estava abrindo um curso. O curso era pra ourives foi intensivo no fim do ano, nas férias. Daí, depois que aprendinão sai mais, até hoje...Bem a filigrana passou de geração para geração, acho que não é familiar. Ajuda muito, muitos turistas vem de longe encomendar joias e já pesquisam os pontos da cidade, passam a noite em hotel e de manhã vem.

As peças da ourivesaria nativitana codificam a identidade, constituindo um elo entre o passado e o presente. A prática da ourivesaria não só faz parte da história da cidade, mas é um seu narrador. E os artesãos filigraneiros, que mantém viva a arte secular da filigrana no Tocantins são também os guardiões do modo de fazer e do saber ancestral de um povo, pois registram por meio de suas joias fragmentos coletivos de um patrimônio cultural, e que resistiu por várias gerações.

Sobre a produção das joias, o Iphan (2006, p. 48) descreve:

O ouro em pó, ou em grânulos, é derretido na oficina, com o auxílio de maçaricos. Em seguida. É derramado num molde, de onde sai com a forma de lingüeta. De lâminas muito delgadas se produzem fios igualmente muito finos, que serão torcidos dois a dois. Esse fio duplo, achatado, apresentará laterais serrilhadas, a característica

---

<sup>20</sup> Durante o primeiro ano de pesquisa, alguns ourives e aprendizes não foram contactados quando da visita a Natividade, ou por motivo de estarem na escola, ou viajando, ou fazendo tratamento de saúde em outra cidade.



básica da filigrana. Os caixilhos das joias, feitos de ouro e prata, qualquer que seja seu formato (flores, coração etc.), serão preenchidos com “bordados” desses fios duplos achatados. O trabalho exige perícia e muita paciência do artesão. A peça é finalizada com a fixação dos diversos elementos por meio de solda (IPHAN, 2006, p. 48).

Através dos relatos, os artesãos filigraneiros nativitanos expressam muito mais que histórias de vidas, mas principalmente deixam latente os significados, os caminhos traçados, os sonhos, a relação com a cidade e com seu o ofício.

O7: Eufui indicado por uma tia minha que trabalha com a esposa do mestre Val...aprendi com o mestre Val. Já dei dicas pra um bando de meninos, fiquei uns 4 anos fora...Eu adoro meu serviço, todos vem aqui e agradecem pelo trabalho. A gente fica feliz em fazer.

O8: Por causa que eu aprendiz...estava procurando um serviço, entrei, perguntei se tinha uma vaga, entrei na época do Sadan...aprendi com mestre Val, Zé Leal, Uardon. Vamos dando toques para os aprendizes. Meu tio foi ourives, tio Antônio Luís... Já tive a oportunidade de ir embora para Goiânia, trabalhar numa joalheria. Minha família admira o tratamento do freguês. Nosso trabalho é bem reconhecido.

O10: Eu estou aqui há dez anos, vim por causa do Val... Ele me chamou, no começo foi difícil, da minha época só dois foi embora... em outra profissão. Me sinto bem aqui, eu gosto daqui, passo muito tempo da minha vida aqui...

Hoje há nas ourivesarias de Natividade uma única mulher desempenhando a profissão de mestre-ourives, além de mais uma como aprendiz, embora de acordo com relatos outras estiveram em processo de iniciação. Ao contrário de Portugal, onde as mulheres participam da fase de preenchimento das joias em filigrana, em Natividade, o artesão desempenha todas as etapas de produção.

O9: “Comecei em 1996, no primeiro curso, eu me lembro de muitos que começaram comigo, da minha época só eu e o Uardon. Até hoje só faço algumas, eu faço a filigrana mas não finalizo a joia”.

Indagada sobre como se sente sendo a única mestre-ourives mulher, a artesã respondeu:

O9: “Eu me sinto como qualquer um... não me sinto melhor, tem gente que elogia. A renda que tiro daqui ajuda com a do meu marido. Fico orgulhosa das peças, ainda mais que tão falando na novela (Do outro lado do Paraíso, da rede Globo), acho que fiquei mais famosa<sup>21</sup>”.

De acordo com Bardi (1981), desde os tempos coloniais, os oficiais vindos de Portugal ou por estes aqui formados constituíam uma classe, que talvez não fosse a mais privilegiada,

---

<sup>21</sup> A novela da rede Globo: Do outro lado do paraíso, de 2017, baseou seu enredo nos garimpos de Natividade. A atriz Marieta Severo aparecia durante a primeira fase da trama usando uma joia produzida na cidade, o Coração Português. Tal fato, segundo moradores e ourives ajudou a dar visibilidade nacional às ourivesarias.

mas que gozava de alguma consideração social. A definição de “oficial” é portuguesa e aqui no Brasil servia para designar as artes mecânicas, ou seja, manuais, ao que hoje corresponderia a operários qualificados. Chamava-se oficial “[...] o artista que obtinha uma perfeita preparação técnica do seu ofício, de aprendiz passava-se inicialmente, em seguida, a meio oficial; Os que empreitavam ou conduziam serviços eram chamados mestre” (BARDI, 1981, p. 18).

Nos dias hodiernos há nas ourivesarias de Natividade, 6 aprendizes, sendo 3 na Ourivesaria Mestre Juvenal, e 3 na Bela Art Ourivesaria. Na João Bosco Joalheiros, que conforme entrevista já passaram mais de uma dezena de aprendizes, no momento não existem iniciantes.

AP1: Eu vim através do Hernane, ele chamou eu vim, tem só 10 meses. Já desenvolvi cordões, pulseiras...a filigrana tô aprendendo ainda, é mais demorada, vai demorar um pouco. O Pedão ourives é meu irmão. Há uns dez anos eu pensava que era mais rápido, que era uma máquina que fazia. É uma arte... São para poucos que fazem. É bem complicado, tem que ter paciência.

AP2:Eu estou aqui há 8 meses. É eu entrei e voltei, fui embora pra Gurupi. Minhas amigas me perguntam se eu gosto. É uma coisa que vai me servir futuramente... tô aprendendo, faço aliança... as pessoas mais jovens acham bonito também, mais é a Flor de Maracujá. Me sinto orgulhosa, acho bonitas como elas são feitas manualmente, mas um dia quero conseguir fazê a filigrana direitinho...estou feliz.

De acordo com entrevista com ativista cultural da cidade:

AC: Uma das metas agora é criar a sala do aprendiz. Na época do projeto Monumenta nós criamos um espaço da sala pra ourivesaria, porque tinha que justificar a restauração de um imóvel. E aí ficou na mão do poder público e não se fez nada...O programa Monumenta entregou o espaço e a obrigação da gestão pública era equipar com ferramentas e maquinários e fazer funcionar. Isso foi entregue em 2008 e 2009... Já tem quase 10 anos e nada foi feito... Quem recebeu o aprendizado deve ter o compromisso de ensinar.

Ou seja, atualmente um dos entraves ao crescimento do número de aprendizes que possam dar continuidade à ourivesaria tradicional nativitana e à técnica da filigrana reside também num maior apoio do poder público. Pois, pelo que se soube há um prédio histórico restaurado e com 10 novas bancadas prontas para receber ourives iniciantes, que em dois turnos possibilitaria a entrada de 20 jovens.

### 2.3. Caracterização das joias

Ressalta Santos (2006), que a partir da segunda metade do século XVIII, a mineração de ouro em Natividade começou a entrar em declínio, apesar de pequenas prospecções terem continuado, utilizando-se a mão de obra escravizada. Mesmo com essa diminuição da faina extrativa a sociedade nativitana não adormeceu completamente, pois algumas de suas igrejas, como: Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e São Benedito foram erguidas já no final do século XVIII. E segundo a tradição oral da cidade, o próprio ouvidor do norte, Joaquim Teotônio Segurado, mudou-se para Natividade a fim de dirigir administrativamente aquela região da Capitania.

Após a decadência aurífera nas minas goianas, conforme Santos (2006, p. 7) “[...] a agricultura e a pecuária minimizam o isolamento econômico da região, os canaviais e as rezes mesmo proibidos eram mantidos paralelamente à mineração, passaram a ser estimulados pelo governo [...]”.

Enfatiza Salles (1992), que por volta do 1780, nas minas do norte de Goiás, o garimpo de ouro já era uma atividade complementar à lavoura e à criação de gado. Em 1783, somente 19% dos escravos nativitanos estavam empregados nos veios aluvionais, dessa forma essa região goiana passou a deter cerca de 80% da produção e exportação de reses da Capitania. E Natividade, se posicionava entre as localidades que mais exportavam gado, sobretudo para a Bahia. Outras localidades também se destacavam: Cavalcante, Paranã e Arraias.

Esse intercâmbio com a Bahia teria sido apenas comercial? “Joias de Crioula” fabricadas na Bahia sob influência lusitana e sudanesa (Mina) teriam chegado à Natividade? Ourives baianos vieram à Natividade nesse período? À guisa de exemplo, algumas joias nativitanas guardam semelhanças com ourivesaria baiana do período colonial, como a “pulseira Escrava” e o “colar de Contas”. Essa semelhança seria pura coincidência? Essas são perguntas que pesquisas futuras poderão elucidar, todavia, uma resposta afirmativa parece bem coerente, dadas às características históricas, geográficas e culturais desses lugares.

Atualmente, a ourivesaria trabalhada nas oficinas pelos artesãos filigraneiros de Natividade, representa a simbologia imaterial da cidade, assim como as festas de Nossa Senhora da Natividade, do Divino Espírito Santo e da romaria do Senhor do Bonfim. Algo comum entre estas práticas é a sua secularidade:

Há décadas a ourivesaria artesanal vem sendo mantida em Natividade. Tanto a confecção de joias, quanto seu uso faz parte da tradição cultural da cidade. Peças

feitas em filigrana, como o Coração Português, Coração Nativo, o brinco Flor de Maracujá, são características do trabalho lá desenvolvido. Outras joias como a “Peixa”, o anel Escravo, o crucifixo e o relicário são modelos maciços ou feitos com placas trabalhadas de metal (SANTOS, 2006, p. 9).

Por enquanto há poucos trabalhos acadêmicos sobre a ourivesaria nativitana, e da prática do ofício de artesãos filigraneiros e da filigrana no Brasil. Entretanto, de acordo com relatos e moradores, é uma herança portuguesa, que em Natividade se fez realidade devido a abundância de ouro na região, um certo isolamento cultural, e do hábito dos mestres-ourives e/ou filigraneiros repassarem a técnica a seus aprendizes (SANTOS, 2006).

Esclarece Santos (2006) que certos ofícios eram ensinados aos jovens da cidade com a finalidade de aprenderem uma profissão, e da garantia da perpetuação destas práticas. Às meninas eram ensinado a técnica do bordado e culinária, enquanto aos meninos ensinava-se a ser marceneiro, carpinteiro, sapateiro, pedreiro, alfaiate, ourives etc.

Cada modelo de peça possui um sentido especial. Em Natividade, as joias que expressam símbolos cristãos são usadas tanto por devotos, quanto por não devotos. Os lugares que remetem à prática e experiência religiosa são muito importantes ainda hoje em Natividade: a Igreja de Nossa Senhora da Natividade, a Igreja de São Benedito, as ruínas de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, templos do período colonial e que são das mais importantes referências culturais da comunidade. Também o Calendário é marcado pelas festas religiosas, a Festa do Divino é um momento especial para usar os crucifixos e as “pombinhas do Divino”, e também outras joias (IPHAN, 2007, p. 69).

O conceito de lugar, enfoca Marandola Júnior (2014), possui a materialidade que lhe dá o ambiente utilizado pelo sujeito em sua própria construção. Surge a partir da combinação, pelo sujeito, de lógicas naturais e humanas diversas, o lugar adquire o caráter de objetividade de seus componentes. Assim, “[...] o lugar repousa sobre a ideia de um sujeito ativo que deve, sem cessar, tecer as ligações complexas que lhe dão sua identidade, ao mesmo tempo em que definem suas relações com seu ambiente” (MARANDOLA JÚNIOR, 2014, p. 110).

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencimento ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e de detritos, pela acumulação de tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 1996, p. 30).

O lugar de acordo Tuan (2012) pode ser definido de diversas maneiras. Dentre elas, esta: lugar é qualquer objeto estável que capta nossa atenção. Quando olhamos uma cena panorâmica, nossos olhos se detêm em pontos de interesse. Quando paramos é tempo

suficiente para criarmos uma imagem de lugar que, em nossa opinião, momentaneamente parece maior. A parada, Tuan (2012, p. 199) “[...] pode ser de tão curta duração e de interesse tão fugaz, que podemos não estar completamente conscientes de ter detido nossa atenção em nenhum objeto em particular, acreditamos que simplesmente estivemos olhando a cena em geral”.

Com o passar do tempo novos modelos foram incorporados às joias tradicionais da ourivesaria de Natividade. De acordo com alguns ourives, como o mestre Jesumar, percebeu-se a necessidade de inovar, assim surgiram: anel Celebridade, anel Pedra Rendada, anel Senhor do Bonfim. Outra técnica trazida de Goiânia por mestres nativitanos como Jesumar, Abisânia (Bisa) e Joaquim Valdeídes (Wal), foi a técnica da cravação<sup>22</sup> de pedras em joias. Com essa técnica, joias confeccionadas antes como o Coração Português, o brinco Flor de Maracujá passou a contar com a opção de serem cravadas (SANTOS, 2006).

Em entrevista realizada um dos Ex-ourive afirma que: EO3 - “Era muito difícil naquela época pra puxar a filigrana, dava trabalho...Levava o dia todo, tudo manual. Eu que introduzi a cravação em Natividade”.

É provável, que tanto em Natividade, como foi em Portugal, que as peças em filigrana fossem associadas no passado às classes de menor poder aquisitivo. Para Santos (2006), tal motivo se explica pelo fato de as joias filigranadas serem mais leves que as peças maciças. Assim as joias em filigrana eram de mais fácil acesso que as demais, chamadas maciças. Ainda hoje, uma das opções dos compradores são tanto por razões estéticas como também econômicas.

Com uma quantidade razoável de ouro ou prata é possível fazer uma joia filigranada por exemplo, o que permite que cidadãos com posses pouco expressivas também adquiram algum exemplar, seja em ouro ou prata. Podemos classificar como joias com uso da filigrana em Natividade: Coração Nativo, Coração Português, brinco Flor de Maracujá etc; e como joias maciças ou feitas com placas trabalhadas de metal que até podem receber a filigrana ou não: crucifixo, anel Escravo, a Peixa, colar de Lantejoula etc.

Dentre as muitas peças fabricadas artesanalmente, algumas são mais lembradas por sua ancestralidade e tradição, como a Peixa, os Corações Português e Nativo, crucifixos, anel Escravo ou Anelão, a Pomba do Divino; outras são mais novas, como o colar Cartier e brinco Capim Dourado (SANTOS, 2006).

---

<sup>22</sup> A milenar técnica da cravação consiste em anexar às joias pedras preciosas ou semipreciosas.

As peças artesanais fabricadas nas oficinas são espécies de ícones da identidade de Natividade. De acordo com (WAL, 2015), estão entre as principais peças da ourivesaria nativitana: pingente Coração Nativo em ouro, brinco Flor de Maracujá com 6 pétalas em ouro, colar de Lantejoula em ouro, pingente Peixa em ouro, colar Elo Português em prata, anel Escravo em ouro, pingente Divino em prata. De acordo com o Ex - ourive: EO1 – “O brinco Flor de Maracujá, acho que tem mais de 200 anos...O brinco Flor de Maracujá já existia antes, era mais rústico, a maior parte das peças já existia...O Divino...Nós só foi aperfeiçoando”.

A “Peixa” é um dos grandes símbolos da ourivesaria tradicional nativitana. De acordo com a tradição oral da cidade. Como explica Santos (2006) as moças nativitanas que saíam para morar em outras localidades eram identificadas pelo uso da “Peixa” seja em ouro ou prata. Outra representação dada pelos moradores o seu sentido religioso, pois o peixe é também considerado um símbolo da cristandade:

EO3: “A Peixa tinha muito naquela época, porque é uma tradição...tem muita relação com a família”.

M7: “A joia que meu pai me deu eu guardo com muito carinho. Uma lembrança, é uma Peixa, quando eu uso, lembro dele”.

Afirma Santos (2006), que a “Peixa” foi uma joia muito conhecida no estado há pelo menos quarenta anos, pois pessoas ligadas à joalheria se mantiveram nas regiões de garimpo ou por onde andavam fazendo a comercialização dos pingentes. E além de ser confeccionada pelos artesãos ourives de antigamente com cabeça e rabo de prata e corpo de madreperla.

Para o Iphan (2007, p. 70):

Constituindo um elo entre o passado e o presente, as peças apresentam traços da criatividade e talento de cada ourives ao recriar os modelos tradicionais e realizar novas produções, e sobretudo, de cada nativitano que guarda uma joia de família, que faz o uso das peças para expressar sua religiosidade, seus momentos especiais, ou sua simples inserção nessa comunidade. A “Peixa”, por exemplo, desempenha um papel importante na demarcação dos nativitanos de sua identidade.

Para Ferreira (2005) que o grau de resistência de um sujeito individual ou coletivo é tão mais forte quanto maior for seu suporte histórico, fortalecido nas suas práticas cotidianas; da mesma forma, sua fragilidade estará baseada na ausência desses elementos. Então, a identidade, resistência e dependência cultural são termos que se interagem, “[...] o que implica tratá-los em sua inter-relação e reciprocidade: quanto mais forte for a identidade cultural, existirá maior resistência, portanto, menor dependência; quanto mais frágil for a identidade

cultural, maior será a dependência, pois não haverá resistência cultural” (FERREIRA, 2005, p. 38).

A identidade humana é, portanto, uma necessidade, que é erigida a partir de três componentes fundamentais: espaço, tempo e movimento. O primeiro é necessário para a sua sobrevivência; é imprescindível conhecê-lo e influenciá-lo. Situando-se em determinado espaço o homem inicia a construção do seu espaço individual e, mais amplamente, o nacional (FERREIRA, 2005).

De igual importância é a consciência do tempo ligada à ideia do movimento. Trata-se do tempo histórico, no qual o homem atua, construindo sua história e sua memória para as gerações futuras; sem essa memória histórica não haveria o conhecimento cumulativo, uma prerrogativa do homem. Não são a mesma coisa o movimento da vida de uma pessoa (nascimento, desenvolvimento e morte) e o movimento da vida da sociedade, dos povos; não existe a morte biológica das sociedades humanas. Daí a necessidade vital da memória, da história passada, dessa acumulação de experiências a que se dá o nome de cultura (FERREIRA, 2005, p. 32).

Em Natividade, sintetiza Iphan (2007, p. 76) “[...] as peças realmente tradicionais, como as de mestre Juvenal que ainda podemos encontrar, em geral estão mais ligadas à religiosidade; símbolos relativos ao Divino, como a “Peixa”, a Pomba do Divino tem um simbolismo cristão”.

Já o colar de Contas, mais delicado, evidencia Santos (2006, p. 15), “[...] era dado às moças quando completavam quinze anos; a pulseira Escrava era dito que seu número de voltas estava associado ao número de filhos que a mulher vai ter, quanto mais voltas maior a fertilidade”.

Dentre os ourives e ex-ourives entrevistados<sup>23</sup>, constatou-se que, as joias mais antigas da ourivesaria nativitana são: Coração (Nativo e Português), anel Escravo, Peixa. Seguidas pela pulseira Escrava, crucifixo, Divino, brinco Flor de Maracujá, brinco Cachinho de Uvas e de Bolinha para crianças, e Teta de Moça (Quadro 3).

---

<sup>23</sup> Há nestes quadros a ausência de informação de apenas um mestre-ourives atual, pois o mesmo na ocasião da pesquisa estava em tratamento de saúde em outro estado.

Quadro 3. Joias mais antigas da ourivesaria nativitana.

<b>Ourives e ex-ourives de Natividade</b>	<b>Joias mais antigas</b>
O1	Coração (Nativo e Português)
O2	Coração Nativo, brinco Flor de Maracujá
O3	Anel Escravo
O4	Anel Escravo e Peixa
O5	Coração (Nativo e Português), Lantejoula, Peixa e crucifixo
O6	Peixa
O7	Anel Escravo, Peixa, pulseira Escrava, Cachinho de Uvas
O8	Peixa, Teta de Moça, brinco de Bolinha para crianças
O9	Peixa
O10	Peixa
EO1	Brinco Flor de Maracujá e Divino
EO2	Peixa
EO3	Crucifixo e pulseira Escrava

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2017.

De acordo com os mestres-ourives entrevistados, das três joias mais citadas o Coração e alguns modelos atuais do Divino são fabricados em filigrana. O Coração designa dois tipos semelhantes e ao mesmo tempo distintos: Nativo e Português. Em relação a Peixa e ao Divino, tanto se pode encontrar em forma de pingente quanto de brincos. Da pulseira Escrava, que contava com a técnica da filigrana, se sabe que guardava muitas semelhanças com as pulseiras fabricadas na ourivesaria da Bahia, que por sua vez tinha grande influência lusitana e africana (CUNHA, 2011). Já o brinco Flor de Maracujá em filigrana, é também hoje a peça mais fabricada, embora já remodelada e re-significada guarda no seu âmago e no seu cerne o espírito local.

A cruz ou o crucifixo, acentua Iphan (2007), também ocupavam ao longo da história espaço de destaque na preferência popular nativitana, por ser instrumento de fé e associado à paixão de cristo e à salvação; enquanto o coração também sempre ocupou lugar de honra na ourivesaria confeccionada pelos filigraneiros locais, podendo ser de tipos diferentes: Nativo, Português, e em ouro ou prata.

Os anéis aponta Iphan (2007), por sua vez, na ourivesaria popular são confeccionados obedecendo a diversas tipologias, tamanhos e técnicas. Entre as joias de mão tem lugar destacado por seu simbolismo, sobretudo como elo de ligação, namoro, casamento, como o



anel Escravo (uma das joias mais antigas), o que representa sinal de entrega e código social de conduta; mas também podem representar crença, como o anel do Divino, ou ser usado por motivos estéticos e tradicionais, como o anel Flor de Maracujá (IPHAN, 2017).

O Coração se constitui num dos ornamentos mais frequentes no mundo artístico. Seu uso no tempo e na história parece atemporal.

Órgão vital do funcionamento do corpo humano, o coração é fonte da vida e, por isso, cedo foi tomado como um símbolo, o coração é a fonte da vida e, por isso, cedo foi tomado como um símbolo sede da alma e retrato da vida interior do homem, das suas afeições, dos seus pensamentos, de sua coragem e vontade, ou seja, nesse sentido o coração converte-se num símbolo religioso, das ações retrospectivas a Deus pela fé – Cristo vive no coração do homem (IPHAN, 2007, p. 77).

Em relação ao coração em filigrana produzido em Portugal, segundo Mota (2014), constitui-se por dois módulos: o coração propriamente dito, rematado inferiormente por três pequenos granitos de ouro; e um elemento que o coroa geralmente identificado com a estilização das chamas do coração do Sagrado Coração de Jesus ou Maria, recebendo, por isso, a designação de flamejante.

Na região de Travassos, destaca Mota (2014), acrescentado ao tema religioso, este componente é conotado com as chamas do amor profano, e designado, também, por cabeça, porque encima a peça, ou ainda, borboleta. Esta última designação é derivada do fato de ser constituído por duas partes simétricas, que unidas se assemelham à parte superior da borboleta, medalha que tradicionalmente remata o cordão.

As chamas, cabeça ou borboleta devem ser proporcionais ao tamanho do corpo do coração; fato bem relevante, pois, podem asfixiar o corpo do coração, quando demasiado grandes, ou parecer ridículas quando demasiado pequenas, alterando, nos dois casos, o equilíbrio da peça (MOTA, 2014).

Segundo Mota (2014, p. 115-116):

A gramática decorativa das peças de filigrana, e consequentemente dos corações filigranados, não assenta em elementos fitomórficos como nas peças de obra de chapa, em especial nas barrocas, mas em enrolamentos e arabescos. As linhas mestras constituem o elemento determinante da decoração, podendo apresentar dinamismo e movimento, criando um padrão compacto quando circulares e fechadas sobre si, ou exibindo ramificações mais abertas, quase retratando as veias e artérias do corpo humano.

As peças portuguesas, de acordo com Mota (2014) ocorrem circundadas por um fio de ouro torcido e enfatizadas por flores de filigrana, que são tridimensionais colocadas no centro do coração a título de decoração, como também como uma forma de realizar a integração dos

dois corpos. Muitas vezes, os corações podem aparecer animados com flores esmaltadas, ou com meias calotas de ouro, no centro das flores.

No que diz respeito à confecção, reforça Iphan (2007), os Corações nativitanos são fabricados utilizando-se materiais diversos, como a prata, o ouro, a platina, às vezes acrescentando pedras preciosas, como águas marinhas e diamantes. Refletem brilho no peito, nas orelhas, braços e mãos, podendo ter modelos em chapas, filigrana, sendo fabricados por fusão ou lapidados.

O1: “A Peixa e o Coração são referências para a cidade... O Coração Nativo é desde a época do mestre Juvenal, acho que é a mais antiga”.

Em Natividade e em Portugal, os Corações mais utilizados e apreciados são os de filigrana de uma ou duas faces, sendo preenchidos com arabescos de fio e os de chapa muito fina, por vezes de chapa dupla ou ocos. Nessa peça, que é tradicional tanto na ourivesaria portuguesa quanto em Natividade (embora as diferenças entre as peças sejam acentuadas), o que se considerava era a história, não do coração afetivo, e sim do Sagrado Coração. Segundo a tradição oral, o Mestre Juvenal, há várias décadas atrás, já fabricava o coração, que provavelmente tem influência do Norte de Portugal (IPHAN, 2007).

Na ourivesaria portuguesa, se destacam o Coração rendilhado de Gondomar e o Coração rendilhado de Póvoa de Lanhoso, ambos fabricados na parte norte. Em Natividade, atualmente é mais fabricado o Coração Nativo. A figura a seguir mostra as três joias relatadas (Figura 13).

Figura 13. Coração rendilhado de Gondomar/ Coração rendilhado de Póvoa de Lanhoso/ Coração Nativo de Natividade.



a) Coração rendilhado de Godomar; b) Coração rendilhado de Póvoa de Lanhoso; c) Coração Nativo de Natividade. Fonte: PEREIRA (2008, p. 70), ASCCUNA (2018), adaptada pelo autor, 2018.

Tanto na fabricação dos corações rendilhado de Gondomar e de Póvoa de Lanhoso em Portugal, quanto nos corações (Nativo e Português) feitos em Natividade, emprega-se a técnica ancestral da filigrana.

Um dos grandes diferenciais de Natividade em relação aos demais arraiais mineradores fundados no século XVIII, é que não está identificada apenas com a extração de ouro. À sombra da serra da Natividade emergiu uma sociedade que soube valorizar a cultura deixada por seus antepassados, no caso da ourivesaria, herança portuguesa e africana, seja de Gondomar ou da Costa da Mina.

Algumas funções são assumidas pelas joias artesanais em Natividade, argumenta Santos (2006), uma delas é a de tradição. São lembranças dos avós, dos pais e as serão para seus filhos. Um elo que liga uma geração a outra, dando densidade histórica às relações, aproximando o sujeito com seu lugar no mundo, o seu lugar de origem. Há em cada peça, um trabalho artesanal seja em ouro ou prata, o sentimento de ser nativitano de quem as possui, “[...] joias que só ali são confeccionadas e identificam como da região as pessoas por elas adornadas” (SANTOS, 2006, p. 15).

M8: “Eu uso por amor a minha terra, e por ser o símbolo da cidade. Eu tenho uma crença muito forte que o ouro de Natividade me protege”.

M11: “Tenho prazer, desejo realizado. Sem minhas joias em filigrana me sinto desnuda”.

Interpeladas se as joias em filigrana de Natividade são facilmente reconhecidas em outros lugares, alguns entrevistados dizem:

M1: É diferenciada, já vi na televisão, é reconhecida como nativitana.

M3: Sei que tem espalhado em muitos lugares.

M5: Justamente, eu morava em Goiânia, mas quem vê já perguntava: Quem fez? Onde?

M7: Quando o povo vê diz... fácil identificar pelo design.

M10: Algumas pessoas reconhecem, principalmente no Tocantins.

M18: São reconhecidas lá fora, o povo diz: é de Natividade.

As joias mais fabricadas entre os ourives e aprendizes são: a Flor de Maracujá (que pode estar tanto em forma de anéis, brincos e colares), seguido por Coração Nativo e Coração Português (brincos ou pingentes). Também são fabricadas em menor quantidade outras peças, tais como a Lantejoula (colar), Peixa (brinco e pingente). Nos outros aparece uma joia chamada de Cartier (Quadro 4).

Quadro 4. Joias mais fabricadas atualmente nas ourivesarias de Natividade.

Ourives e aprendizes	Flor de Maracujá	Coração Nativo coração português	Crucifixo	Lantejoula	Peixa	Outros
O1	X					
O2	X	X				
O3	X	X		X		
O4	X					
O5		X	X	X	X	
O6	X				X	
O7	X	X		X		
O8	X	X				X*
O9				X		X**
O10		X		X		
AP1	X					
AP2		X		X		
Total	7	6	1	3	2	2

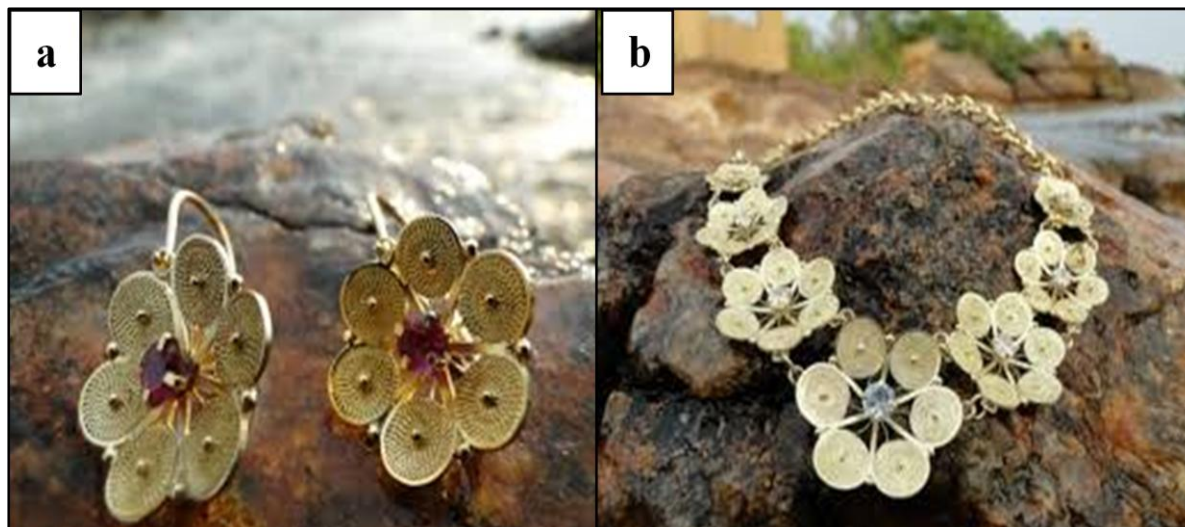
\*Colar Cartiere; \*\*Anel, brinco e pingente (sem especificar o tipo). Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2017.

Quanto às encomendas feitas atualmente nas ourivesarias nativitanas, segundo ourives e aprendizes, sobressai a Flor de Maracujá. De acordo com o ativista cultural entrevistado:

AC: Hoje a maior parte das pessoas usam mais o Brinco Flor de Maracujá, em variados tamanhos. Criou uma identificação que não existia. Ele é um brinco modelo antigo mais de uso pela população é recente. É uma peça mais leve, mais barata que caiu mesmo no gosto das pessoas.

Isto é, peças como o brinco Flor de Maracujá não são modelos novos, pois já eram fabricados pelo mestre Juvenal, que certamente aprendera com o seu mestre, Antônio Vicente Nunes, que de certo aprendera ainda nas últimas décadas do século XIX. Contudo após os anos 90 do século XX passaram a ganhar a preferência das nativitanas, sobretudo as mais jovens, e por várias razões: preço mais acessível sendo produzido em ouro e prata, leveza e praticidade – é uma peça que pode ser utilizada em diversas ocasiões ou no dia a dia. A Flor de Maracujá pode ser confeccionada em forma de brincos, pingentes, anéis, pulseiras e colares. A figura a seguir, mostra A Flor de Maracujá em forma de brinco e colar (Figura 14).

Figura 14. A Flor de Maracujá em forma de brinco e colar.



a) Flor de Maracujá em forma de brinco; b) Flor de Maracujá em forma de colar. Fonte: ASCCUNA (2017), adaptada pelo autor, 2018.

O brinco Flor de Maracujá e o Coração que são confeccionados segundo a técnica da filigrana, também apareceram entre as mais antigas, mostrando que as joias antigas, com mais de cinquenta anos de fabricação, ainda se encontram no gosto da população tanto nativitana quanto na externa. O colar de Lantejoula, uma espécie de colar entrelaçado é uma das peças mais pedidas; já colar Cartier é um modelo novo que vem ganhando adeptos. A Peixa, que na verdade é um peixe, de produção também antiga: pacu ou piaba, tanto pode se encontrar em forma de pingente, brinco ou broche.

De acordo com os mestres-ourives, atualmente novos modelos foram incorporados à tradicional ourivesaria desempenhada por artesãos filigraneiros de Natividade. No entanto, há sempre a preocupação quanto à preservação das peças tradicionais, embora se saiba que a técnica da filigrana, presente na cidade há pelo menos um século permanece.

O Projeto de Apoio às Joias Artesanais de Natividade, sob responsabilidade da Fundação Cultural do Tocantins, foi aprovado pelo Programa Monumenta em 2004. Trata-se de uma ação paralela ao projeto de restauração do patrimônio que está em curso na cidade. Assim, em dezembro daquele ano, o designer alemão Lars Diederichsen desembarcou em Natividade, contratado pelo governo estadual para analisar a situação e propor uma série de medidas destinadas a fortalecer e garantir a sustentabilidade da produção artesanal das joias nativitanas (IPHAN, 2006, p. 29).

A partir daí, novos tipos e designs surgiram, joias baseadas num fenômeno da comercialização em massa do artesanato: coleção Capim Dourado; Coleção Icnografia – inspirada nos detalhes arquitetônicos do casario. Tais novidades são frutos da necessidade de inserção no mercado nacional de joias. Também organizou-se modelos típicos: Coleção

Coração, Coleção Divino, Coleção Flor de Maracujá. Modificações essas que partem de uma lógica de mercado (IPHAN, 2006).

Para os ourives e ex-ourives, algumas peças se relacionam mais estreitamente com a memória, como o Coração Português, Divino (filigranado), e a Peixa (Figura 15).

Figura 15. Coração Português/ Divino/ Peixa.



a) Coração Português; b) Divino; c) Peixa. Fonte: ASCCUNA, 2018, adaptada pelo autor, 2018.

A partir de entrevistas junto aos mestres nativitanos do presente e do passado, descobriu-se que as joias mais tradicionais são: Coração (Nativo e Português), Divino (peças em pingente ou brincos), Peixa (peças em pingente ou brincos), anel Escravo e colar de Contas. A pulseira Escrava também foi citada por um ex-ourives (Quadro 5).

Quadro 5. Joias mais tradicionais de Natividade.

Ourives e ex-ourives de Natividade	Joias mais tradicionais
O1	Coração (Nativo e Português)
O2	Peixa, brinco Flor de Maracujá
O3	Coração (Nativo e Português) e Lantejoula
O4	Coração (Nativo e Português), brinco Flor de Maracujá e Colar de Lantejoula
O5	Coração (Nativo e Português), Lantejoula e Peixa
O6	Coração Nativo e Peixa
O7	Peixa
O8	Anel Escravo
O9	Divino
O10	Divino
EO1	Divino, colar de Contas, brinco Peixa
EO2	Peixa
EO3	Coração, pulseira Escrava e colar de Contas

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2017.

Quanto à tradicionalidade, entenda-se aqui as peças que fazem parte do imaginário local, estando também na lista das antigas, embora seu uso habitual por várias gerações as fizeram algo pertencente ao costumeiro e usual da cidade, como: Coração (Nativo e Português), colar de Lantejoula, Peixa, anel Escravo e o colar de Contas. De acordo com os ourives e ex-ourives nativitanos, a maior parte está ligada à religiosidade e a identidade local. O colar de Contas e a pulseira Escrava, de todas as citadas como tradicionais, são nos dias presentes as peças menos fabricadas, e guardam grandes semelhanças com o colar de Contas e com as pulseiras produzidas em Portugal e na Bahia colonial, com quem Natividade mantinha relações comerciais e culturais.

É inegável que a cultura está sempre em transformação como manifestação viva e dinâmica que é. Mas pode-se afirmar que o atual processo de produção se modifica, gerando um grande dilema para o artesão:

Ele tem a necessidade de modernizar seu produto para sobreviver, mas, por outro lado, não pode perder seus traços identitários, pois é com isso que o seu produto conta para ter acesso ao mercado. O artesão, fora do seu meio, perde parte da capacidade de conhecimento profundo do seu habitat e de tudo que nele é aproveitável, transformável. O artesanato (a joia), elaborado em qualquer material que seja (ouro ou prata), é uma valiosa reserva de história e de tecnologia – embora seus instrumentos sejam rudimentares, suas técnicas são complexas e produzem resultados surpreendentes de utilidade e de plasticidade (FERREIRA, 2005, p. 44 e 45).

Há juntamente com o impacto do global, um novo interesse pelo local. A globalização, na forma da especialização flexível e da estratégia da criação de nichos de mercado, na verdade, explora a diferenciação local. Assim, Hall 2015 (2015, p. 44) “[...] o invés de pensar no global como substituindo o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre o global e o local”.

Enquanto a globalização pode ser a força dominante dos nossos tempos, isso não significa que o localismo é sem significado. A particularidade do lugar e cultura nunca pode ser desconsiderada, nunca pode ser completamente transcendida. A globalização também é associada, de fato, a novas dinâmicas de re-localização. Trata-se da realização de novo nexos global-local, novas e complexas relações entre o espaço global e o espaço local (HALL, 2015, p. 44).

Com o tempo as peças vão sendo remodeladas, enfatiza Santos (2006), como a “Peixa” por exemplo, confeccionada de tamanhos diferentes, como o caso do Coração ou da Flor de Maracujá que pode vir com cravação ou não. Contudo, o fundamental quanto à imaterialidade das joias nativitanas é que ainda são fabricadas artesanalmente, representando



a identidade cultural da cidade, mesmo diante de um mundo globalizado que tende a homogeneização dos hábitos e costumes.

AC: Pode ser que a cidade caminhe para isso, de ter novos designs, isso faz parte, por exemplo a cultura não é algo estático...o anel do Divino não se fazia antes. O importante é que se preserve a técnica. Agora a partir do momento em que fala: vamos produzir 100 peças copiadas...já muda a história. Aí a gente tem que pensar no saber e no fazer sendo preservado...A gente quer ampliar as pessoas envolvidas, e não mudando a técnica de produção.

Desse modo, fica perceptível que às mudanças e alterações quanto aos designs e modelos é algo irremediável, porém a manutenção dos modelos antigos e tradicionais e sobretudo da técnica da filigrana, é algo que a comunidade nativitana espera que se preserve.

O ouro que chega das minas dos arredores de Natividade: Chapada da Natividade, Conceição, Príncipe (povoado que pertence a Natividade), é fundido e passado manualmente nas feiras até que se chegue à espessura desejada dos fios.

Hoje, já existem máquinas de fabricação em série da filigrana em países europeus. Demonstra (SANTOS, 2006) que foram inventadas máquinas e comercializadas a fim de produzirem peças com características industriais para tão somente alimentar o turismo.

Ainda que os métodos utilizados pelos mestres filigraneiros de Natividade de hoje estejam bem a frente do ponto de vista da tecnologia dos utilizados pelos mestres ourives de filigrana do passado, o mais importante é que a técnica continua a ser repassada, joias confeccionadas de modo artesanal, e cada peça tem sua própria alma e singularidade, traço significativo de lugar.

#### **2.4. As joias nas festas religiosas: Divino Espírito Santo e Nossa Senhora da Natividade**

O ofício da ourivesaria e a arte dos mestres filigraneiros, aponta Iphan (2007) não pode ser visto desatrelada de outras manifestações religiosas nativitanas, como a celebração do Divino Espírito Santo, a festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade e a festa do Nosso Senhor do Bonfim, bem como a confecção de bolos e biscoitos de D. Naninha – está tudo entrelaçado: as festas, as práticas, personagens e saberes que identificam a cultura imaterial de Natividade.

Sobre a época preferida para usarem as suas joias filigranadas, as nativitanas comentaram:



M1: Eu uso o ano inteiro, mais nas festas religiosas do Divino e da padroeira.  
M3: Eu não tiro essas joias nem para dormir.  
M7: Algumas joias em festas da padroeira, outras no dia a dia, no domingo.  
M9: Nas festas tradicionais religiosas padroeira e festa do Divino, Romaria do Senhor do Bonfim.  
M10: Uso mais no festejo do Divino Espírito Santo.  
M13: O hábito é antigo, minha avó tinha muito ouro, muitas joias, a própria igreja incentivava as pessoas se embelezarem para as festas.

Constata-se a existência de conjuntos expressivos de manifestações culturais em Natividade, assim como Ferreira (2005), percebeu em cidades antigas da região do vale do Paraíba, localidades que tem suas origens na época da Colônia e que hoje resistem de diferentes formas à homogeneização imposta pelo projeto neoliberal.

Os rituais e costumes do passado não são somente soluções úteis ou meras expressões conservadoras. Seu sentido vai mais longe e se mostra mais nítido quando se descobre neles formas de resistir aos efeitos de formadores da cultura dominante. Nestas manifestações se encontram soluções para o presente. Não se trata de conservadorismo, mas, em muitos casos, de preservação de uma base, a partir da qual resiste, conservando a identidade, a dignidade e solidariedade (FERREIRA, 2005, p. 62).

Percebe-se, no que diz respeito à Natividade, a forte relação com a memória histórica, que se materializa nas suas festas religiosas, e permanecem ativas, mesmo tendo que concorrer com shows e festas modernas. Desse modo, as festas religiosas, assim como a técnica da filigrana, que vem sendo mantidas há pelo menos um século, representam uma forma de resistência cultural, frente à proposta neoliberal de homogeneização das ideias, dos hábitos, dos adereços e dos mercados.

De acordo com Ferreira (2005, p.71):

Cada festa comporta uma organização comunitária e uma regulamentação da parte do grupo festivo, que é mais ou menos amplo ou complexo. Neste componente organizacional, ao lado do elemento organizativo-comunitário entra o quadro de referência ideológico anteposto à festa e que, segundo o caso, se refere a um mito de origem ritual ou simbolicamente reatualizado, à lenda de fundamentação de um culto, à imagem de um santo cristão, a um momento crítico da existência ou a um evento histórico, social ou político, que deve ser comemorado e re-evocado, para renovar o impulso de vencer os percalços da cotidianidade através do fenômeno festivo.

Esclarece Ferreira (2005), que durante os rituais festivos é possível extrair os elementos de identidade mais significativos de uma determinada cultura, bem como entender estes elementos como um sistema de comunicação, “que permite ao observador avaliar como o passado e o presente se articulam no interior desta cultura e as várias formas de identidade

que são ao mesmo tempo ressignificadas, assumindo novos aspectos” (FERREIRA, 2005, p. 72).

As festas são desse modo, importantes instrumentos de significação entre os homens e a precariedade da vida, onde os seres humanos buscam respostas para as aflições e agruras do cotidiano (Figura 16).

Figura 16. Festa de Nossa Senhora da Natividade e Mulher nativitana usando joia em filigrana.



a) Festa de Nossa Senhora da Natividade; b) Mulher nativitana usando joia em filigrana. Fonte: Wátilla Bonfim, 2018.

No que tange ao uso das joias pelas moradoras de Natividade, os ourives e ex-ourives entrevistados destacam que as nativitanas têm preferência em comprar e utilizar os adereços principalmente durante a festa do Divino Espírito Santo, seguida da festa de Nossa Senhora da Natividade. Outras datas/épocas do ano também foram citadas em menor quantidade: romaria do Bonfim, natal e carnaval (Quadro 6).

Quadro 6. Uso das joias tradicionais em festas ou outras épocas do ano em Natividade.

<b>Ourives/ ex-ourives e aprendizes</b>	<b>Festa do Divino Espírito Santo</b>	<b>Festa de Nossa Senhora da Natividade</b>	<b>Outra festa ou época do ano (Bonfim, natal, carnaval etc)</b>
O1	X	X	
O2	X	X	
O3	X	X	X
O4	X		X
O5	X	X	X
O6	X	X	
O7	X	X	
O8	X	X	
O9	X		
O10	X		X
EO1	X	X	
EO2	X	X	
EO3	X		
AP1	X		X
AP2	X	X	

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2017.

Em relação ao uso das joias tradicionais mencionadas pelos ourives, ex-ourives e aprendizes das ourivesarias nativitanas, percebeu-se que 100% deles apontou que as moradores tem a festa do Divino Espírito Santo como referência para a utilização dos adornos; enquanto 66% dos entrevistados citaram o uso dos adereços nativitanos na festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade. As outras festas e/ou épocas: festa de Nosso Senhor do Bonfim, o carnaval, e o natal, foram citadas por 33% dos entrevistados.

Antes da invenção dos modernos meios de comunicação, enfoca Ferreira (2005), as festas constituíam importantes veículos de comunicação e interatividade pública: eram momentos de afirmação da identidade coletiva, a vida e o lugar se mostravam nas festas, lugares simbólicos através dos quais o indivíduo tomava consciência de seu “pertencimento” a determinado grupo.

Em Natividade, enfoca Karash (2012), pertencer a um grupo, igreja ou irmandade transcende o instante presente, sendo um legado colonial. Pertencer a uma igreja ou irmandade representava muito mais do que a simples presença nas festas, mas alívio eterno.

Ensina Karash (2012), que em Natividade existiu por volta do final do século XVIII, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, onde os negros professavam sua religiosidade sob a roupagem do catolicismo, tinham um espaço para se reunirem, socializarem as dificuldades do dia a dia, e se organizarem em festas.

No ano de 1786, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário construía uma igreja em Natividade que seria a maior igreja do Brasil central. Segundo uma tradição local, os escravos não terminaram a igreja por causa da abolição da escravatura, mas outra tradição oral reza que foi o declínio da mineração do ouro no fim do período colonial que não permitiu aos escravos angariar recursos para finalizar a obra. Esses escombros de uma igreja grande indicam a existência de uma forte comunidade de católicos praticantes, mas pouco sabemos deles ou de suas crenças no final do Brasil Colônia (KARASCH, 2012, p. 54).

Participavam dessa irmandade escravos e forros, que utilizavam os seus adereços, como as joias. Pela quantidade de ouro que doavam é possível deduzir a utilização desses objetos.

Para aqueles que viveram no fim do período colonial, os serviços mais valiosos das irmandades dos pretos eram para louvar Nossa Senhora, honrar os santos negros e consolar os irmãos com os ritos religiosos fundamentais, sobretudo orações pela alma dos mortos. Pode-se comprovar que os negros valorizavam esses ritos pela quantidade significativa de ouro que eles doavam às irmandades dos pretos para a compra de cera para velas e pelo pagamento de missas, funerais e orações pelos seus mortos. As festas mais importantes que os membros financiavam eram as procissões e as missas solenes, com música nos dias de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito (KARASCH, 2012, p. 55).

A festa reproduz simbolicamente a condição do caos mítico primordial, quando promove a anulação do presente. “[...] Assim, a festa é um simbólico retorno às origens – uma origem muitas vezes imaginária ou reinterpretada – necessário para garantir a integridade do indivíduo” (FERREIRA, 2005, p. 75).

Os rituais festivos, aponta Ferreira (2005), possuem uma dupla e contraditória potencialização entre conservação e criatividade cultural. De um lado, levam o indivíduo à fuga, à evasão da realidade banal, do cotidiano, para imergir no momento mágico da festa, que é também o momento do sagrado. De outro lado, evidencia Ferreira (2005, p. 75) que “[...] o clima festivo abre possibilidade psicológica e fornece uma carga de energia psíquica que permite ao indivíduo enfrentar com vigor a independência criativa as batalhas do cotidiano”.

Em Natividade, a festa do Divino Espírito Santo e a festa de Nossa Senhora da Natividade são apenas alguns exemplos de festas que carregam a tradição cristã-europeia com algumas adaptações de origem africana.

Tanto na festa do Divino, quanto na da padroeira Natividade, enfoca Iphan (2007), quase não são ostentadas joias produzidas em outros lugares: nos colos, nas mãos, orelhas e punhos, descortinam-se Corações Nativos, as Pombinhas do Divino, o Globo, a pulseira Escrava, Flores de Maracujá, a Peixa, etc.

No que diz respeito à relação entre as joias e as festas religiosas, como Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da Natividade, obteve-se as seguintes declarações das depoentes:

M3: Acho que tem relação, a Pomba, o Coração, a Peixa.

M5: Acho que sim, as joias são daqui, as festas também são daqui.

M6: As festas influenciam o uso das joias, cada pessoa quer se apresentar mais bonita.

M9: Porque as joias tradicionais tem símbolo religioso, como o peixe e a Pomba, o brinco Cacho de Uva, crucifixo.

M11: Acho que sim, pelo fato da valorização da religião e das joias.

M12: O hábito de usar joias nas festividades sempre existiu, porém com a ourivesaria Mestre Juvenal o uso da prata aumentou... geralmente as pessoas usam mais joias, o Divino, o Coração Nativo.

M14: O elo entre as festas e as joias é a tradição.

M16: É uma ligação mais pela tradição, elas não guardam as joias nessas datas, fazem questão de usar.

#### 2.4.1. Festa do Divino Espírito Santo

Em Natividade, a grande festa religiosa esperada pela população é a do Divino Espírito Santo. Nesse momento, mais do que em qualquer outro emerge a utilização de joias tradicionais confeccionadas tanto em ouro como em prata pelos artesãos filigraneiros locais: brincos, corações, pulseiras, anéis, crucifixos colares; como a “Pombinha do Divino”, a “Peixa”, brinco Flor de Maracujá, o Coração Nativo, anel Escravo podem ser vistos nas pessoas<sup>24</sup>.

No que tange ao Divino, sabidamente uma das peças mais antigas e tradicionais, atualmente são 4 tipos feitos em Natividade, um deles é confeccionado utilizando-se a técnica da filigrana.

A celebração do Divino Espírito Santo é a festa de maior expressividade, e conta com a participação de grande parte da população. O festejo do Divino Espírito Santo é uma celebração com data móvel, estipulada pela data da Páscoa. A sua origem não se sabe ao certo, mas sua institucionalização, nos inícios do século XIV, é atribuída à rainha Isabel e ao rei Dinis, rei de Portugal (IPHAN, 2007).

De acordo com a Igreja Católica, declara Iphan (2007), o nome litúrgico que recebe é “Festa de Pentecostes”, que se trata de uma tradição religiosa cristã católica, a vinda do Espírito Santo foi anunciada aos apóstolos por Jesus como o “consolador”.

É o Espírito Santo quem guia e conduz, segundo a tradição religiosa, a Igreja pelos caminhos do mundo e da história. A Igreja celebra a festa de Pentecostes com os paramentos

---

<sup>24</sup> Constatação realizada *in loco* da festa do Divino Espírito Santo no ano de 2017 e 2018.

vermelhos, símbolos e sinal do amor com que Deus ama os homens e do fogo que aquece, ilumina e abrasa os corações dos discípulos de Jesus. A Pomba é o grande símbolo do Divino (IPHAN, 2007).

Destaca o Iphan (2007), que no Brasil a festa do Divino Espírito Santo teria chegado com a colonização e se firmado em meados do século XVII. Essa manifestação que ocorre em diversas regiões do país, na América portuguesa, estaria intimamente ligada ao período da mineração de ouro e se conservado especialmente nas grandes cidades goianas do século XVIII, e Natividade está neste contexto.

Ainda hoje, nesta localidade, a celebração do Divino se caracteriza pela repercussão que tem entre o povo, mobilizando-o para participar dos eventos ou a ele assistir. Por grande parte das cidades que foram formadas no contexto da mineração, há uma grande festa que comemora o Divino<sup>25</sup>.

Segundo o Iphan (2007, p. 3):

As Folias do Divino anunciam a presença do Espírito Santo e conduzem a bandeira do Divino. O giro da Bandeira representa as andanças de Jesus Cristo e seus doze apóstolos durante os quarenta dias, levando luz e sua mensagem, convidando a todos para a festa da hóstia consagrada. Os foliões representam os apóstolos e são conduzidos pelo alferes em sua jornada pela zona rural. Este grupo percorre a zona rural, abençoando as famílias e unindo-as em torno da celebração da festa que se aproxima. Saem a cavalo ou a pé pelas trilhas ou estradas e, quando chegam ao local do pouso, alinham-se no terreiro e cantam a licença, pedindo ritualmente acolhida.

Os encontros das festas se configuram em momentos de festividade, quando os cidadãos nativitanos também aproveitam para se divertir e confraternizar. A festa do Divino envolve a comunidade como um todo e a ourivesaria em filigrana está presente principalmente por meio do uso das peças relacionadas à festividade, e se evidencia na figura da pombinha estampada em brincos, pingentes e anéis.

A comemoração das festividades do Divino na cidade de Natividade é de cunho popular, aponta Iphan (2007, p. 4) “[...] e une e integra aspectos sagrados aos profanos. A festa é comemorada com longos períodos de oração e cantos de louvor, mas se mistura com cantos e danças realizadas em profunda alegria”.

Ainda conforme o Iphan (2007, p. 4):

A população nativitana demonstra grande fé no Divino e foi possível perceber que essa fé transcende os dias da festa, ela se expressa em seu cotidiano à medida que

---

<sup>25</sup> Durante as festas do Divino Espírito Santo a cidade de Natividade recebe visitantes do Tocantins inteiro, de outros estados e até do exterior.

está presente das mais variadas formas nas casas e na vida das pessoas. Bandeiras do Divino podem ser encontradas em muitas casas, bem como em cartazes e camisetas, em suas orelhas, dedos, pescoços; pode-se ver o Divino representado pelas joias confeccionadas pelos ourives locais.

A comunidade Nativitana, de um modo geral, se envolve em todas as etapas da preparação da festa. Durante o período festivo, o tempo cotidiano é substituído pelo tempo ritual da festa - é a ruptura da rotina. A comunidade “se purga” de suas contradições sociais - o espaço da festa passa a ser território comum em que todos os cidadãos circulam/convivem para além de suas diferenças. E, por vezes, evidenciando-as, principalmente pelo uso das tradicionais joias nativitanas (IPHAN, 2007).

Afinal as festividades não são estruturas fixas, mas um contínuo de mudanças: as celebrações pouco se transformam, e ao mesmo tempo escapam ao desgaste do tempo. São sempre as mesmas, mas nunca iguais. Nelas estão inseridos os folguedos - catira, a roda e a sússia, Folias ou - representações que se dão por vezes em cortejo, tendo por cenários as ruas e praças tombadas do centro histórico da cidade, especialmente nos dias de festas em louvor do Divino, da padroeira e do calendário litúrgico ou profano (IPHAN, 2007, p. 4).

Durante toda a festividade do Divino, é possível perceber a relação historicamente construída entre esta festividade e a cultura aurífera local principalmente pelo uso de joias das ourivesarias locais, muitas vezes confeccionadas especialmente para estas festividades. Nesse momento, a festa e a joia representam para o nativitano o seu lugar.

A festa do Divino Espírito Santo reúne todos os anos grande quantidade de moradores, nativitanos que residem em outras cidades e turistas do Tocantins e de outros estados brasileiros. Averiguou-se de acordo com os moradores entrevistados que as joias mais utilizadas são: brinco Flor de Maracujá, Coração Nativo, pingente Pomba do Divino. Logo em seguida temos: colar Flor de Maracujá, Coração Português. Outras joias citadas foram: crucifixo, anel Escravo, pulseira Flor de Maracujá, colar Lantejoula, anel do Divino, colar de Contas. Foi citado uma única vez: Sete Vidas e a Flor Maria da Penha (Quadro 7).

Quadro 7. Joias mais citadas pelos moradores entrevistados em Natividade.

<b>Joias nativitanas</b>	<b>Joias utilizadas na festa do Divino Espírito Santo</b>
Pingente Pomba do Divino	8
Peixa	5
Anel Escravo	2
Sete Vidas	1
Crucifixo	3
Colar Flor de Maracujá	4
Brinco Flor de Maracujá	11
Coração Nativo	12
Pulseira Escrava	1
Pulseira Flor de Maracujá	2
Flor Maria da Penha	1
Colar de Lantejola	4
Coração Português	4
Colar de Contas	2
Anel do Divino	2

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2018.

A festa do Divino Espírito Santo é considerada pela população a principal festa realizada na cidade, nessa ocasião as peças tradicionais e filigranadas marcam a religiosidade e a identidade local.

O uso das joias nessas festividades atribui sentido simbólico, econômico e religioso às peças, conforme Iphan (2007, p. 5) “[...] é possível encontrá-las em pessoas de todos os segmentos sociais, o metal que, fundido, se transformou em pombas, corações, figas, flores de maracujá e fios, que ornaram pescoços, braços e cinturas”.

O povo, sobretudo os devotos, vem às festividades bem vestidos e com muitas joias artesanais em ouro e prata os adornando. Importante salientar que no que tange ao material utilizado, as joias em ouro e em prata praticamente se equivalem, com pequena vantagem para as confeccionadas em ouro:

As joias foram confeccionadas pelos ourives locais, evidenciando como os fios de ouro e prata da filigrana se entrelaçam com os fios da vida dos nativitanos. As joias em filigrana são usadas como forma de ostentação do poder econômico, mas principalmente pelo poder religioso e simbólico que as peças possuem. A grande maioria das peças tradicionais ligadas à religiosidade é verdadeiramente artística; entre elas podemos encontrar principalmente: a pomba do Divino em formato de anel, brinco, broche, pingente, crucifixos variados, peixes articulados (Peixa), brincos Cacho de Uva, Corações de filigrana, colares em Conta e Lantejola, entre outros (IPHAN, 2007, p. 10).

#### 2.4.2. Festa de Nossa Senhora da Natividade

Sobre a Festa de Nossa Senhora da Natividade, de acordo com o viajante austríaco Pohl, provavelmente tenha sido a primeira festa a ser comemorada em Natividade, posto que



aimagem da santa Nossa Senhora da Natividade data de 1735, e a igreja de Nossa Senhora da Natividade de 1759 (IPHAN, 2007). Portanto, essa festa teria surgido ainda nos tempos áureos da mineração de ouro na região.

Em 1819, o viajante naturalista e botânico austríaco Johann Emanuel Pohl, esteve em Natividade.

Precisamente ao tempo de nossa estada, aqui se realizaram as novenas da Natividade da Virgem Maria. A igreja da Natividade de Nossa Senhora estava inteiramente iluminada à noite, quando os sacerdotes celebravam as vésperas. Aqui também são usadas, em vez de lâmpadas, cascas de laranja cheias de óleo de rícino. Era colocadas em suportes feitos de talos leves de buritizeiro, e, distribuídas em toda a altura e largura da igreja, viam-se as letras V.S.D.N. (Viva a Senhora da Natividade). Essa iluminação é custeada pelos juízes e juízas eleitos pelo povo. O juiz deve fornecer a pólvora, os tiros de regozijo e a aguardente necessária, e pagar os músicos. A juíza fornece o óleo para a iluminação da igreja, bem como as frutas conservadas em açúcar (POHL, 1976, p. 272).

Segundo Pohl (1976), a festa teve seu ápice no dia 8 de setembro, data em que os moradores apareceram em trajes de gala, e por motivo da igreja destinada à liturgia se encontrar em ruínas, comemorou-se a festividade na igreja de São Benedito. Havia sacerdotes e alguns milicianos fardados. No final foram disparados tiros e foguetes. À tarde encerrou-se a festa com uma procissão em que apareciam muitas bandeiras, além de músicos, rabequistas e cantores. Percebeu-se, porém, a ausência de senhoras na procissão.

O hábito de se ornar para as festas é algo antigo e secular em Natividade. Na festa da padroeira Nossa Senhora da Natividade, que acontece no mínimo a duzentos anos, descobriu-se, ao indagar moradores da cidade que as joias mais utilizadas são: brinco Flor de Maracujá, Coração Nativo, pingente Pomba do Divino e a Peixa. Seguidas de: crucifixo, colar Flor de Maracujá e colar de Lantejoula. Outras joias citadas foram: anel Escravo, anel do Divino, pulseira Escrava, pulseira Flor de Maracujá e Coração Português<sup>26</sup>. Foi citada uma única vez: colar de Contas e Flor Maria da Penha (Quadro 8).

Quadro 8. Joias mais citadas pelos moradores entrevistados em Natividade.

(continua)

<b>Joias nativitanas</b>	<b>Joias utilizadas na festa de Nossa Senhora da Natividade</b>
Pingente Pomba do Divino	8
Peixa	6
Anel Escravo	2
Anel do Divino	2

<sup>26</sup> Constatação realizada *in loco* na festa de Nossa Senhora da Natividade de 2017.

(conclusão)

Crucifixo	4
Colar Flor de Maracujá	3
Brinco Flor de Maracujá	11
Coração Nativo	12
Pulseira Escrava	2
Pulseira Flor de Maracujá	2
Flor Maria da Penha	1
Colar de Lantejoula	4
Coração Português	3
Colar de Contas	1

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2017.

Na festa de Nossa Senhora da Natividade, que talvez seja a de existência mais antiga, posto que segundo a tradição oral a imagem da santa exposta no altar da igreja data de 1735, as joias mais utilizadas também coincidem com as mais usadas na festa de Divino: brinco Flor de Maracujá, Coração Nativo, pingente Pomba do Divino, Peixa. Também se destacam o colar de Lantejoula, colar Flor de Maracujá, crucifixo.

No estado do Tocantins, as manifestações culturais se relacionam às festas religiosas, a de Nossa Senhora da Natividade é uma tradição de quase três séculos (IPHAN, 2007). O que motivou a eleição desta padroeira como a santa padroeira do estado do Tocantins, acontecendo todos os anos o novenário com barracas e leilões ao final das missas:

A festa da Padroeira acontece em Natividade, entre os dias 30-08 a 08-09, mantendo data fixa ao longo dos anos. A festividade tem como seu ponto forte as novenas que ocorrem durante todo este período até o dia sete. Logo pela manhã, todos os dias são realizadas missas. No dia sete há a missa pela manhã que é a missa pela Pátria, em seguida tem batizados às nove horas. O dia 8 de setembro é o momento mais significativo, é o dia em que se comemora o nascimento de Maria (IPHAN, 2007, p. 3).

Todas essas festas de origem cristã, enfatiza Ferreira (2005), trazem à tona uma identidade cultural que resiste ao tempo e às influências da globalização. Possuem uma força que é herança cultural de milênios.

E é por meio dos adereços que essa herança se torna mais evidente, pois carrega consigo um conjunto de símbolos e códigos. Seu significado está no subconsciente dos indivíduos. E representa sua visão do mundo por intermédio das peças que seguem padrões e regras antigas.

## CAPÍTULO 3. AS RELAÇÕES ENTRE OS ARTESÃOS FILIGRANEIROS E O TURISMO

### 3.1. Oficinas e artífices

No mundo da joalheria, de acordo Pereira (2008), o fascínio pelo manual e pelo tradicional é idêntico ao que acontece no mercado do mobiliário, pois existe a mesma saturação de material industrializado.

Os caminhos do ouro, ressalta Iphan (2007), avançaram em uma terra ignota, em um território que se tinha notícias apenas pela população que lá existia. Natividade tomou forma neste caminho do ouro, no século XVIII, e “ali, ao pé da serra começa uma trajetória no tempo. Escravos são levados para lá para trazer à tona o metal que, se fundido, se transformará em pombas, corações, figas, flores de maracujá, fios, que ornaram pescoços, braços, orelhas” (IPHAN, 2007, p. 55).

A filigrana, segundo o Iphan (2007, p.57):

[...] é a técnica de utilizar fios de ouro ou prata tão finos quanto os de um cabelo, que, entrelaçados e soldados, formam uma delicada renda, transformando-se em peças inteiras ou podendo ser aplicados como detalhes em outros objetos. Essa técnica se remete também às origens etno-linguísticas da escravaria, que para ali foi a partir da fundação da cidade. Esta escravaria revelava um quantitativo importante dos negros mina, provenientes da Costa do Ouro e que trouxeram importantes técnicas de mineração e possivelmente de joalheria (como era de costume na África ocidental) para a vila de Natividade.

Para Yázigi (2001), hoje em dia, até cidadãos comuns já notaram que muitos lugares do mundo estão ficando com a mesma cara, não só em razão da consciência da globalização, mas já antes (sem que dela se falasse) pela força da evolução de tecnologias e modismos – que eram etapas do mesmo processo.

A alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo – mas não existe sem um corpo. Alma são materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõe ao que chamaríamos “desalmado”. Há alma quando há paixão das gentes pelo lugar. Quando um cidadão vive seu lugar ou quando um viajante se detém para considerar aquilo que gostaria de levar consigo, aí então se capta uma essência (YÁZIGI, 2001, p. 41).

Ainda que dois lugares possam ter os mesmos ingredientes, a disposição de suas formas pela comunidade produz algo necessariamente diferente. É quando a ordem dos fatores altera o produto. Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar (YÁZIGI, 2001).

As peças feitas em filigrana, remetem a expressão de formas características do trabalho da ourivesaria nativitana. Outras joias como a Peixa, o anel Escravo, o crucifixo e o relicário são modelos maciços ou feitos com placas trabalhadas. Estas peças são elaboradas e ressignificadas com técnicas que unem as influências africanas e portuguesas, mas com a história construída em ambiente americano (IPHAN, 2007).

As joias enquanto veículo de comunicação e elemento portador de identidade e resistência cultural inclui os cidadãos que revisitam as suas memórias e revelam os costumes, os sabores e os saberes locais. E assim, a palavra transversalidade ganha novos tons e significados diante da riqueza dos conhecimentos e das tradições das pessoas simples que compõem o cotidiano do nativitano, em especial por meio da ourivesaria com foco na filigrana.

As manifestações do patrimônio imaterial, de acordo com o Iphan (2007), são preservadas pela coletividade, em especial aqueles que desempenham papéis diretamente relacionados à complexa relação existente entre passado-presente vista nas peças da ourivesaria de Natividade. Os habitantes, os mestres ourives, os aprendizes são os principais sujeitos.

Ainda para o Iphan “a ourivesaria em filigrana é essencialmente uma técnica da joalheria e característica da arte popular. E hoje em Natividade são feitas tanto peças que buscam resgatar as técnicas e os modelos tradicionais, quanto peças artísticas mas que apresentam novos *designs*, e joias de *designs* modernos e pouco artesanais” (IPHAN, 2007, p. 66, grifo do autor).

Poucas informações acadêmicas existem sobre ourivesaria tradicional de Natividade, apesar desta existir provavelmente desde o século XVIII e acredita-se que uma das razões de sua permanência seja a abundância de ouro na região, por um relativo isolamento cultural de Natividade e pelo hábito dos mestres-ourives transmitirem o ofício a aprendizes (IPHAN, 2007).

A ourivesaria exige técnica, ou seja, um procedimento cujo objetivo é produzir a joia. Para isso é importante destacar que a técnica exige conhecimento e criatividade por parte de quem trabalha na sua fabricação. O manejo, a criatividade e habilidade de trabalhar com as ferramentas a partir dos conhecimentos técnicos é requisito essencial de um bom ourives.

Nesse sentido acontece a busca de melhores formas de criar a joia. A técnica então diz respeito à capacidade de confeccionar os modelos de joias, que são criados em função do conhecimento que se tem aliado a necessidade do contexto em que se vive.

A inicialmente batida a frio ou aquecida no fogo para a tornar mais maleável e o fio, primitivamente martelado e rolado entre dois seixos para lhe dar forma, constituem os elementos basilares de qualquer trabalho de ourivesaria. Os ourives criam-nos, moldam-nos e transforma-nos em chapas quase translúcidas ou em fios de espessura ínfimas semelhantes a cabelo de ouro fino ou a finos cabelos de prata (IPHAN, 2007, p. 86).

O processo de fabrico consiste, salienta o Iphan (2007), na separação do ouro e dele retiram-se as impurezas, pois o ouro para se fazer a filigrana tem de ser muito puro. É através da fundição que a arte dos metais se envolve de toda uma aura mágica: a uma dada temperatura os metais isolados ou associados liquidificam-se para um novo solidificar, renascendo com novas formas.

Tecnicamente a filigrana consiste na arte de torcer dois fios de ouro ou prata. Para a feitura do fio os artesãos vertem o metal fundido sobre uma rilheira de fio, através da qual obtêm uma peça arredondada. Desta peça ainda espessa e atendendo à ductibilidade do ouro e da prata, os ourives conseguem fios muito finos que se transformam em filigrana (IPHAN, 2007).

Em Natividade, diferentemente da região portuguesa de Gondomar, o trabalho é todo feito no interior das oficinas e cabe ao ourives a tarefa de encher e decorar as joias com finos fios trançados. Nas oficinas nativitanas, até a bem pouco tempo as mulheres não tinham espaço, pois a ourivesaria era uma arte exclusiva dos homens. Atualmente, a inserção das mulheres ainda é tímida, pois foram encontradas nas oficinas pesquisadas apenas duas ourives, uma já mestre e outra aprendiz.

Finalmente, depois de preenchidas, as peças são soldadas, moldadas ou montadas. O ourives coloca a peça sobre uma superfície, ou sobre a tábua de amianto, polvilha-as com solda e água e pelo reverso através do maçarico projeta fogo para que as pecinhas se soldem (IPHAN, 2007).

Este é um momento quase mágico e exige muita atenção por parte do ourives, pois a solda pode romper a peça, colocando todo seu trabalho a perder. Enfim, recozer, montar as estruturas, moldar as partes, branquear são algumas das múltiplas facetas que se seguem até a obtenção da joia reluzente. Estas são, na verdade, técnicas e processos milenares que nos chegam à luz da raiz dos tempos, que conheceram lentas modificações no decurso da história, e tiveram uma modernização nas ferramentas, mas permanecem, e se repetem em pequenas oficinas na cidade de Natividade (IPHAN, 2007, p. 92).

### 3.1.1. Caracterização das oficinas

Atualmente existem em Natividade três oficinas de ourivesaria: Ourivesaria Mestre Juvenal, João Bosco Joalheiros e BellaArt Ourivesaria<sup>27</sup>. As três tinham na ocasião desta pesquisa ao todo 17 ourives, entre mestres e aprendizes.

De acordo com as informações obtidas, dos 17 ourives 11 já desempenham funções relacionadas a de um mestre, como: preenchimento e confecção de joias, e repasse do saber a aprendizes. No momento da pesquisa, 6 eram ainda aprendizes, isto é, estavam em fase de contato e aprimoramento. Importante salientar, que muitos dos aprendizes já confeccionam pequenas peças, como anéis e colares.

Dentre os ourives que já desempenhavam a função de mestre<sup>28</sup> na Ourivesaria Mestre Juvenal estão eles: Joaquim Valdeídes (Wal), Deuseílton Cardoso Lima (Quarenta), José Leal Pereira da Silva, UardonMoreira da Cunha, Sadam Mendes Roberto, Edilma Pereira Barbosa, Ernanny Pereira de Menezes, Deuzimar Rodrigues dos Santos (Pedão). Entre os aprendizes desta oficina, se encontravam: Lucas Barbosa, Edilene Rodrigues dos Santos, Rodrigo Nunes.

Na João Bosco Joalheiros, no momento de nossa pesquisa, havia na oficina apenas o mestre João Bosco Nascimento. O mesmo relatou que esse fato era temporário, e que já ensinara a arte ourivesareira e filigraneira a muitos jovens locais.

Já a BellaArt Ourivesaria, contava durante nossa investigação com os seguintes mestres: Orleid Sérgio Pinto Carvalho e Valdomílson Patrício (Pequeno). Estavam na oficina enquanto aprendizes: Jeferson Pereira da Costa, João Marcos Pereira da Silva e César Henrique Carvalho.

Sobre a Ourivesaria Mestre Juvenal, seu ourives mais antigo disse:

O1: O nome é uma homenagem ao grande mestre Juvenal, que além de grande ourives era também um grande incentivador. Como ele não teve filhos naturais, ensinou a várias pessoas este ofício. Ele aprendeu com o mestre Antônio Vicente Nunes, e este aprendeu ainda no século XIX. Essa técnica está aqui desde o ano de 1800, veio de Portugal.

Segundo este ourives, a oficina Mestre Juvenal foi criada em 1992, com 2 mestres 12 aprendizes, muitos dos quais continuaram o ofício, outros porém se enveredaram por outras áreas e atividades. Atualmente a oficina investe na divulgação com diversos recursos propagandísticos, tais como: livros, panfletos, folders etc. (Figura 17).

<sup>27</sup> A ordem de apresentação das ourivesarias segue a data de fundação das oficinas.

<sup>28</sup> Saliente-se aqui, que 11 ourives nativitanos já desempenham a função de mestre, embora só alguns sejam denominados assim, sobretudo os que estão há mais tempo no ofício e que elaboram peças mais trabalhadas.

Figura 17. Panfleto da Ourivesaria Mestre Juvenal.



Fonte: ASCCUNA, 2018.

Além de ser a oficina mais visitada é também a mais conhecida em Natividade, já tendo exposto suas joias em diversos encontros, feiras, tanto no Tocantins como também em outros estados da federação.

O1: Nós nunca tivemos um prédio próprio. Nós não temos hora certa para trabalhar. A prefeitura tem um prédio que seria direcionado para a nossa ourivesaria, mas não houve combinação. Não queremos trabalhar da forma que eles colocaram, com horários fixos entende.

De acordo com mestre Joaquim Valdeides (Wal), a oficina atualmente conta com 8 mestres ourives<sup>29</sup>, incluindo uma mulher, e mais 3 aprendizes, dentre os quais, também uma aprendiz do sexo feminino e fica localizada no centro histórico da cidade (Figura 18).

As ourivesarias como já referido, acentua Iphan (2007), são parte presente e marcante na vida dos nativitanos, assinalando o cotidiano e momentos rituais há longa data, possivelmente desde os momentos iniciais da cidade. Essa arte tem sido revivida e recriada ao longo do tempo pelos ourives que transmitiram o ofício do ouro através das gerações, e pelo uso das jóias pela população, que a elas atribuem valores e significados religiosos, econômicos, sociais e culturais (IPHAN, 2007, p. 62). As peças, como uma expressão do patrimônio imaterial, desempenham uma comunicação das dimensões temporais. A

<sup>29</sup> Entende-se aqui por mestre ourives àqueles que tendo já aprendido a técnica e o ofício, repassam seus conhecimentos aos aprendizes.

ourivesaria em filigrana de Natividade como patrimônio imaterial é justamente a artesanania do mosaico identitário: elas evocam as forças culturais complexas e dinâmicas onde elas emergiram.

Figura 18. Sede atual da Ourivesaria Mestre Juvenal.



Fonte: ASCCUNA, 2018.

Já a ourivesaria João Bosco Joalheiros foi fundada em Natividade em 2005, e leva o nome do próprio ourives dono do negócio, que já foi sócio e parceiro do mestre ourives Jesumar Borges. Os dois já repassaram arte da fabricação de joias tradicionais e/ou filigranadas a vários jovens da cidade, alguns dos quais se tornaram ourives. O mesmo trabalha com joias artesanais desde 1977. Aprendeu o ofício com o padrao, o ourives João José da Rocha que era natural da cidade tocantinense de Peixe. Segundo o mesmo seu mestre mantinha profundas ligações e influências de Natividade.

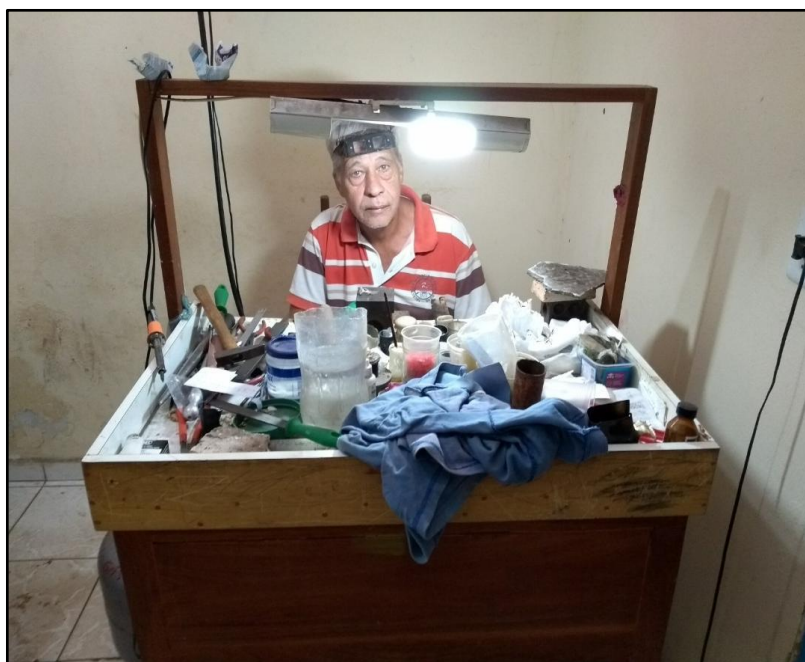
Os ourives por meio do desenvolvimento de seu trabalho com as joias tradicionais e/ou filigranadas são, de alguma forma, sujeitos que dinamizam a relação da memória e da história por intermédio das peças que fabricam. Pensar em cultura imaterial, especialmente vinculada à ourivesaria que se produz em Natividade, é ir além das paredes, além dos quintais, além das fronteiras.

O3: Trabalhei muito tempo em Goiânia com mestre Jesumar, aqui de Natividade. Jesumar foi discípulo do mestre Juvenal. Eu fabrico tanto joias mais antigas quanto as mais modernas. É ao gosto do cliente. Desde peças em chapa, quanto em filigrana.



Atualmente Mestre João Bosco trabalha sozinho. Segundo o mesmo é difícil conseguir aprendizes que realmente queiram se dedicar com empenho a arte de ourivesaria: “falta um pouco de interesse”. Este, que aprendera a arte de ourives com o padrao ainda na década de 70, foi posteriormente para Goiás, onde conheceu o Mestre Jesumar, ex-discípulo do Mestre Juvenal (Figura 19).

Figura 19. Mestre João Bosco em sua bancada na oficina Mestre João Bosco Joalheiros, em Natividade, Tocantins.



Fonte: Wátila Bonfim, 2018.

Segundo o ourives, as maiores dificuldades enfrentadas por sua ourivesaria hoje é a aquisição de empréstimos bancários para investir na oficina. Mestre João Bosco possui experiência com joias e também objetos fabricados tanto em ouro como em prata, e faz questão de arquivar todas as suas criações em fotografias que guarda cuidadosamente.

A oficina BellaArt Ourivesaria, foi fundada em 2016. Tem além do mestre Orleid Sérgio, que é também sócio-proprietário do negócio, o mestre Valdomilson Patrício (Pequeno). Ambos aprenderam a técnica da ourivesaria e da filigrana em Natividade. Os dois têm a incumbência de repassar o que aprenderam para os seus aprendizes.

O11: Aprendi aqui em Natividade, em 2012 com mestre Jesumar, ex-aluno do mestre Juvenal. Depois tive trabalhando seis meses em Brasília e retornei a Natividade. Trabalhei quatro anos, entre 2011 e 2015 na Ourivesaria Colonial, que

não existe mais<sup>30</sup>. Meu primo trabalhava com Jesumar, e me chamou para trabalhar com eles. Aí no final de 2016 resolvi montar minha própria oficina.

Sobre as manifestações do patrimônio imaterial, Iphan (2007), enfatiza que são preservadas pela coletividade, em especial aqueles que desempenham papéis diretamente relacionados à complexa relação existente entre passado-presente vista nas peças da ourivesaria de Natividade. Os habitantes, os mestres ourives, os aprendizes são os principais sujeitos.

Inicialmente a oficina se localizava num imóvel próximo à saída para a cidade de Gurupi. No entanto já na escrita do terceiro capítulo a ourivesaria se transferiu para uma sala deste casarão colonial no centro histórico da cidade. (Figura 20).

Figura 20. Casarão onde funciona a BellaArt Ourivesaria, em Natividade.



Fonte: ASCCUNA, 2018.

Na oficina é repassada além do saber de peças modernas também a técnica da filigrana aos jovens da cidade (Figura 21).

---

<sup>30</sup> A Ourivesaria Colonial ficava localizada no centro da cidade. A proprietária expunha e comercializava as joias na própria oficina. Contava com apenas um ourives:mestre Orleid Sérgio, e na época não tinha aprendizes.

Figura 21. Aprendizes da BellaArt Ourivesaria, em Natividade.



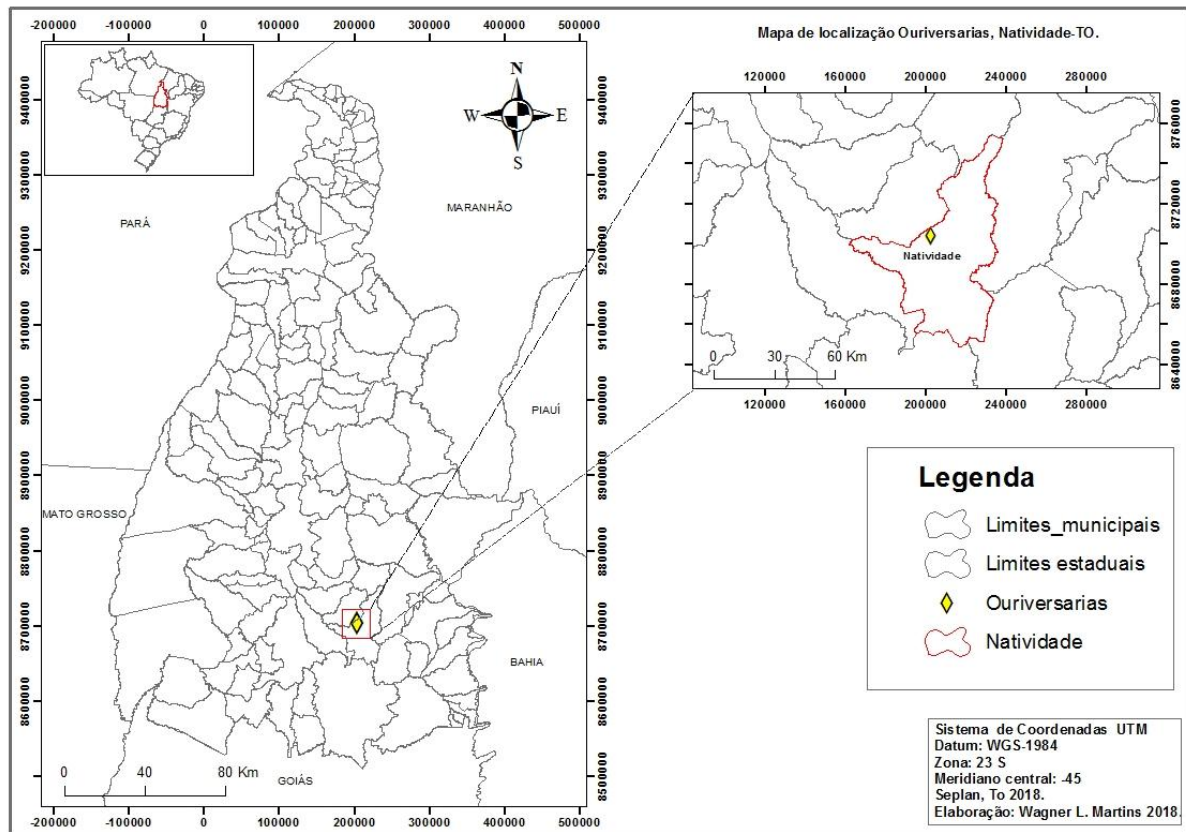
Fonte: Wátila Bonfim, 2018.

No presente momento trabalham na BellaArt Ourivesaria 2 mestres-ourives e 3 aprendizes. Na oficina são produzidas além de peças tradicionais e/ou filigranadas nativitanas, também se produz adereços modernos, atendendo sempre a escolha do cliente.

Um dos objetivos desta oficina, de acordo com seus ourives, é repassar o saber ancestral, vindo de Portugal e que é respeitado em toda a região como referência para a cidade de Natividade. No caso, é também uma dívida para com aqueles que lhes ensinaram o ofício, fazer com que as técnicas absorvidas nunca pereçam.

Hoje, as três ourivesarias estão localizadas próximas umas das outras. Todas dentro ou muito próximas do centro histórico. Tal fato é algo positivo do ponto de vista da acessibilidade de muitos visitantes e turistas que preferem caminhar a pé, visualizando e mantendo contato com os modos de saber locais (Figura 22).

Figura 22. Mapa de localização das ourivesarias de Natividade.



Fonte: Base Cartográfica disponibilizada pela SEPLAN - TO, 2018. Nota: Org. BONFIM, Wátilla Misla Fernandes, 2018.

### 3.1.2. Caracterização socioeconômica dos mestres-ourives e aprendizes

Natividade conta nos dias hodiernos com 11 mestres-ourives e 6 aprendizes. Destes alguns com quase quatro décadas de profissão, como o mestre Joaquim Valdeídes (Val) e mestre João Bosco; outros com mais de duas décadas, como mestre José Leal e mestre Uardon. Dos demais mestres, todos tem menos de vinte anos de ofício. Dos aprendizes a média de oficialato é de um ano.

A partir de uma investigação nas três ourivesarias existentes em Natividade, procurou-se analisar as características socioeconômicas dos mestres-ourives filigraneiros (Quadro 9).

Quadro 9. Caracterização socioeconômica dos ourives nativitanos<sup>31</sup>.

Ourives	Sexo	Estado Civil	Escolaridade
O1	M	Casado	Médio
O2	M	Solteiro	Fundamental
O3	M	Casado	Médio
O4	M	Casado	Médio
O5	M	Casado	Superior
O6	M	Solteiro	Médio
O7	M	Solteiro	Fundamental
O8	M	Solteiro	Superior
O9	F	Casada	Médio
O10	M	Solteiro	Médio
O11	M	Solteiro	Médio

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2018.

Percebe-se, ao investigar as informações coletadas, que dos 11 ourives, apenas uma é do sexo feminino. Parece pouco, entretanto na tradição nativitana em nenhum instante uma mulher permaneceu por tanto tempo no oficialato. Em relação ao estado civil, constatou-se que 63% dos ourives são solteiros, residindo ou com os pais, tios, avós ou irmãos.

No que tange à escolaridade, descobriu-se que há 18,5% concluíram apenas o ensino fundamental, 63% o ensino médio e 18,5% o ensino superior. Deduz-se assim, que a maior parte dos ourives não deu continuidade aos estudos, por várias razões: dificuldades financeiras, distância de centros universitários e, principalmente pela necessidade de possuir uma renda que lhes garantisse a sobrevivência. Dos entrevistados com apenas o ensino fundamental, os dois ourives são ainda jovens, com menos de 20 anos, e que de acordo afirmação, ainda pretendem voltar a estudar. No que diz respeito aos ourives com ensino superior, os mesmos apontaram preferir o artesanato, pois os dividendos são até maiores que se estivessem exercendo seus cursos universitários.

Interpelados sobre se a renda obtida com as ourivesarias seria suficiente para arcar com suas sobrevivências, 100% dos interrogados disseram que sim, ainda que em determinadas épocas do ano a renda não seja a mais apropriada, no geral o que conseguem ganhar custeia adequadamente suas vidas materiais.

Quanto às idades, não incluídas no quadro, destaca-se que a quase totalidade dos artesãos ourives, mestres filigraneiros estão inseridos na faixa etária entre 20 e 40 anos, ou seja, adultos jovens. Apenas 2, tem idade entre 40 e 60 anos. O que corrobora a ideia de um futuro garantido para as joias tradicionais e/ou filigranadas de pelo menos algumas décadas.

<sup>31</sup> Também foram questionados sobre a renda obtida, e todos os entrevistados afirmaram ser suficiente para atender as necessidades básicas.

Dos mais velhos se soube que pretendem ainda trabalhar por algum tempo, e se mostraram satisfeitos diante do número de aprendizes que ensinaram.

Aos investigar aspectos socioeconômicos dos aprendizes filigraneiros, percebeu-se algumas particularidades (Quadro 10).

Quadro 10. Caracterização socioeconômica dos aprendizes nativitanos.

<b>Aprendizes</b>	<b>Sexo</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>A renda da ourivesaria é suficiente?</b>
AP1	M	Solteiro	Fundamental	Não
AP2	F	Solteira	Fundamental	Não
AP3	M	Solteiro	Fundamental	Não
AP4	M	Solteiro	Fundamental	Sim
AP5	M	Solteiro	Fundamental	Não
AP6	M	Solteiro	Médio	Sim

Fonte: Dados coletados da pesquisa, 2018.

Ao analisar alguns detalhes das vidas dos artesãos aprendizes, a pesquisa revelou apenas uma ourives é do sexo feminino. O que denota que embora em menor número, as mulheres vêm pouco a pouco galgando seu espaço nas oficinas filigraneiras.

Em relação ao estado civil, 100% dos artesãos aprendizes são ainda solteiros. Importante salientar, que nenhum deles tem idade superior a 20 anos. Sendo que a média constatada na pesquisa é de 18 anos de idade.

Dos investigados somente um terminou o ensino médio, embora os outros ainda estejam estudando. Não constatou-se casos de evasão escolar entre os aprendizes artífices.

No que diz respeito à renda, 33% dos aprendizes disseram já sobreviver dos recursos auferidos nas oficinas, 67% ainda não. Destes, todos relataram viver com algum familiar: pai, mãe, tios, avós.

### **3.2. Relações entre turismo, patrimônio cultural e artesanato**

De acordo com Costa (2009), os grand tours, já firmemente estruturados no século XVII, atingiram seu auge em meados do século XVIII, caracterizando-se como deslocamentos de longa duração (três anos em média) e não sazonais, já que atendiam principalmente jovens rapazes pertencentes à elite britânica, que, em sua maioria, não exerciam atividades remunerada.

O grand tour é considerado por muitos estudiosos como uma invenção inglesa. A Inglaterra era o país mais rico e poderoso do período, com uma elite endinheirada, mas isolada geograficamente, pelo posicionamento insular, do resto da Europa e das fontes da história e cultura ocidentais, como pensava grande parte dos cidadãos cultos. E para se tornarem membros da sociedade educada, eles acreditavam que era necessário ver, in loco, tanto as ruínas da Roma clássica como as igrejas, os palácios e as coleções das grandes capitais continentais (COSTA, 2009).

De acordo com Costa (2009, p. 25):

Nestes locais, os grandtourists notavam como eram pobremente conhecidos o comportamento e os costumes de nações estrangeiras e buscavam vivenciar intensa troca cultural com a população autóctone e outros viajantes. Além disso, procuravam conhecer os destaques históricos e culturais locais e, principalmente, os seus grandes monumentos, obras de arquitetura, escultura ou pintura, excepcionais ou singulares por seu tamanho e beleza ou pelo estranhamento produzido em seus observadores.

É creditado a Cook, no segundo quartel do século XIX, o início das excursões organizadas, atualmente conhecidas como pacotes turísticos. As inovações de Tomas Cook significaram um marcante avanço na democratização das viagens, que ficaram mais acessíveis às camadas médias da população devido à diminuição dos custos finais repassados para a clientela, e um sistema especial de financiamento (COSTA, 2009).

Viajar, aponta Costa (2009), transformou-se num lugar-comum para uma grande parte da elite, e também da classe média, no último quartel do século XIX e início do século XX.

A década de 1970 marca um boom do turismo massificado, ainda baseado nos padrões de pacotes turísticos formatados há um século por Cook. Segundo Costa (2009, p. 29) “o ato de viajar torna-se uma fenômeno extremamente estandardizado e revela a face mais negativamente impactante do turismo de massa, ponto de receber mais recentemente a denominação de turismo predador”.

O conceito de turismo cultural como sendo aquele ligado, exclusivamente, ao objetivo de visitar atrativos culturais é encontrado em profusão na literatura especializada e muitas vezes focado de maneira primária. Assim, o conceito de turismo cultural tende a ser aplicado a viagens sempre que recursos culturais são visitados, apesar das motivações iniciais (COSTA, 2009, p. 40).

No caso em questão, das peças nativitanas, visitar oficinas onde são produzidas joias artesanais passadas de geração em geração é sem dúvida nenhuma ser co-partícipe de um

estilo de manifestação cultural onde os fragmentos e memórias estão imersos num tempo não marcado pelo relógio, mas pelo simbolismo.

Os recursos turísticos são, assim, argumenta Costa (2009), elementos que apresentam uma determinada potencialidade para se tornarem atrativos turísticos culturais, caso sejam devidamente aproveitados, a realidade, entretanto, é que nem todo recurso está capacitado para efetivamente atrair turistas e ser, conseqüentemente um atrativo turístico.

No caso de Natividade, as oficinas de ourivesaria e filigrania necessitam até o presente momento de alguns ajustes que lhes possibilitem atender da forma mais adequada os visitantes e turistas. Tal afirmativa é notória na fala de um guia turístico da cidade:

GT: A ourivesaria artesanal de Natividade ainda não está inserida no roteiro turístico: “Vida de Natividade”<sup>32</sup>, porque o produto que ofertamos hoje ao turista é a “vivência”, aonde os turistas aprenderiam sobre como se dá o manuseio das ferramentas e algumas noções básicas da filigrana e do trabalho de joias artesanais. Então, elas estão no roteiro tour e histórico da cidade de Natividade, mas não tem vivência na ourivesarias.

É possível perceber, no que tange ao acolhimento e recebimento de turistas, que as ourivesarias de Natividade precisam implementar mecanismos de maior interação e acomodação com o público turístico, que buscam além de uma bela joia, aquilo que está intrínseco nela, sua história. Desse modo, as oficinas caracterizam-se como pequenas fábricas onde são feitos negócios. Não é um espaço de visitação. Porém, isso não impede que os compradores das joias tenham contato e até experimentem um pouco da confecção dos adereços. Notou-se, durante o transcorrer da pesquisa uma boa receptividade dos ourives nativitanos em relação aos seus clientes e visitantes das oficinas.

Importante salientar, que mesmo não havendo ações e projetos para a recepção de turistas em seu interior, a única ourivesaria visitada com frequência pelos grupos de turistas é a Ourivesaria Mestre Juvenal. Devido a sua localização geográfica e maior divulgação, sem falar na trajetória do nome que batiza a oficina.

De acordo com o guia de turismo entrevistado (GT): “Eles perguntam quem foi o Mestre Juvenal, como foi passada a arte de geração em geração. Abordam a ourivesaria e a falta de joias para comprar. Por que não tem uma quantidade boa para oferecer aos turistas. Querem saber é como a técnica é utilizada”.

Nessa passagem, fica descortinado, um dos pontos fracos das ourivesarias nativitanas: normalmente não há joias em grande quantidade para a amostra e exposição. A razão se

---

<sup>32</sup> Vida de Natividade é um roteiro turístico de vivência, ou seja, o turista visita pontos históricos e culturais da cidade, e em alguns lugares há interação com os costumes locais: danças, culinária etc.



explica pelo fato de a maior parte das confecções se fazerem a partir de encomendas. Outra questão enfatizada pelos mestres ourives é a aquisição da matéria prima – eles precisam fabricar a joia a partir de uma garantia de sua venda, garantia essa feita geralmente com uma entrada do comprador. Desse modo, não há capital de giro suficiente, e nem tempo para a produção de artefatos que possam ser expostos. Outra questão que se nota, e que impede a maior exposição é a falta de segurança. Não ter joias expostas é também uma forma de evitar roubos.

Conforme Costa (2009), o mercado de turismo cultural seria formado, então, por cinco tipos distintos de turistas e visitantes:

1. Altamente motivados por cultura: este segmento é composto por pessoas que viajam para determinado destino especificamente pelas oportunidades culturais oferecidas (museus, teatros, centros históricos, festas tradicionais).
2. Parcialmente motivados por cultura: este segmento envolve pessoas que optam por um destino não só pelas oportunidades culturais oferecidas, mas também por outras motivações, como, por exemplo, visitar parentes ou amigos.
3. Adjuntamente motivados por cultura: para estas pessoas a motivação principal para a escolha de uma destinação pode ser não cultural (como por exemplo a participação em um congresso), ainda que estes visitantes planejem a inclusão de visitas a atrativos culturais em suas estadas.
4. Casualmente motivados por cultura (“ou turistas culturais acidentais”): este segmento envolve pessoas que viajam sem a intenção inicial de visitar um atrativo cultural, mas que, casualmente, acabam realizando tal visita (como, por exemplo, quando os parentes ou amigos visitados os levam até esses locais, ou quando as atrações culturais ficam próximas ao local de hospedagem).
5. Nunca motivados por cultura: este segmento engloba os turistas e residentes que não frequentam ou visitam atrativos culturais sob nenhuma circunstância (COSTA, 2009, p. 57).

A construção do patrimônio cultural, enfoca Rodrigues (2003) é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. A preservação resulta, por isso, da negociação possível entre os diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público. O significado atribuído ao patrimônio também se modifica segundo as circunstâncias de momento.

Reflete, também, a valorização que a sociedade dá ao passado. A memória social será tão mais significativa quanto mais representar o que foi vivido pelos diversos segmentos sociais e quanto mais mobilizar o mundo afetivo dos indivíduos, suscitando suas lembranças particulares (RODRIGUES, 2003).

Antes de debater a presença da tradição e do artesanato nas oficinas filigraneiras de Natividade, é necessário compreender um pouco mais sobre cada conceito. Artesanato é, segundo Rodrigues (2003), essencialmente, o trabalho manual ou produção desenvolvida por

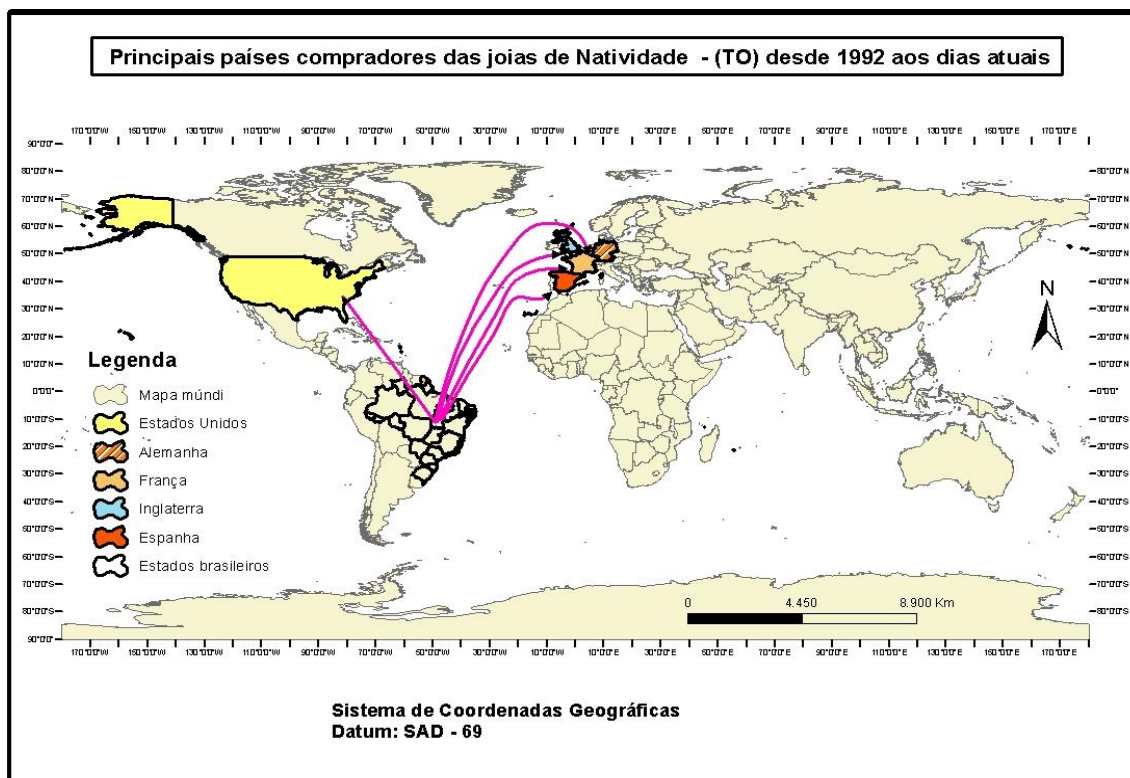
um artesão. Com a mecanização da indústria, o artesão é identificado como aquele que produz objetos pertencentes a chamada cultura popular.

Assim, o turismo é indissociável da cultura, o que torna mais evidente neste início de século, pelo aumento da consciência de que a diversidade cultural é o ingrediente principal para o desenvolvimento desse setor, “desenvolvimento que se tem mostrado extraordinário, a ponto de, em muitas regiões, o turismo tornar-se a principal atividade econômica, responsável pela geração de emprego e renda” (DIAS, 2006, p. 1).

Esse ainda não é o caso de Natividade, nem de sua relação com as joias artesanais e/ou filigranadas. No entanto, nos últimos anos, cada vez mais turistas vem buscando a cidade e se enveredando pelo seu patrimônio material e imaterial<sup>33</sup>.

Segundo dados coletados, as joias artesanais e/ou filigranadas de Natividade já foram comercializadas para turistas de vários países, tais como: Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Espanha (Figura 23).

Figura 23. Mapa do fluxo econômico internacional das joias produzidas em Natividade, Tocantins.



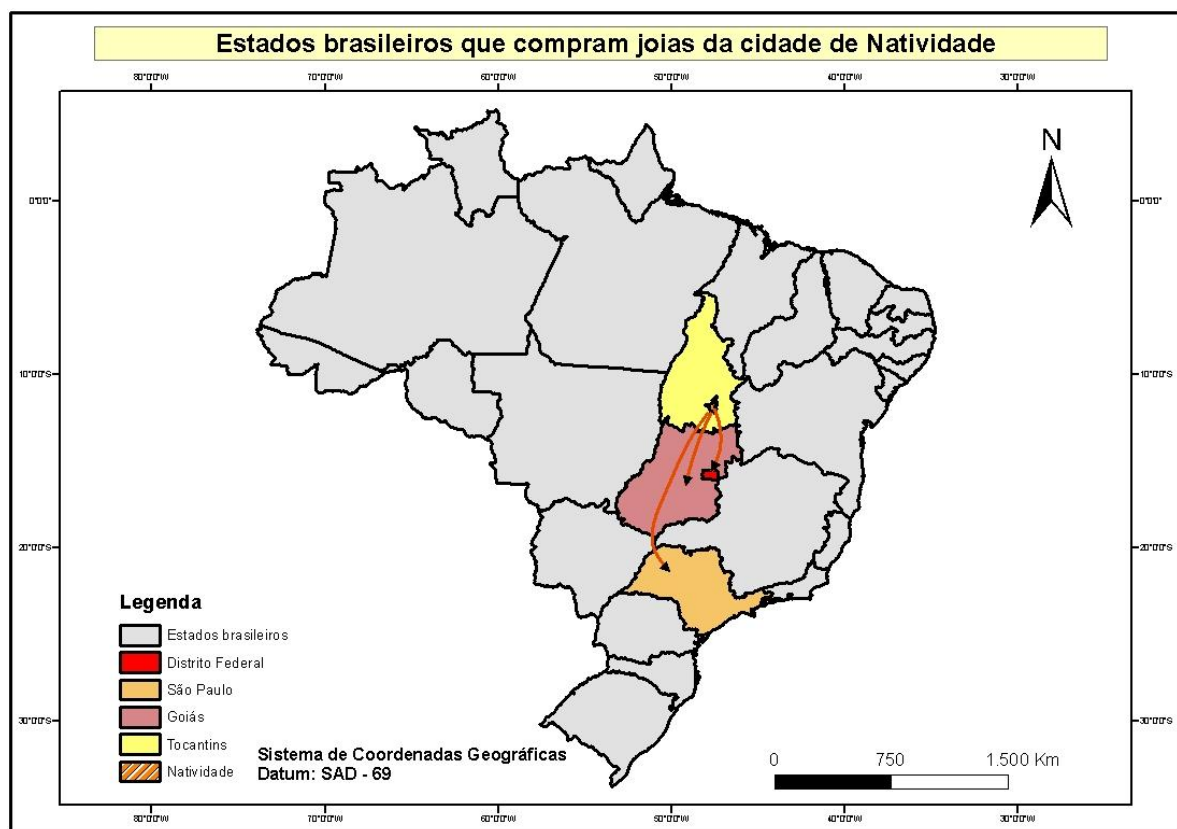
Fonte: Base Cartográfica disponibilizada pela SEPLAN - TO, 2018. Nota: Elaborado pelo autor, 2018.

<sup>33</sup> Buscou-se junto ao Ministério do Turismo, ao Sebrae, Secretaria Municipal de Turismo e Agência de Turismo que opera na cidade informações quanto ao número de turistas que visitam Natividade anualmente. Porém, não se obteve dados acerca do numerário turístico que visita a cidade. Da agência de turismo local, se obteve a informação de que, embora sem números precisos, a atividade vem crescendo e se desenvolvendo muito nos últimos anos, sobretudo em 2018.

Percebe-se que os principais compradores internacionais até o momento estão localizados na América do Norte e Europa. Formam o grupo dos países mais ricos do mundo, se destacando também pela grande circulação de turistas em outras partes do mundo.

Em relação aos estados brasileiros, há uma marca que persistiu nos relatos dos ourives das 3 ourivesarias: Brasília, Goiás e São Paulo foram destacadamente as unidades da federação mais citadas (Figura 24). O que corrobora as declarações dos ourives, que disseram que a propaganda é em boa parte dos casos realizada pelos compradores, que disseminam o gosto e a arte nativitana para seus vizinhos, amigos e outras pessoas.

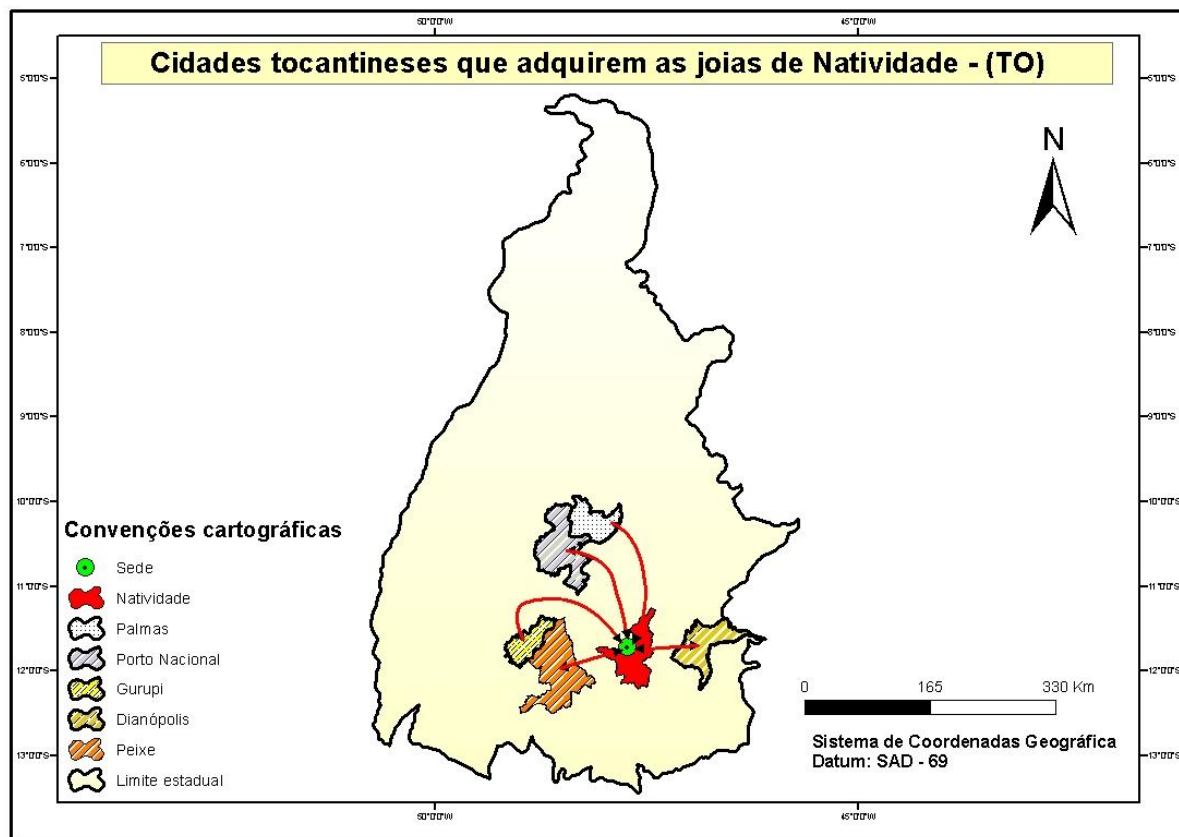
Figura 24. Mapa do fluxo econômico da cidade de Natividade com alguns Estados da federação.



Fonte: Base Cartográfica disponibilizada pela SEPLAN - TO, 2018. Nota: Elaborado pelo autor, 2018.

No que diz respeito às cidades tocantinenses que mais adquirem joias artesanais e/ou filigranadas das oficinas de Natividade, se destacam a maior parte delas pela proximidade geográfica, mas também pela longa tradição em comprar joias nativitanas. Estão no topo da lista municípios circunvizinhos: Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis e Peixe, além da capital do estado, Palmas (Figura 25).

Figura 25. Mapa do fluxo econômico entre Natividade e algumas cidades do Tocantins.



Fonte: Base Cartográfica disponibilizada pela SEPLAN - TO, 2012. Nota: Elaborado pelo autor, 2018.

Segundo Dias (2006), a Organização Mundial do Turismo (OMT) prevê um crescimento substancial do turismo nos próximos anos e estima que, nas viagens internacionais, estarão envolvidas 1,6 bilhão de chegadas até o ano de 2020.

Para o autor:

As boas práticas do turismo apresentadas no documento da OMT podem ser acrescidas de inúmeros exemplos no Brasil, onde práticas tradicionais, eventos, festas e artesanatos revivem como recurso turístico, de modo a gerar benefícios para suas comunidades e a resgatar identidades locais e regionais de diversas comunidades pela valorização de suas singularidades (DIAS, 2006, p. 7).

Uma das maiores expressões da arte popular, e que condicionam as peças artesanais das ourivesarias de Natividade são suas peças, muitas das quais de acordo com os mestres ourives locais exclusivas, como a Flor de Maracujá e a Peixa, o Coração Nativo, e que são fáceis de ser transportadas, sendo por isso bastante procuradas pelos turistas.

Para Pelegrini Filho (2000), os símbolos culturais são definidos como qualquer coisa que carrega um significado particular reconhecido pelas pessoas que compartilham uma determinada cultura. Um mesmo objeto pode simbolizar ideias, valores e sentimentos

diferentes em culturas diversas. Um objeto pode não ter significado nenhum em uma cultura, mas representar um elemento crucial para outro povo, como são os objetos religiosos cultuados por diferentes religiões.

Em qualquer circunstância, o turismo implica um deslocamento geográfico, um movimento voluntário de pessoas que leva ao contato entre culturas diferentes. Devido ao fenômeno da globalização, há mais intercâmbio entre as culturas pelos mais diferentes meios, que se concretiza no encontro direto entre as pessoas que fazem turismo (PIRES, 2001).

Atualmente, de acordo com as entrevistas realizadas, os artesãos filigraneiros de Natividade tem cada vez mais utilizado a propaganda de suas joias com o auxílio dos mecanismos que a modernidade e a tecnologia oferecem, sobretudo as redes sociais:

O1: Há um site na internet sobre as joias de Natividade, organizado pela Asccuna. Não há joias a pronta entrega, pois precisa de um acordo com a encomenda para comprar a matéria prima.

O2: Há muitos clientes fieis, vendo muito usando o watzap, também gosto do facebook, tenho página no face.

O3: Minha propaganda toda é pelo watzap

O4: A gente aqui tem um site: Bela Art Ourivesaria. Vendemos muito através do facebook.

O5: A propaganda é feita nas redes sociais, boca a boca, e por indicação de alguém que conheceu o trabalho.

O6: É feita boca a boca. Não gosto de expor muito.

O10: Uso o facebook, watzap e instagram.

O11: A melhor divulgação é a boca a boca. Uma pessoa compra e um amigo ou parente pergunta onde comprou. A maioria dos meus clientes é de indicação de alguém que já comprou comigo. Também divulgo no face. Temos um site, mas precisa de ajustes.

Além das redes sociais, que cada vez mais têm sido utilizadas: Sites, WhatsApp, Facebook e Instagram, outra forma ainda comum e tradicional é o famoso “boca a boca”, ou seja, a partir de um cliente que adquire uma joia, outros amigos e parentes se direcionam até as oficinas.

Importante salientar, no que diz respeito a Ourivesaria Mestre Juvenal, que a oficina funciona como uma associação, todos dividem o mesmo espaço, juntam-se pagar as despesas como água e luz, porém, cada mestre artífice atua individualmente no seu negócio<sup>34</sup>.

Já as ourivesarias BellaArt e João Bosco Joalheiros possuem proprietários que direcionam os trabalhos, as funções, e orientam cotidianamente seus aprendizes, arcando com as despesas e gastos que por ventura tiverem, e auferindo lucros com as mesmas. Além destes mecanismos, os ourives também fornecem aos seus clientes e costumam deixar seus

---

<sup>34</sup> Importante frisar que embora cada mestre tenha seu negócio próprio, todos eles se responsabilizam de repassar o saber da arte em ourivesaria e filigrania aos aprendizes.





Por sua vez, a globalização também tem provocado, em comunidades diversas, a necessidade de redescobrir e fortalecer sua identidade cultural, que se torna uma forma de afirmação de grupos sociais variados diante da tendência homogeneizadora que constitui uma das faces do processo de globalização. Nesse sentido, o patrimônio cultural constitui um modo concreto de contribuir para unidade de um grupo social. Já como recurso turístico, o patrimônio cultural atende a um interesse crescente pela cultura que se traduz em um aumento significativo de viajantes que praticam o turismo cultural (DIAS, 2006).

De acordo com Dias (2006, p.36), com o avanço da globalização:

[...] cresce o interesse das pessoas em seu passado histórico, em outras culturas, nas origens da humanidade, ou nas formas de vida na terra há milhões de anos. Essa motivação em busca das origens, em nível tanto local quanto global, é fruto do aumento de tempo livre, que permite às pessoas pensarem em aspectos além de sua realidade imediata; bem como um maior acesso à informação, que facilita a busca por respostas, as quais só se satisfazem por meio do contato mais direto com o assunto pesquisado.

Em decorrência dessa busca, intensificada nos últimos anos do século XX e nesse início de século XXI, o turismo cultural assume um papel educativo. Pelo qual se amplia e se consolida um conhecimento construído em processo complexo, “que tem seu ponto culminante no contato direto do indivíduo com seu interesse particular, seja ele um sítio arqueológico, um museu, um monumento histórico, uma etnia, um artesanato” (DIAS, 2006, p. 36).

Para Dias (2006), os turistas culturais formam um tipo particular de pessoas, geralmente com alto nível de consciência ambiental, com visão politicamente ampla e com interesse por culturas diferentes. Em geral, não compram suvenires, pois preferem os artesanatos, cujo processo de produção procuram conhecer na maioria dos casos.

Desse modo, cada vez mais tem tido espaço no que tange ao turismo, o anseio de seus apreciadores por aquilo que é diferente, feito de forma original, enfocando a singularidade das peças. Algo incomum, e que será lembrado justamente por sua herança cultural e pela forma de produção.

No que diz respeito ao turismo cultural, Dias (2006, p. 44) afirma que:

O turismo cultural, atualmente, não se restringe a visitas a museus, a monumentos históricos, ou a ruínas arqueológicas, mas compreende todas as manifestações culturais: o artesanato, a gastronomia, as representações teatrais, as danças, o folclore, os eventos, enfim, tudo o que represente a identidade cultural de uma determinada comunidade cultural em um território local, regional ou nacional (DIAS, 2006, p. 44).

O incremento do turismo, aponta Pires (2001), tem a particularidade de expor a diversidade mais geral e de confrontá-la à homogeneidade cultural própria de uma comunidade específica, que se fortalece ao contato com o outro, ao aumentar a identificação de seus membros com símbolos culturais característicos do grupo.

Desse modo, o artesanato é o depositário da memória gestual e tecnológica da sua comunidade. O artesão-artífice-artista é o transmissor de ritos e imagens da cultura não-escrita, da cultura cujas raízes mergulham no inconsciente coletivo.

Por conseguinte, ao transmitir seus saberes que emergem em Natividade desde tempos imemoriais, os filigraneiros contribuem não apenas com o incremento do turismo, mas sobretudo com a valorização do lugar.

### **3.3. Turismo e as joias artesanais e/ou filigranadas**

De acordo com Pearce (2003), o turismo é uma atividade que diz respeito essencialmente a pessoas e lugares: os lugares que um grupo de pessoas deixa, visita ou que nele está de passagem; a outro grupo de pessoas, as que tornam possível a viagem, e outras ainda, aquelas com as quais cruzará pelo caminho. Em uma conotação mais técnica, o turismo pode ser pensado como o conjunto de relações e fenômenos originados com as viagens e estadas temporárias de pessoas que estão viajando sobretudo a lazer ou com finalidades recreativas (PEARCE, 2003).

Não há como pensar o turismo sem contextualizá-lo no processo globalização-fragmentação, fenômeno da contemporaneidade. Neste sentido há um fenômeno do formidável controle do espaço em escala planetária, com uma acentuada tendência à homogeneização espacial, levando ao desaparecimento de importantes recursos turísticos culturais. Como contrapartida à globalização é ressaltada a importância do turismo com base local (RODRIGUES, 2001).

Um turismo de base local, esse parece ser o caso da cidade de Natividade, que tem algumas representações históricas e culturais fragmentos representativos e diferenciados. O caso da técnica da filigrana, saber repassado há décadas merece destaque, por ser única no Brasil, e andar na contra-mão da homogeneização que perpassa e influencia várias atividades modernas, como a cultura por exemplo.

Em termos geográficos, uma diferença fundamental entre turismo e outras formas de lazer, como aquelas praticadas em casa (por exemplo, ver televisão) ou dentro de um



perímetro urbano (por exemplo, frequentar a piscina do clube local), é o componente “viagem”. Alguns autores empregam um critério de distância mínima para a viagem, mas em geral se considera o turismo como uma atividade que inclua no mínimo um pernoite fora do local de residência permanente. E ocorre que esses atributos de viagem e estada em turismo, por sua vez, originam diversas demandas por serviços que podem ser prestados por diferentes setores da indústria do turismo, razão pela qual também em termos econômicos e comerciais o turismo pode se diferenciar de outros tipos de atividades de lazer (PEARCE, 2003, p. 25).

Pearce (2003, p. 26 ), organiza em quatro os tipos de destinos turísticos:

1. Destinos metropolitanos de localização central com elevado volume de tráfego recíproco, atuando como área geradora e como destino principal. Incluem centros metropolitanos de primeira grandeza, bem integrados nas redes de transporte internacional e transcontinental.
2. Destinos urbanos periféricos, com populações mais reduzidas, menor importância em sua função de centro e com tendência para receber mais do que gerar turistas.
3. Destinos rurais periféricos, de caráter menos nodal, dependentes de um ambiente geograficamente mais amplo e passível de atrair visitantes com uma combinação de características paisagísticas. Uma vez que a população dessas áreas costuma ser reduzida e dispersa, resulta daí, frequentemente, um forte recebimento de turistas com ínfima geração.
4. Destinos de ambiente natural geralmente bastante distantes das áreas geradoras, muito esparsamente povoados e frequentemente sujeitos a políticas administrativas rígidas, como no caso de parques nacionais e regionais, e outras reservas.

No limiar do século XXI o turismo figura como um dos fenômenos mais marcantes do mundo contemporâneo. Sua expressividade não se limita ao fato econômico. É, também e principalmente como fato social, que se configura materialmente, criando e recriando formas espaciais diversificadas.

Para Rodrigues (2001), a geografia não pode furtar-se da análise e interpretação dessas formas, buscando compreender sua estruturação e os processos que as engendraram. O conceito de turismo é, no léxico da geografia do turismo, sem dúvida, o mais polêmico de todos. Desde o aparecimento das primeiras viagens organizadas, nos idos do século XIX – o chamado Grand Tour – até os dias de hoje, muita coisa mudou. E continua mudando. E é justamente a dinamicidade das sociedades que faz a transformação no significado do que se habituou chamar de turismo (CRUZ, 2001).

Conforme Cruz (2001, p. 2): “Ao menos uma característica intrínseca da prática social do turismo pode nos ajudar a compreender esse fenômeno: o turismo é uma prática social que consome elementarmente espaço. Como poderia, então, a Geografia, não se interessar pelos estudos relativos ao turismo?”.

Pode-se ensaiar a classificação de modelos de implantações turísticas. O de base local, como o caso de Natividade, de pequeno porte e adequado às necessidades da população anfitriã. Em direção diametralmente oposta encontra-se o modelo de turismo globalizado,

indiferente ao entorno e às necessidades locais, dominado hegemonicamente por agentes transnacionais (RODRIGUES, 2001).

O turismo salienta Rodrigues (2001), cria espaços urbanos uma vez que necessita, para sua realização, da demanda da população anfitriã, do comércio, dos serviços, das infra-estruturas básicas e de apoio, dos sistemas de promoção e de comercialização, das instituições que exercem o poder de decisão. Todos estes elementos interagindo numa dada porção do território emprestam-lhe feições e estilos de vida reconhecidamente urbanos.

Desse modo, a atividade turística se identifica como uma atividade de lazer. No entanto, cada vez mais as pessoas misturam os momentos de lazer, procurados na viagem de turismo, com momentos em que praticam outras atividades. Não só isto, como é comum a outra atividade comandar a viagem, e ela ser aproveitada para momentos de lazer (GEISER, 2001). No caso de Natividade, de acordo relatos de ourives, a busca pelas joias artesanais e/ou filigranadas muitas vezes acabam direcionando a viagem, ou transformando ela.

Interpelados sobre a importância das joias artesanais e/ou filigranadas para o turismo local, eis que os ourives, ex-ourives e aprendizes nativitanos responderam:

O1: Ah, a joia é fundamental para a cidade! Tem muitos turistas que vem aqui... acabam pernoitando, às vezes só por causa das joias, os nativitanos que moram fora...

O2: Os turistas que vem em Natividade e passam a conhecer, acham bonitas, a história e o trabalho manual...a tradição. Muitos turistas vem aqui...

O3: Ajuda sim, movimenta a economia...como exemplo tem gente que vem aqui, compra joia, vai na Dona Naninha do bolo...

O4: Atraí as pessoas que depois visitam os pontos turísticos como as cachoeiras, os hotéis, lanchonetes...

O5: Sim, a ourivesaria contribui com o turismo, e fica na própria cidade né...

O6: Ajuda muito, muitos turistas vem de longe encomendar joias e já pesquisam os pontos da cidade, passam a noite em hotel e de manhã vem...

EO1: Sim, acho que as joias ajudam na cultura...Natividade hoje tem nome! É os biscoitos da tia Naninha e as joias de Natividade...tem nome aí fora...é essas duas coisas.

O7: Contribui e muito, 100% dos turistas que visitam vem aqui, mesmo que não comprem, pegam o contato e geralmente voltam para comprar.

O8: A ourivesaria ajuda sim...

O9: 20 anos atrás era mais simples...naquela época nem saía muita joia assim, hoje faz mais...tem turistas, tem gente que vem diretamente pra cá...toda vez que o turista vem aqui, olha as peças, como que faz...muitos curiosos.

AP1: Aqui em Natividade chama a atenção por vários motivos, mas a ourivesaria chama mais, trabalho manual.

AP2: Contribui muito...é muito difícil um turista passar por aqui é não passar aqui...querem conhecer, ver o trabalho.

Fica perceptível na fala dos ourives, ex-ourives e aprendizes, que a presença de ourivesarias e/ou de filigraneiros na cidade não só atrai mais também possibilita a

permanência do turista na cidade, bem como constata-se que a filigrana além de outras joias artesanais contribuem para aumentar a demanda turística na cidade.

Uma vez, que esse turista visualiza a forma manual de se trabalhar o ouro e a prata em oficinas artesanais, os outros pontos da cidade também se beneficiam. Nas entrevistas, pontuou-se a visita ao conhecido Bolo da Tia Naninha, mas também costuma-se visitar outros lugares, como os atrativos naturais: serras, rios, cachoeiras.

Ressalta a OMT como sua definição de turismo é que viagem e turismo são hoje sinônimos. Então, o cidadão que viaja para tratar de sua saúde, por exemplo, ainda que não tenha qualquer momento de lazer em seu destino, será abarcado pelas estatísticas da mesma forma que o indivíduo que em férias, viaja por meio de um pacote turístico e passa todo o tempo de sua permanência no destino usufruindo de uma gama de infraestruturas e serviços de lazer disponíveis no lugar visitado (CRUZ, 2001).

Se todas as pessoas que viajam estão fazendo turismo, de acordo com Cruz (2001), os fluxos de turistas, seja em escala mundial ou nacional (tomando o Brasil como exemplo), podem parecer maiores do que seriam se “se separasse o joio do trigo”, ou seja, se fosse ponderada a relação do turista com o lugar visitado, e se considerasse a intrínseca relação de turismo e lazer.

Desse modo, a pessoa que viaja a Natividade para alguma reunião política ou de negócios, e pernoite, visitando seus pontos turísticos como as ourivesarias são contados como turistas.

Assim, o turismo, para Pelegrini Filho (2000) é uma prática social que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo. Por ser uma prática social, o turismo é fortemente determinado pela cultura.

Milhares de localidades no mundo contam com alguma infraestrutura de hospedagem e lazer, e isso, entretanto, não as define como localidades turísticas. O principal elemento que caracteriza o lugar turístico é o turista. Todo lugar em que houver a presença do turista, ainda que solitário ou aventureiro pode ser considerado um lugar apropriado pela prática social do turismo (PIRES, 2001).

Na nossa pesquisa, notou-se que para Natividade se deslocavam turistas solitários e pequenos contingentes de pessoas, como grupos de famílias, de amigos, turmas escolares, universitários, pesquisadores, professores, profissionais liberais.

Por fim, cabe dizer: nenhum lugar turístico tem sentido por si mesmo, ou seja, fora do contexto cultural que promove sua valorização, em dado momento histórico. Isso significa

reconhecer, por exemplo, que as praias tropicais, colocadas hoje entre os mais importantes recursos turísticos, assim o são porque as sociedades construíram culturalmente a sua valorização (CRUZ, 2001).

O que é considerado atrativo hoje pelo turismo não era no passado e talvez não seja no futuro. Como a cultura varia no tempo e também no espaço, o que é atrativo para alguns grupos de pessoas pode não ser para outros. Neste sentido, Cruz (2001, p. 9) afirma:

Uma das principais motivações das viagens turísticas é a busca do exótico, daquilo que, de alguma forma, se diferencia do cotidiano do turista. Como cada um de nós vive em uma porção bastante restrita do espaço geográfico – se comparada à totalidade do espaço do planeta – pode-se concluir que a maior parte do planeta será sempre exótica para os indivíduos, ou do ponto de vista de suas características naturais ou socioeconômicas e culturais.

Neste momento histórico, temos a valorização de determinados recursos naturais e culturais. Como vivemos hoje em um mundo globalizado (ainda que não sob todos os aspectos) e de gestos tendencialmente massificados, alguns recursos naturais e outros culturais, mais valorizados pela prática social do turismo do que outros, são tidos, de forma até estereotipada, como atrativos turísticos.

Dois fatores principais condicionam a eleição de determinado espaço para o uso turístico: sua valorização (cultural) pela prática social do turismo e a divisão social e territorial do trabalho. Como a valorização dos espaços pelo turismo é dada em função de valores culturais e a cultura é própria de cada grupo social e mutável no tempo, territórios eleitos pelo turismo hoje não correspondem, necessariamente, aos territórios turísticos de amanhã (PIRES, 2001).

Confirma-se desse modo que, valorizar as práticas culturais, saberes e modos de fazer de um determinado povo num determinado lugar, tende a ser não apenas do ponto de vista histórico e cultural mas também do ponto de vista econômico, posto que o visitante que está de passagem e/ou visitando uma localidade, geralmente direciona sua estadia levando em conta as especificidades deste espaço.

O espaço geográfico como enfatiza Pelegrini Filho (2000), é o principal objeto de consumo do turismo e disso decorre uma das mais importantes especificidades da prática social do turismo: o consumidor-turista tem de se deslocar até o produto a ser consumido, o lugar turístico.

Nos territórios receptores de fluxos de turistas multiplicam-se infraestruturas relativas à hospedagem, que podem ser desde pousadas rústicas até hotéis de padrão

internacional ou, ainda, loteamentos e condomínios de segunda residência. O setor de prestação de serviços, de modo geral, é direta ou indiretamente influenciado pela presença do turista no lugar, do que decorre o surgimento e/ou multiplicação de equipamentos de restauração, lazer e apoio ao usuário turista. O setor informal pode ser, igualmente, estimulado pela existência de uma demanda turística nos territórios receptores desses fluxos (CRUZ, 2001, p. 25).

O que o turismo faz nos núcleos receptores, enfoca Cruz (2001, p. 25) “é impor sua lógica de organização dos espaços as lógicas preexistentes. Daí as transformações que se colocam nos territórios em função do turismo”.

O turismo, dessa forma, cria novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, como objetos naturais (rios, praias, montanhas etc.) e objetos culturais (infraestruturas, edifícios, patrimônio histórico), atribuindo-lhes novos significados e, muitas vezes, novas feições.

Entre as atratividades dos espaços urbanos para o turismo está o patrimônio histórico arquitetônico, que alguns centros urbanos mais antigos do país conseguiram preservar. Monumentos, igrejas, edifícios institucionais, comerciais ou residenciais, remanescentes arquitetônicos de momentos passados, que contam, por si só, parte da história dos lugares.

Natividade, além de suas oficinas marcadas pelo trabalho manual de artesãos e/ou filigraneiros tem também um casario que se originou no século XVIII e parte no século XIX. Esse patrimônio, conseqüentemente além de enriquecer o cenário e atrair pessoas: estudantes, professores, pesquisadores, também facilita a integração com os modos de saber e de fazer tradicionais da cidade.

Percebe-se assim, que a preservação do patrimônio seja ele material, ou no nosso caso imaterial, corrobora a dinamização das formas e atividades socioeconômicas de cada lugar, sendo a atividade turística uma das atividades que mais tem crescido nos últimos tempos.

### **3.4. Novos rumos para as ourivesarias**

O Programa Monumenta, em 2004, aprovou um projeto de apoio às joias artesanais de Natividade sob a responsabilidade da Fundação cultural do Estado do Tocantins, em ação paralela com os projetos de restauração patrimonial que estavam em curso na cidade.

Um dos objetivos do projeto era o de garantir a sustentabilidade da produção artesanal das joias nativitanas, bem como verificar sua viabilidade enquanto empreendimento joalheiro. Na verdade, neste processo o que se constata é a viabilidade do empreendimento em razão de alguns elementos fundamentais: o fácil acesso à matéria-prima, a competência dos artesãos, as joias com alto valor agregado a partir de técnicas quase esquecidas e pouco difundidas no

Brasil. Soma-se a isso o fato de ser um produto que tem um mercado próprio, com alcance social (IPHAN, 2007).

A formação de mais ourives é importante e necessária, pois há a necessidade não só de aumentar a produção, mas também a de criar um estatuto jurídico para as Ourivesarias, mas para que isso aconteça, são necessários ao menos vinte sócios, o que ainda não se conseguiu. Em razão da produção irregular e do ainda pequeno número de joalheiros é difícil encontrar produtos acabados nas oficinas, o que impossibilita manter um mostruário. Isso dificulta as vendas, pois o cliente, em geral, principalmente o que compra a varejo, o pessoal de fora, não se conforma de fazer apenas uma encomenda, não levando a joia na hora da compra (IPHAN, 2007, p. 81).

Nessa passagem, verifica-se uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas ourivesarias e que limitam sobremaneira o crescimento delas: produção irregular (em algumas épocas do ano, como férias e época das festas a procura é maior); falta de peças a serem expostas como monstário e para venda imediata àqueles que procuram as oficinas.

O trabalho em Natividade, resalta o Iphan (2007), se realiza basicamente em três oficinas que dispõem de espaços de certo modo aconchegantes, porém necessitando de uma devida adequação para a recepção de turistas e visitantes.

As mesas se encontram uma ao lado da outra, evidencia-se também intenso trabalho e o uso diversificado de equipamentos e materiais, representando a característica peculiar de cada artesão. Em razão da falta de espaço, a presença de visitantes e clientes interfere no processo de trabalho, pois dificulta a concentração por parte dos ourives.

Essa dificuldade também é apontada pela presidente do Conselho Municipal de Turismo de Natividade (COMTUR) e agente de turismo local.

AT: Nas ourivesarias a gente não leva. Por que que a gente não leva? Porque nós estamos tendo dificuldades de sermos recebidos pelos ourives. Especialmente quando o pessoal (os turistas) querem entrar, quer ver como que funciona, então tá tendo dificuldade lá dentro. A gente não leva. É um passeio a parte, que não dá para fazer no roteiro “Vida de Natividade”, que é um roteiro de vivências. Infelizmente.

Ou seja, as ourivesarias atualmente não estão inseridas em nenhum roteiro organizado por agência de turismo, todavia tal fato não impede que os turistas e visitantes adentrem, vivenciem, investiguem a história das oficinas e da filigrana, apreciem o modo de fazer, de repassar. Enfim, individualmente ou em pequenos grupos, boa parte das pessoas que passam por Natividade mantém contato próximo às práticas dos ourives e aprendizes.

Fica evidenciado na fala da agente de turismo, a projeção simbólica e histórica das ourivesarias enquanto artesanato e referência para Natividade, entretanto há alguns entraves que poderão ser superados.

AT: Eu quero deixar dito que as ourivesarias são um dos locais que a gente tem a maior estima e um dos locais mais pedidos hoje pelos turistas em Natividade, porém a gente não conseguiu trabalhar ainda o empreendedorismo por parte dos ourives. A visão deles é exclusivamente de fabricação, enquanto que nós já levamos uma proposta pra eles em várias reuniões com a presença do Sebrae<sup>35</sup>. Houve a sugestão que fosse criada uma espécie de vivência no interior das ourivesarias, ou que tivesse alguém que recebesse os turistas, contasse a história, as origens. Então hoje a gente leva, mas sem saber se seremos recebidos, pois quando eles estão com muito serviço, eles não tem condição de parar para atender os visitantes. Inclusive está indo para Pirenópolis um grande número de ourives, e talvez eles voltem mais abertos para isso.

Uma das soluções apontadas pelos próprios ourives seria a criação de um espaço só para a visitação. Há no centro histórico um prédio pertencente a prefeitura municipal que foi reformado para esse fim, que funcionaria como escola de ofício para os aprendizes, onde um ou mais ourives pagos pelo poder executivo municipal ensinaria a arte da ourivesaria a jovens da cidade (Figura 28).

Figura 28. Casarão que seria destinado à escola de aprendizes.



Fonte: Wátila Bonfim, 2018.

<sup>35</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

De acordo com um dos ourives entrevistados:

O1: Acho que a prefeitura devia aproveitar este espaço. Há 12 mesas, só falta as ferramentas. Contrataria a gente para ensinar. Poderiam ser ensinados 12 aprendizes pela manhã e 12 pela tarde. Para a geração de renda seria fundamental. É necessário maior apoio municipal e estadual. Hoje a ourivesaria é um símbolo da cidade e do estado.

No que tange à sustentabilidade do turismo e do patrimônio cultural, no ano de 1992, foi celebrada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, que popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades ambientais e de desenvolvimento de gerações presentes e futuras (DIAS, 2006).

O turismo contribui para a intensificação de uma consciência global, por aproximar e integrar as mais diversas regiões do planeta. A motivação turística, esclarece Dias (2006), prima pela diversidade de interesses, e há um tempo leque de possibilidades de criação de atrativos, públicos-alvo com interesses específicos que podem ser atendidos em qualquer lugar do mundo.

Como Natalidade vem cada vez mais sendo alvo de visitantes do Brasil e até do exterior, o planejamento estratégico deste destino turístico não deve se apenas local, é preciso pensá-lo globalmente, ou seja, deve-se levar em consideração que os padrões de atendimento, a satisfação do visitante, a diversidade de oferta de atrativos, entre outros aspectos, sejam competitivos, do ponto de vista nacional, e até mundial.

Para Dias (2006), outro importante aspecto a ser considerado é o fato de o turismo ser uma atividade e, que a interação entre as pessoas é fundamental, e, nesse sentido, há uma mútua influência entre visitantes e visitados, que têm valores alterados e, no mínimo, o horizonte cultural ampliado. A população residente, de modo geral, aumenta sua identificação positiva com seu país, com sua região ou com sua localidade, o que fortalece a identidade coletiva e aumenta a tolerância com a diversidade.

Em algumas regiões brasileiras, o turismo já se torna como parte da cultura local, e muitas famílias vivem em função dessa atividade. Atualmente, desenvolve-se a concepção de que o turismo não significa somente a geração de oportunidades e de emprego, mas também envolve estratégias para a conservação dos recursos naturais, para a manutenção dos ecossistemas, para a preservação e o resgate do patrimônio histórico e cultural, entre muitos outros benefícios que poderão atingir toda a comunidade (PIRES, 2001).



Desse modo, é cada vez mais evidente a necessidade de acompanhar as mudanças, adequar e desenvolver uma oferta e um esquema de comercialização coerente com as transformações na realidade.

Podemos compreender que formar uma cultura turística é conseguir que a qualidade de permanência do visitante esteja estreitamente ligada com a qualidade de vida da comunidade anfitriã. Ao mesmo tempo, para obter-se isso, é necessário criar uma consciência turística, que não é outra coisa senão a compreensão da comunidade receptora sobre os benefícios que derivam do aproveitamento econômico do fenômeno turístico. Em consequência, a recepção positiva ao turista não deve restringir-se ao nível social, pela aceitação da comunidade aos visitantes, que apresentam comportamentos diferentes, mas deve conjugar esforços em outras áreas, como administração pública e os recursos humanos, para que ocorra um processo de modernização da prática turística (DIAS, 2006, p. 163).

Do ponto de vista cultural, aponta Dias (2006), há uma articulação entre a tendência homogeneizadora da globalização e a pluralidade das culturas locais. Por um lado, a cultura global de consumo, que parece não reconhecer fronteiras pela utilização dos meios de comunicação e pela redução das barreiras alfandegárias, promove a homogeneização e estimula o consumo massivo de produtos culturais globais; por outro lado, na promoção desses mesmos bens de consumo, provoca um movimento inverso de fortalecimento das especificidades culturais locais.

Enfatiza Dias (2006), que uma comunidade aparentemente homogênea pode ter, entre seus integrantes, características – gastronomia, artesanato, bordado, brinquedos etc. – que, se bem exploradas, podem não só contribuir para o aumento da diversidade, mas também trazer um bom retorno financeiro com a afluência turística. Trata-se de uma ação de recuperação histórica e antropológica de manifestações culturais em vias de desaparecimento, das quais restam poucos indivíduos que detêm o conhecimento tradicional.

Salienta Dias (2006), que com a diminuição da soberania nacional, e o Estado-nação revelando-se, cada vez mais, incapaz de controlar muitos processos (econômicos, culturais e sociais) ocorridos em seu território, os municípios vêm assumindo um papel cada vez mais relevante no estabelecimento de estratégias econômicas e sociais voltadas para o desenvolvimento local:

Com a redefinição das funções do Estado, os governos locais vêm assumindo responsabilidades em setores que anteriormente estavam fora de sua competência, como o desenvolvimento econômico, geração de empregos, a assistência e o bem-estar social, entre outros. Em consequência, no âmbito local estão sendo estabelecidas novas formas de governança, parcerias por meio das quais o poder público submete, continuamente, suas decisões à sociedade civil, as quais são viabilizadas pelas facilidades de comunicação direta entre os diversos atores, devido à estreita convivência nos limites do município (DIAS, 2006, p. 181).

Esse novo papel das administrações públicas locais obriga-as a assumir uma posição de liderança e a compartilhar, com outros agentes sociais e econômicos, a gestão do território. Nessa perspectiva, as administrações municipais cumprem um papel dinamizador de desenvolvimento local, ao promover a economia a partir de pequenas empresa, como no caso nativiano, das oficinas artesanais de ourivesaria.

Interpelado sobre o porquê da administração pública municipal, não ter proximidade em relação às ourivesarias, já que estas além de representarem simbolicamente Natividade, também tem sido geradoras de renda para os jovens da cidade, o Secretário Municipal de Cultura e Turismo nos respondeu:

ST: Não temos tanta proximidade, pois elas são particulares. Mas a prefeitura tem incentivado a parte de divulgação. Já fizemos reuniões com o pessoal do Iphan e eles, os ourives. Eu vejo que é necessário fomentar o manuseio, a expansão deste trabalho secular.

A fala do representante da cultura e do turismo no município, porém é diferente das dos ourives. Segundo estes, os representantes do executivo municipal sempre deixaram a desejar no que tange ao desenvolvimento das oficinas.

Outro problema notado em nossa pesquisa é a troca constante de secretários da pasta da cultura e do turismo. Ficam pouco tempo no cargo, insuficiente para planejar e por em prática qualquer projeto desenvolvimentista e de geração de renda para os moradores da cidade.

Em relação ao espaço que seria destinado à escola de aprendizes, o gestor municipal do turismo disse:

ST: Nosso pensamento é que tenha um local. Essa tradição mantém viva a história de nossa cidade. Tem um prédio que pertence a prefeitura. Queremos desocupá-lo e desenvolver em Natividade uma escola para ourives, gerando oportunidade e renda para o cidadão nativiano. Nosso pensamento é colocar essa oficina em pleno funcionamento, contratando e remunerando um ou mais ourives que repasse o saber.

Apesar desta fala, o que se sabe é que este prédio está sendo usado para outras funções, embora haja mesas para o aprendizado, necessitando como já fora dito anteriormente de investimento na compra de ferramentas. Essa escola de ofício de ourivesaria proporcionaria não apenas a continuação garantida dos mestres filigraneiros, mas também

seria uma oportunidade de geração de renda para os jovens nativitanos, além de representar grande perspectiva socioeconômica e ação contra a ociosidade juvenil.

Outrossim, uma escola-oficina aliada a um pequeno museu com amostra de ferramentas e joias, poderia também ser usada para a visitação de turistas. Esse espaço se bem organizado e planejado forneceria mais um espaço de contemplação na histórica localidade.

O território, em uma perspectiva de desenvolvimento, deve ser entendido como um somatório de recursos potenciais – naturais e culturais – endógenos, os quais constituem o patrimônio legado pelas gerações passadas. O município, assim, constitui o espaço privilegiado em que existem concretamente os recursos, que devem ser avaliados e valorizados como forma de contribuir para o seu desenvolvimento. A valorização desses bens patrimoniais deve ser entendida como um processo de sua conversão em produtos patrimoniais passíveis de serem consumidos no mercado turístico (DIAS, 2006).

Nessa reabilitação do legado cultural, devesse estar associada à dimensão econômica, para possibilitar a iniciativa empreendedora que gera renda e trabalho, de modo a proporcionar melhorias às condições de vida da população local. Nesse contexto, devem-se aumentar os investimentos em patrimônio cultural, criar ou consolidar museus, recuperar o patrimônio histórico-artístico e o artesanato local, com vistas a um incremento da atividade turística que viabilizará o desenvolvimento municipal (DIAS, 2006, p. 184).

A criação de escolas de artes e ofícios, enfatiza Dias (2006), em parceria com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e setor privado, permite ampliar a inclusão social de segmentos mais pobres da população, principalmente jovens, os quais podem aprender técnicas ancestrais que serão cada vez mais valorizadas.

Hoje, dentro de uma nova concepção, o patrimônio cultural deve ser visto como um recurso econômico de um determinado território – localidade, região ou nação -, de modo a constituir um componente importante da oferta no segmento turístico. A conservação do patrimônio histórico deve ultrapassar a fase de obrigação cultural, ao compreender-se que se trata de um recurso que pode e deve ser utilizado para promover o desenvolvimento e para melhorar a qualidade de vida das pessoas (DIAS, 2006).

Desse modo, aponta Dias (2006), ao conceito de patrimônio cultural atual – que é a expressão da riqueza cultural de um povo, ou um testemunho da contribuição de diversas culturas do passado à evolução histórica da humanidade, bem como o fator primordial da identidade coletiva de uma nação ou de uma comunidade – agrega-se uma interpretação social do patrimônio, na qual a dimensão econômica tem destaque como forma de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das localidades.

O patrimônio, ao constituir-se em um recurso que tem um valor comercial no mercado turístico, possibilita às localidades terem uma oferta diferenciada, pois todas têm suas próprias histórias, que geram bens singulares, existentes apenas naqueles locais determinados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, procurou-se investigar a técnica da filigrana no município de Natividade, Tocantins. Trata-se de uma cidade surgida ainda no século XVIII, tombada desde 1987 pelo Iphan, e que guarda nos dias hodiernos vestígios de tempos passados, e que estando presente no imaginário das pessoas e do espaço, marcam a sua identidade.

A filigrana é uma técnica milenar de se confeccionar joias em ouro e prata, a partir de fios finíssimos produzidos de forma artesanal. De acordo com as fontes pesquisadas fez parte do cotidiano de civilizações antigas, tais como a Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma etc. Com o tempo, e em consequência de guerras, atividades comerciais e migrações, foi aos poucos aperfeiçoada por etruscos e fenícios. Chegando a península ibérica desembarcou no Brasil, após os primeiros tempos da colonização.

No Tocantins, após a descoberta de ouro nas primeiras décadas dos setecentos, é provável que os primeiros mestres-ourives tenham chegado. De acordo com os relatos dos ourives a filigrana está presente em Natividade há mais de 200 anos, o que documentalmente não se conseguiu comprovar. Além das influências ibéricas, mais precisamente a portuguesa, percebeu-se a proximidade com ourivesaria baiana, das chamadas “joias de crioula”. O que corrobora a hipótese de um sincretismo na arte filigraneira, sendo a somatória da contribuição lusitana com a africana, sobretudo a sudanesa. Tal fato colocam as ourivesarias em filigrana de Natividade em papel de singularidade no Brasil, sendo uma das poucas localidades no país a desenvolver e preservar esta técnica.

Algumas razões fizeram com que esta manifestação artística e manual permanecesse na cidade, dentre elas: a presença de matéria prima, ouro e prata, em abundância nos garimpos da região; o isolamento geográfico que impediu que os modismos atropelassem a tradição; e o fato de que o modo de saber fazer sempre persistiu ao longo das décadas.

Durante esta pesquisa foi possível perceber que as joias artesanais fabricadas em Natividade representam o que Yázigi, chamaria de “alma do lugar”. A vida só tem sentido e significado no lugar, onde ocorre a ligação da vida social. No lugar cada sujeito se reconhece ou também se perde, vai usufruindo e modificando o espaço, o lugar tem usos e sentidos. E embora a filigrana nativitana não seja tombada a nível estadual ou nacional, os moradores consideram-na como o bem que mais representa Natividade, um patrimônio imaterial que também é símbolo de resistência ante os convites da globalização, e veículo de comunicação do lugar com o restante do mundo.

No que tange às joias algumas são fabricadas desde tempos imemoriais. Já eram tecidas pelo velho mestre Juvenal no início dos novecentos e foram citadas pelos ourives e ex-ourives: Coração Nativo, Coração Português, Peixa, Divino, Flor de Maracujá e colar de Contas. Dentre as joias mais fabricadas atualmente, tem destaque nos pedidos a Flor de Maracujá (que tanto pode estar em forma de brinco, pingente, anel ou colar), seguidas pelos Corações Nativo e Português, Divino e Peixa. Importante salientar, que nem todas as joias citadas são feitas a partir da filigrana, como a Peixa, que é uma das joias mais tradicionais; já outras foram ressignificadas como o pingente do Divino, que hoje é produzido tanto em chapa, como filigranado. O mais simbólico é que a técnica permanece, embora haja atualmente novos designs, e encomendas de joias modernas caminhem lado a lado com as tradicionais.

No caminhar desta pesquisa acompanhou-se as festas religiosas de Nossa Senhora da Natividade e do Divino Espírito Santo. Nas festas citadas as joias mais relatadas pelos moradores foram o Divino e a Peixa. Saliente-se aqui, a codificação que há entre as peças que adornam os moradores nas festas com a religiosidade cristã. Ficou evidenciado que essas duas celebrações, seguidas pelo natal, são as épocas do ano preferidas pelos nativitanos para se usar as joias artesanais e/ou filigranadas.

Há nos dias atuais em Natividade 3 ourivesarias em pleno funcionamento: a Ourivesaria Mestre Juvenal, João Bosco Joalheiros e a BellaArt Ourivesaria. No total trabalham entre mestres e aprendizes 17 pessoas. Destes, 6 eram no momento de nossa pesquisa aprendizes. Os mestres-ourives têm como código pré-estabelecido repassar o saber àqueles que se iniciam nessa arte.

A maior parte das encomendas já é feita utilizando as redes sociais, embora a propaganda verbal ainda exista. Diagnosticou-se que todos os mestres sobrevivem dos rendimentos auferidos no oficialato, e quanto aos aprendizes boa parte já consegue obter meios para a sua sobrevivência. Assim, ser ourives em Natividade, além de representar um elo entre o passado e o presente, também propicia a uma parcela da população uma renda digna no final do mês.

Descobriu-se que a presença de um modo de fazer que se comunica com a identidade nativitana e tocantinense movimenta o turismo local, pois muitos visitantes costumam, estando na cidade, caminhar às oficinas e adquirir as peças. A cidade vem cada vez mais sendo visitada, o seu patrimônio tanto material como imaterial tem representado as molas propulsoras deste crescimento. Entre os países para onde as joias já foram vendidas,

destacam-se: Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha e Alemanha; entre os Estados da federação: Goiás, Brasília e São Paulo; e entre os municípios tocantinenses, além da própria cidade: Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis e Peixe.

O que se pode dizer é que a presença das oficinas e dos mestres-ourives e de seus aprendizes além de representar para os moradores a identidade local, também é para o município uma forma de aumentar a inserção dos seus jovens no mercado de trabalho. Caberá aos poderes públicos entender que é preciso maior cuidado e investimento nesse patrimônio imaterial, que tem trazido pouco a pouco dividendos e pessoas a cidade, movimentando sua economia.

Algumas dificuldades estão sendo e precisarão ser enfrentadas pelas ourivesarias e pelos artesãos filigraneiros nativitanos, tais como uma maior interatividade com turistas e visitantes, e até mesmo um momento de vivência. Porém, isso não impede o contato entre o turista e o artífice, e não diminui o fervor, a magia, o cheiro de passado e de lugar que emergem de suas bancadas, de cada peça que sai para o Tocantins, para o país e para o mundo inteiro, deixando evidente que preservar a memória de nossos antepassados através do artesanato, pode redirecionar o tempo presente de uma localidade.

Assim, espera-se com esta dissertação contribuir com o conhecimento e a valorização dos ourives e das ourivesarias artesanais de Natividade, preservando e dinamizando as atividades tradicionais que marcam o lugar, com destaque para a arte da filigrana. Pois trás de uma joia há um autor, uma história, confeccionada pelas mãos de um artesão. Assim, a filigrana, representa tempo e espaço, que se inter-relacionam a partir de uma teia tênue e firme.

## **SUGESTÕES RELACIONADAS ÀS OURIVESARIAS NATIVITANAS, AOS PODERES PÚBLICOS E À ASCCUNA**

Após observações, críticas e levantamentos, apontaremos algumas sugestões relacionadas às ourivesarias nativitanas, aos poderes públicos e à ASCCUNA.

1. Postos de informações turísticas: ao menos dois postos devem ser instalados – um na entrada da cidade (próximo ao posto de gasolina e do trevo que dá acesso a Palmas), e outro próximo a igreja de São Benedito (Poder público municipal e estadual).
2. Sinalização turística que atenda tanto as edificações históricas como também o patrimônio imaterial, modos de saber e fazer; ex: biscotarias, ourivesarias. Sinalização turística dos bens naturais e culturais mais relevantes (Poder público municipal e estadual).
3. Apoio para que as três ourivesarias existentes se localizassem mais próximas umas das outras, de preferência todas no centro histórico (Poder público municipal e estadual).
4. Folders sobre o município. Devem ser elaborados com técnicas adequadas de comunicação e de informação turística. Pode ser produzido com patrocínio ou propaganda, e editado anualmente, o que permitiria atualizações e modificações guiadas pela experiência, ou seja seria um recurso auto-sustentado. (Poder público municipal e estadual).
5. Desenvolver estratégias de marketing onde estejam visualizadas as três oficinas de confecção de joias artesanais da cidade. (Poder público municipal e estadual).
6. Campanhas educativas e de difusão cultural. Devem ser realizadas periodicamente, dirigidas a segmentos específicos da população nativitana. (Poder público municipal). Seriam norteadas pela preocupação de a população local conhecesse um pouco mais acerca da história das joias tradicionais e/ou filigranadas em Natividade. À guisa de exemplo: ciclo de palestras nas escolas desde os primeiros anos da educação básica até o ensino médio; seminários anuais; exposição de fotografias em lugares de muita movimentação, como próximo às igrejas coloniais, a estação rodoviária, bancos.
7. Criação e manutenção por parte da prefeitura de uma escola de aprendizes em ourivesaria (Poder público municipal).
8. Criação de um museu específico da ourivesaria/filigranianativitana, onde seriam expostas peças antigas e novas, tradicionais e modernas, localizada preferencialmente no centro histórico (Poder público municipal).



9. Criação de cartões postais que tenham como pano de fundo o casario e as joias artesanais; estes por sua vez poderiam ser comercializados a preços simbólicos e/ou distribuídos em outras cidades do estado e de outras regiões (ourivesarias de Natividade e Poder público municipal).
10. Criação na entrada da cidade de um portal: “Natividade: terra do “Amor Perfeito”<sup>36</sup> das joias artesanais em filigrana” (Poder público municipal).
11. Criação de placas alusivas à presença das joias artesanais nos principais pontos da cidade (ourivesarias de Natividade e Poder público municipal).
12. Inclusão da temática: Ourivesarias em filigrana nos conteúdos transversais da rede municipal de ensino (Poder público municipal).
13. Possibilitar que os jovens da cidade possam intercambiar técnicas, conhecimentos e experiências em outros países com tradição em filigrana, como Portugal por exemplo (Poder público municipal e estadual).
14. Fomentar uma rede social entre e intragrupos na internet (ourivesarias de Natividade e Poder público municipal).
15. Oferecer oportunidades e incentivos para que as mulheres possam participar do grupo de ourives (ourivesarias de Natividade e Poder público municipal).
16. Criar exposição de joias em filigrana, em eventos e datas comemorativas. Ex: Na festa do Divino Espírito Santo (ourivesarias de Natividade e Poder público municipal).
17. Incluir no percurso turístico os saberes técnicos da ourivesaria em filigrana. (COMTUR e ourivesarias de Natividade).
18. Certificar-se que os recursos minerais utilizados nas joias sejam oriundos da própria cidade e/ou região (ourivesarias de Natividade e Poder público municipal).
19. Incentivar a certificação da filigrana (Poder público municipal e estadual).
20. Criar e divulgar uma rota das joias artesanais e/ou filigranadas de Natividade (Poder público municipal e estadual).
21. Buscar a utilização econômica do recurso cultural, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, com geração de renda e trabalho, em uma perspectiva sustentável e de respeito à identidade cultural (Poder público municipal e estadual).

---

<sup>36</sup> Biscoito tradicional de Natividade, confeccionado desde tempos imemoriais. É uma tradição da família da “Tia Naninha”, Ana Benedita de Cerqueira. Atualmente é vendido em Natividade, outras cidades do Tocantins, e até para estados circunvizinhos como Goiás e Distrito Federal.

22. Incrementar a dimensão didática e educacional do patrimônio cultural, adotando ações que viabilizem uma maior participação da população e, principalmente, das crianças e dos jovens (Poder público municipal).
23. Estabelecer parcerias com organizações não-governamentais com vistas à capacitação funcional e à recuperação de artes e ofícios em processos de desaparecimento. Para isso, seria interessante integrar parcelas marginalizadas da população (ASCCUNA, ourivesarias de Natividade, Poder público municipal e estadual).

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: Sudeco, 1979.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraias (1739-1800)**. Goiânia: Kelps, 2007.

BARDI, Pietro Maria. **Mestres, artífices, oficiais e aprendizes no Brasil**. São Paulo: Banco Sudameris, 1981.

BRANCANTE, Maria Helena. **Os ourives na história de São Paulo**. São Paulo: Árvore da Terra, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 1996.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO: Educarte, 2008.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Senac, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CRUZ, Antônio. **Os ourives e a câmara do Porto no final da Idade Média**. Porto: Fundação Engenheiro Antônio de Almeida, 1993. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79047/2/77042.pdf>>. Acesso: 15 jun. 2017.

CUNHA, Laura. **Jóias de Crioula**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARIA, Sheila de Castro. **Viver e morrer no Brasil colônia**. São Paulo: Moderna, 1999.

FERREIRA, Maria Nazareth (Org). **Identidade cultural e turismo emancipador**. São Paulo: Celacc-ECA/ USP, 2005.

FERREZ, Gilberto. **O Brasil do 1º Reinado visto pelo botânico William John Burchell**. Rio de Janeiro: Fundação João Moreira Salles, 1981.

FAZENDA, Pedro. **A ourivesaria portuguesa contemporânea e os metais e as pedras preciosas**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GEIGER, Pedro. Turismo e geografia. In: RODRIGUES, Adir. (Org). **Turismo e espacialidade**. São Paulo: Hucitec, 2001.

GOLA, Eliana. **A joia: história e design**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

GOULÃO, Maria José. **Ourives portugueses na região do rio da prata: séculos XVII, XVIII e XIX**, 1990. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/18111/2/46581.pdf>>. Acesso: 21 jun. 2017.

GUARNIERI, Thais; RIBEIRO, Mariana. **Filigrana: história e técnica**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

IPHAN. **INRC de Natividade: estudos para o registro da ourivesaria em filigrana de Natividade, Tocantins como patrimônio cultural imaterial brasileiro**. Brasília: Iphan, 2007.

\_\_\_\_\_. **Jóias artesanais de Natividade**. Brasília: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

KARASCH, Mary. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: XAVIER, Giovana (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

MACHADO, Paulo Afonso de Carvalho. **Ourivesaria baiana**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1973.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo. Sobre ontologias. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de. (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARQUES, Iolanda Vanessa Lopes Ribeiros Alves. **Estudo para aplicações de filigrana portuguesa em acessórios de moda.** 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Design) - Universidade de Aveiro - UA, Aveiro, 2014. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/13187/1/Tese.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás.** Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; SILVA, Juniele Martins. Abordagem qualitativa e Geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, José Glauco; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Orgs.). **Pesquisa qualitativa na geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MOTA, Rosa Maria dos Santos. **O uso do ouro popular no Norte de Portugal no século XX.** 2014. 693 f. Tese (Doutorado em Estudos do Patrimônio) - Universidade Católica Portuguesa - UCP, Escola das Artes, Lisboa, 2014. Disponível em: <<repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/1677/1/tese%20rosa%20versao%20final.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

PALACÍN, Luís. **O patrimônio histórico de Goiás.** Brasília: SPHAN/Pró-memória, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Século do ouro em Goiás.** Goiânia: Editora da UCG, 2001.

PARENTE, Temis. **Fundamentos históricos do Tocantins.** Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PEARCE, Douglas. **Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens.** São Paulo: Aleph, 2003.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Turismo cultural em Tiradentes.** São Paulo: Manole, 2000.

PELEGRINI, Sandra. **O que é patrimônio cultural imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

PEREIRA, Ana Luiza Castro. Lençóis de linho, pratos da Índia e brincos de filigrana: vida cotidiana numa vila mineira setecentista. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 331-350, jun, 2011. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862011000200005&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862011000200005&script=sci_abstract)>. Acesso em: 04 jul. 2017.

PEREIRA, Mafalda Pinheiro. **Memórias de artesãos filigraneiros de Gondomar – Um patrimônio a musealizar?**. 2008. 242 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Universidade do Porto - U. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8540?mode=full>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

PÊSSOA, Vera Lúcia Salazar; et. al. **Pesquisa qualitativa na geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e turismo cultural**. São Paulo: Manole, 2001.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

RIBEIRO, Joana. **Filigrana: do presente para futuros em Portugal**. 2014. 56 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade do Porto - U.Porto, Faculdade de Belas Artes, Universidade do Porto, Porto, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.26/5463>>. Acesso em 11 set. 2017.

RODRIGUES, Aparecida Balastrieri. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás**. Goiânia: CEGRAF, 1992.

SANTOS, Cláudia Borges dos. **Joias de Natividade: confluências e conflitos**. 2006. 21 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal do Tocantins - UFT, Palmas, 2006. Disponível em: <[download.uft.edu.br/?...Regulamento%20para%20Trabalho%20de%20Conclusão%20...](http://download.uft.edu.br/?...Regulamento%20para%20Trabalho%20de%20Conclusão%20...)> Acesso em: 13 set. 2017.

SILVA FILHO, Geraldo. **Oficialato mecânico e escravidão urbana em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Scortecci, 2008.

SOUZA, Ana Cristina Correia de. **Ourivesaria estampada e lavrada – uma técnica milenar numa oficina de Gondomar**. 1997. 244 f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Universidade do Porto - U.Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. Disponível em: <<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/19036/2/FLM01001P000080795.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

TELES, José Mendonça. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Editora da UFG, 1998.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar**. Londrina: Eduel, 2013.

VAZ, Maria Diva Araújo Coelho. **Natividade**. Brasília: MEC-Pró-memória, 1985.

WAL, Mestre; ARAÚJO, Simone Câmelo. **Manual 7 joias artesanais de Natividade – Tocantins por mestre**. Natividade, TO: 10 – Empresa de Comunicação, 2015.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

## **LISTA DE INVENTÁRIOS**

Inventário de Ana Barreto, 1805. 1º Cartório Cível de Natividade.

Inventário de Antônio Cordeiro Filgueira, 1808. 1º Cartório Cível de Natividade.

Inventário de Francisco Fernandes Cerqueira, 1802. 1º Cartório Cível de Natividade.

Inventário de José Antônio de Araújo Ramos, 1815. 1º Cartório Cível de Natividade.

Inventário de Lourença de Paiva, 1809. 1º Cartório Cível de Natividade.

Inventário de Maria José da Costa, 1819. 1º Cartório Cível de Natividade.

## **OURIVES ENTREVISTADOS (O)**

BARBOSA, Edilma Pereira. Ourives (O9). Entrevistada em 07 novembro de 2017.

Entrevistador: Wátilla Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

CARVALHO, Joaquim Valdeídes. Ourives (O1). Entrevistado em 16 de agosto de 2017.

Entrevistador: Wátilla Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

CARVALHO, Orleid Sérgio. Ourives (O11). Entrevistado em 22 de janeiro de 2018.

Entrevistador: Wátilla Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

CUNHA, Uardon Moreira da. Ourives (O6). Entrevistado em 16 de setembro de 2017.

Entrevistador: Wátilla Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

LIMA, Delseílton Cardoso. Ourives (O2). Entrevistado em 16 de agosto de 2017.

Entrevistador: Wátilla Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

MENEZES, Ernmany Pereira de. Ourives (O8). Entrevistado em 07 novembro de 2017.

Entrevistador: Wátilla Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

NASCIMENTO, João Bosco. Ourives (O3). Entrevistado em 16 de setembro de 2017.

Entrevistador: Wátilla Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

PATRÍCIO, Valdomílson. Ourives (O4). Entrevistado em 16 de setembro de 2017.

Entrevistador: Wátilla Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.



ROBERTO, Sadan Mendes. Ourives (O7). Entrevistado em 07 de novembro. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

SANTOS, Deuzimar dos Santos. Ourives (O10). Entrevistado em 07 novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

SILVA, José Leal Pereira da. Ourives (O5). Entrevistado em 16 de setembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

### **EX-OURIVES ENTREVISTADOS (EO)**

BORGES, Alfredo. Ex-ourives (EO2). Entrevistado em 16 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

BORGES, Jesumar. Ex-ourives (EO3). Entrevistado em 16 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

FERREIRA, Abisânia. Ex-ourives (EO1). Entrevistado em 16 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

### **APRENDIZES ENTREVISTADOS (AP)**

BARBOSA, Lucas. Aprendiz (AP1). Entrevistado em 07 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

CARVALHO, César Henrique. Aprendiz (AP4). Entrevistado em 25 de agosto de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

COSTA, Jeferson Pereira da. Aprendiz (AP6). Entrevistado em 25 de agosto de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

NUNES, Rodrigo. Aprendiz (AP3). Entrevistado em 07 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

SANTOS, Edilene Rodrigues dos. Aprendiz (AP2). Entrevistada em 07 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

SILVA, João Marcos Pereira da. Aprendiz (AP5). Entrevistado em 25 de agosto de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

## **MORADORES ENTREVISTADOS (M)**

ALVES, Maria. Moradora (M20). Entrevistada em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

ARAÚJO, Délia. Moradora (M7). Entrevistada em 06 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

BARBOSA, Alcidete. Moradora (M4). Entrevistada em 06 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

BARROS, Luana. Moradora (M5). Entrevistada em 06 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

CÂMELO, Adília. Moradora (M1). Entrevistada em 16 de agosto de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

CÂMELO, Gracinha. Moradora (M8). Entrevistada em 06 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

CARDOSO, Edília. Moradora (M10). Entrevistada em 07 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

CERQUEIRA, Ana Benedita de. Moradora (M2). Entrevistada em 16 de agosto de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

CERQUEIRA, Tânia. Moradora (M9). Entrevistada em 07 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

COSTA, Vilmeide. Moradora (M3). Entrevistada em 16 de agosto de 2017. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

LOPES, Custodiana. Moradora (M18). Entrevistada em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

LOURENÇO, Edissandra Barbosa da Silva. Moradora (M14). Entrevistada em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

MACHADO, Maria José Oliveira. Moradora (M6). Entrevistada em 06 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

MENDES, Ana. Moradora (M12). Entrevistada em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

MOREIRA, Elizete. Moradora (M17). Entrevistada em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

MOURA, Edenildes. Moradora (M13). Entrevistada em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

PAIVA, Ailton de. Morador (M15). Entrevistado em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

RAMOS, Diocelina. Moradora (M19). Entrevistada em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

SANTOS, Domingas Rodrigues dos. Moradora (M11). Entrevistada em 07 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

TEIXEIRA, Vânia. Moradora (M16). Entrevistada em 20 de maio de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

#### **ATIVISTA CULTURAL ENTREVISTADA (AC)**

ARAÚJO, Simone Câmelo. Ativista Cultural (AC). Entrevistada em 06 de novembro de 2017. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2017.

#### **AGENTE DE TURISMO ENTREVISTADA (AT)**

MORAIS, Jorcirene Coelho Maranhão de. Agente de Turismo (AT). Entrevistada em 04 de setembro de 2018. Entrevistador: Wátila Mislá Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

### **GUIA DE TURISMO ENTREVISTADO (GT)**

PEREIRA, Flávio. Guia de Turismo (GT). Entrevistado em 04 de setembro de 2018.  
Entrevistador: Wátilla Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

### **SECRETÁRIO DE TURISMO ENTREVISTADO (ST)**

PÓVOA, Orlando. Secretário de Turismo (ST). Entrevistado em 04 de setembro de 2018.  
Entrevistador: Wátilla Misla Fernandes Bonfim. Natividade – TO. UFT, 2018.

## APÊNDICE

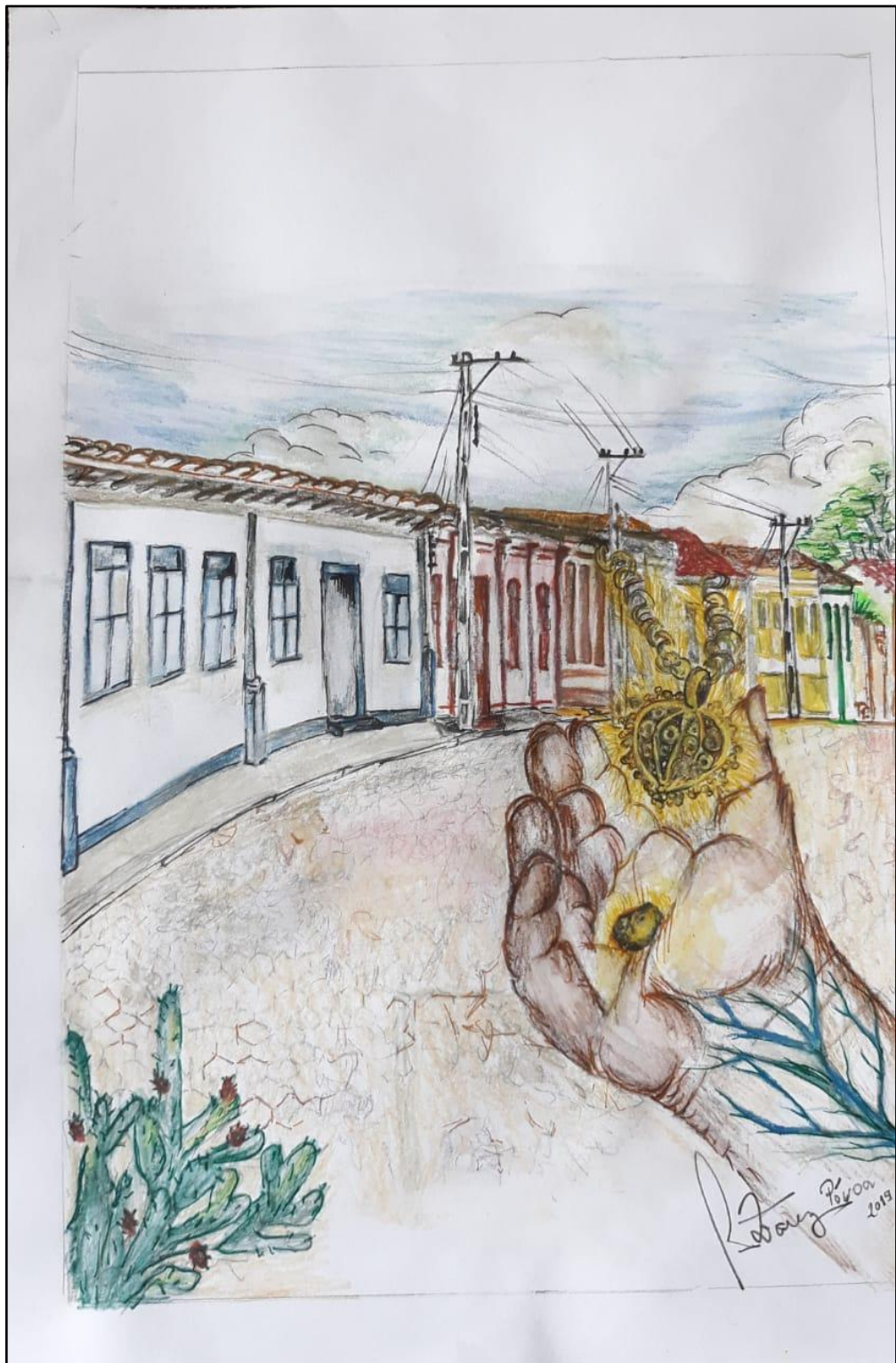
### Apêndice A. Entrevistas com ourives, ex-ourives e aprendizes de Natividade - TO

#### Perguntas:

- Nome/ onde nasceu
- Como aprendeu a profissão de ourives?
- Como foi sua trajetória na ourivesaria?
- Quais suas joias preferidas?
- Os Nativitanos compram muito as joias? Por quais motivos?
- Para que lugares do Tocantins e do Brasil há mais venda de joias?
- E para o exterior, já vendeu?
- De onde vem a matéria prima para o fabrico das joias?
- De que pessoas você compra a matéria prima?
- Costumam vender mais joias em prata ou em ouro?
- Já vendeu para autoridades/artistas?
- O fato de a técnica ter passado de geração em geração é uma tradição?
- Seria uma tradição também familiar?
- Das joias fabricadas, qual a porcentagem em filigrana?
- Em que época em Natividade as pessoas costumam usar mais as joias?
- Quais as joias mais tradicionais?
- Quais as joias de confecção mais antigas?
- Quais as joias mais fabricadas atualmente?
- A ourivesaria ajuda no turismo local?
- Como é feita a propaganda das joias?
- Quais os principais ourives que você conheceu?
- Culturalmente, o que você mais gosta de fazer nas horas de descanso?
- Participa ou frequenta as manifestações culturais da cidade?
- Qual a sua escolaridade?
- Já leu algo sobre a história da técnica da filigrana?
- Do ponto de vista socioeconômico, a renda obtida na ourivesaria é responsável pela sobrevivência sua e de sua família?
- Qual a importância da renda da ourivesaria na renda familiar?

## ANEXO

### Anexo A. Ilustração da Capa - A mão filigraneira de Natividade<sup>37</sup>.



Fonte: Marília Martinez Póvoa, 2019.

<sup>37</sup> Arte a partir da foto da Rua Deocleciano Nunes, Natividade - TO.